

NELSA INÊS FABIAN NESPOLO

AS TRAMAS

da esperança

a história não para...

A Justa Trama

A Política Pública e a Economia Solidária

O Banco Comunitário Justa Troca





Nelsa Inês Fabian Nespolo. Nasci em 09 de abril de 1963 em Nova Pádua, RS, filha do casal de agricultores familiares Pasqual e Gema Fabian. Somos sete irmãos. Sou casada com Claudir e mãe de Gabriela e Tiago. Participei ativamente do movimento de Jovens Trabalhadores – JOC e da coordenação nacional liberada em São Paulo desde 1983 até 1986. Atuei no movimento sindical em Pelotas, nas fábricas de alimentação; em Fortaleza, nas fábricas de confecção e, por último, em Porto Alegre, em fábrica de alimentação e na oposição sindical. Moro em Porto Alegre desde 1989, onde atuei como delegada e conselheira do Orçamento Participativo.

Em 1996, criamos a Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos – Univens, atualmente com 24 cooperadas. Desde então, participo dos fóruns de Economia Solidária, de suas conferências e de suas plenárias nacionais. Fiz parte da criação da Unisol Brasil e das direções nacional e estadual. Em 2005, criamos a Cooperativa Central Justa Trama, que envolve cinco regiões do Brasil e vai desde o plantio do algodão agroecológico, fiação, tecelagem, confecção, adereços de sementes até sua comercialização. Atualmente, sou diretora-presidente.

De 2011 a 2014, fiz parte do Governo Popular Estadual de Tarso Genro como diretora de Economia Solidária. Participei ativamente da criação da Escolinha de Educação Infantil Nova Geração e do Banco Comunitário de Desenvolvimento Justa Troca. Sou autora do livro *Tramando Certezas e Esperanças*, publicado pela Editora Oikos em 2014.

Nelsa é uma mulher que valoriza a árdua lida e acredita que um mundo justo inicia com a partilha de seus frutos. A filha de agricultores familiares fez sua opção por enfrentar as injustiças sociais e econômicas muito cedo na Juventude Operária Católica. Desde então, sua vida é dedicada a criar “tramas de esperança”, não por acaso o título deste livro. Cada uma das páginas desta obra, a segunda da autora, relata experiências significativas para a trajetória da economia solidária no Brasil.

Em palavras e imagens, Nelsa mostra que é possível desafiar a estrutura empresarial tradicional da economia capitalista e construir empreendimentos com base na cooperação. E o mais importante: empreendimentos sob autogestão de trabalhadores e trabalhadoras que se organizam em redes de financiamento, produção e comércio justo e solidário a partir de objetivos comuns. O livro registra também o processo de articulação da economia solidária como política pública no Brasil a partir do olhar da sociedade que exigiu o reconhecimento do Estado. Enfim, quem recebe em suas mãos este livro está convidado a inspirar-se nos fios tramados por Nelsa e por todas as pessoas que fortalecem os princípios de cooperação.

Assim como a autora, a grande maioria dos grupos que atuam na economia solidária é formada por mulheres unidas. Elas escrevem sua autonomia como uma alternativa real à liberdade dos povos contra o caminho único de exploração do mercado. As “tramas da esperança” representam uma chance para que a humanidade renasça em direitos e respeito a partir da perspectiva ética da solidariedade.

Maria do Rosário

As tramas da esperança
A história não para...

A Justa Trama

A Política Pública e a Economia Solidária

O Banco Comunitário Justa Troca

Nelsa Inês Fabian Nespolo

As tramas da esperança

A história não para...



São Leopoldo

2020

© Nelsa Inês Fabian Nespolo – 2020
nelsaifn@gmail.com

Editoração: Oikos

Capa: Juliana Nascimento

Imagens da capa: Dora Bragança Castagnino e João Roberto
Amaral Fagundes (Beto)

Revisão: Rui Bender

Diagramação e arte-final: Jair de Oliveira Carlos

Impressão: Rotermund

Editora Oikos Ltda.
Rua Paraná, 240 – B. Scharlau
93120-020 São Leopoldo/RS
Tel.: (51) 3568.2848
contato@oikoseditora.com.br
www.oikoseditora.com.br

N462t Nespolo, Nelsa Inês Fabian
As tramas da esperança: a história não para... / Nelsa
Inês Fabian Nespolo. – São Leopoldo: Oikos, 2020.
188 p.; il.; 14 x 21 cm.
ISBN 978-65-86578-13-3
1. Economia solidária. 2. Política pública. 3. Banco
comunitário. I. Título.
CDU 334.7

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Eliete Mari Doncato Brasil – CRB 10/1184

Sumário

Prefácio	7
Quem sou	11
Dedicatória	14
Introdução	17
I A Justa Trama	19
1 Um pouco da história	20
2 A trama do algodão que transforma	24
3 A Cooperativa Fio Nobre	27
4 Produção e tingimento	34
5 Idalina	35
6 Nosso tear	36
7 As reuniões e as assembleias	41
8 Reconhecimento da FAO – ONU	48
9 Nossa ação representativa	52
10 Dalvani	54
11 Campanhas e desfiles	55
12 Desafios	58
II A política pública e a economia solidária	76
1 A construção	77
2 Política de Estado ou política de Governo	78
3 Trabalhadores dos empreendimentos assumem a política pública	80
4 As leis e os decretos	90
5 As cadeias solidárias	99
6 A Cadeia Solidária Binacional do PET: uma ousadia	102
7 Comercialização e formação permanente	113
8 Reconhecimento público – Certificação	114
9 Mulheres da Economia Solidária	115
10 Pós-governo	115
11 A política emancipa?	116

III O Banco Comunitário: Justa Trama	125
1 Por que a ideia de criar um Banco Comunitário na comunidade?	133
2 Por que em nosso entender um Banco Comunitário pode fazer a diferença na comunidade?	136
3 O início do Banco Comunitário de Desenvolvimento	137
4 As feiras	146
5 Os empréstimos	153
6 Os cursos	155
 O Brasil	 179
 Palavras finais	 187

Prefácio

Marcio Pochmann¹

A segunda onda de políticas neoliberais desencadeadas nos últimos cinco anos produziu um conjunto de consequências econômicas e sociais profundamente negativas para a maior parte dos brasileiros. Com a gravidade da pandemia do coronavírus, as comunidades locais, sobretudo as vulneráveis passaram a registrar a ampliação da convivência com a fome, o desemprego e a insuficiência de renda que reproduzem o descrédito nas instituições e a desesperança em pleno avanço do autoritarismo e do empobrecimento nacional.

Diante disso, o padrão atual de governança local encontra-se profundamente questionado, com maiores dificuldades de ser suportável. Não apenas por força da atual recessão econômica que ameaça reduzir em cerca de 20% o rendimento per capita dos brasileiros se comparado com o ano de 2014, bem como pela expansão inimaginável do desemprego, pobreza e desigualdade de renda, mas também pela quebraadeira dos empreendimentos mercantis e pela diminuição profunda da arrecadação tributária do setor público.

Ademais, pela identidade do governo Bolsonaro, a fase pós-pandemia do Covid-19 poderá ser ainda mais aprofundada pelo receituário neoliberal. O esperado, portanto, aponta para o horizonte de imensas multidões de excedentes às necessidades do capital para atender ao nível rebaixado da produção e distribuição de riqueza numa economia capitalista degradada e em declínio.

Diante disso, a ousadia responsável exige dos progressistas, para além da capacidade de sobrepor às dificuldades tradicionais, a ciên-

¹ Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas.

cia do desenvolvimento do circuito de alternativas não mercantis para a produção e distribuição de riquezas em âmbito local, pelo menos. Ou seja, a estruturação de um agregado de formas organizacionais nas atividades econômicas assentadas pela divisão do trabalho cada vez mais excluídas da dinâmica do mercado capitalista.

Destaca-se que durante a primeira onda de políticas neoliberais que predominou entre 1990 e 2002, os governos progressistas protagonizaram uma diversidade de inéditas experiências que ficaram conhecidas por economia solidária, impulsionadas pelo saudoso Paul Singer. Diante do insucesso econômico e social gerado pelo neoliberalismo naquela época, com o crescimento do desemprego metropolitano de 3,6%, em 1989, para 12,2%, em 2002, a tarefa foi a de buscar a garantia de renda à massa de miseráveis associada aos programas relacionados à organização e formação coletiva da produção, distribuição, gestão e comercialização.

A grande parte dos desempregados era constituída de trabalhadores assalariados que se encontravam com empregabilidade comprometida frente ao curso acelerado do desassalariamento dos anos de 1990. Naquela oportunidade em que se desencadeava a desindustrialização, coube aos governos progressistas o fomento das atividades de novo tipo, em geral apoiadas por iniciativas do orçamento participativo, renda mínima, metodologia de empreendimentos sociais, financiamentos do banco do povo, entre outras exitosas ações.

Neste início da terceira década do século 21, com o avanço da sociedade de serviços, o excedente de força de trabalho não representa ser majoritariamente de antigos assalariados, mas de empreendedores de si próprios asfixiados pelo excedente de mão de obra disponível. Para tanto, a perspectiva da economia social poderia se configurar no verdadeiro salto dos governos progressistas para o enfrentamento da herança neoliberal da pós-pandemia.

*Sobre isso, aliás, o livro *As tramas da esperança* de Nelsa Inês Fabian Nespolo constituiu um elemento indispensável a descrever a*

realidade concreta da Economia Solidária, com o desenvolvimento do trabalho cooperativo e comercialização da produção e constituição do Banco Comunitário Justa Troca. Ao mesmo tempo consagra digna homenagem à resistência e persistência feminina na trajetória alternativa ao capitalismo de geração de produção, renda e ocupação.

*O que havia sido uma referência importante na literatura especializada sobre a economia solidária, desde 2014 com o lançamento do livro *Tramando certezas e esperanças* de Nelsa Inês Fabian Nespolo, agora se torna ainda mais produtivo com o seu novo livro. Assim, o público leitor passa a contar com a oportunidade de melhor conhecer a realidade complexa, porém exitosa, da materialidade de experiências da economia solidária.*

Quem sou



Sou Nelsa Inês Fabian Nespolo; nasci em Nova Pádua, cidade emancipada de Flores da Cunha na serra do Rio Grande do Sul. Sou de uma família de costumes de descendentes italianos, de agricultores familiares: os pais são Pasqual e Gema, e somos em sete irmãos: Clarice, Roberto, Zélia, Bruno, eu, Celso e Ivanor. Na juventude, participei do movimento Juventude Operária Católica – JOC em Pelotas e, depois de três anos, em São Paulo da coordenação nacional. Casei com Claudir em 1986, e fomos morar um ano em Fortaleza para fortalecer o movimento. Lá trabalhei em duas fábricas de confecção, e com Eugenia, Vania, Ritinha, Heladia e outras organizamos a oposição ao sindicato das confecções.

Vimos morar em Porto Alegre em 1988. Trabalhei na Quaker, empresa de aveia e farinhas durante cinco anos. Nesse período, organizamos as mulheres da alimentação do estado e organizamos a oposição ao então Sindicato da Alimentação de

Porto Alegre; à época, tivemos nossos dois queridos filhos: Gabriela e, dois anos depois, Tiago.

Com o desemprego veio o desafio da organização do Movimento Comunitário e do Orçamento Participativo, em que participei como delegada e como conselheira. Foi uma das melhores experiências da minha vida de como democratizar o recurso público.

Em 1996, criamos a Cooperativa Univens a partir de longas conversas com Sonia, nossa assistente social do posto de saúde comunitário, e Iara, moradora local, que foi militante da JOC, para incluir as mulheres e adolescentes. As mulheres toparam o desafio, e construímos a história da Univens. Participei da coordenação nacional do Fórum Brasileiro de Economia Solidária, da construção do Fórum Gaúcho e de vários encontros e conferências com esse público e tema.

Em 2003, participei da fundação da Unisol Brasil, que é uma das entidades de representação da Economia Solidária. E também da escolinha de Educação Infantil, dirigida pela Cooperativa Nova Geração, em 2007. Foi em 2005 que criamos juntos: Univens, Adec, Açái, Fio Nobre e Têxtil Cooper, a Cooperativa Central Justa Trama.

Durante o período de 2011 a 2014, no Governo Estadual, participei da gestão do Governo Popular Tarso Genro como diretora de Economia Solidária na Secretaria Estadual de Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa.

Em 2014, escrevi o livro *Tramando certezas e esperanças*, publicado pela Editora Oikos. Por fim, em 2016, criamos o Banco Comunitário Justa Troca...

Em 2019, com os filhos crescidos, vivemos uma conjuntura nacional de golpe, que destituiu o Governo Dilma em 2016, e as consequências da eleição de 2018, que foi um desastre com a eleição do Governo Bolsonaro. Esse governo tem empobrecido nosso povo, desfeito leis, destruindo direitos dos trabalhadores,

com as reformas trabalhista e previdenciária e, especialmente, um judiciário que perdeu há tempo o senso de justiça e de imparcialidade, orientado por forças americanas, que agora tudo dominam. Uma imprensa que manipula e esconde a verdade e uma grande parte da população que se afasta de tudo isso em um mundo alienado, sendo manipulada com posições racistas, machistas e profundamente conservadoras. O ódio tem sido a marca desse período!

Com tudo isso não há outro caminho senão com a organização das mulheres, dos jovens, dos trabalhadores, dos índios, dos negros lá onde estivermos: seja na comunidade, na política pública, na organização social. Temos de acreditar sempre que outra economia é possível e que precisamos construir outros modelos tanto de gestão e mudança no formato da política bem como na economia. Podemos sim reforçar as tantas iniciativas que existem no Brasil.

Mais do que nunca, a economia solidária apresenta-se como um modelo de desenvolvimento, de inclusão social, de defesa do meio ambiente e de distribuição justa de renda.

E isso é para a vida toda!

Dedicatória

Este livro homenageia cinco mulheres que representam a vida desta história: elas já não estão conosco, mas representam a resistência e a persistência; e também homenageia um homem que me incentivou a continuar escrevendo. Fez a apresentação do livro *Tramando certezas e esperanças*, um homem movido pela paixão, pela convicção e que projetou a Economia Solidária do Brasil para o mundo: Paul Singer.

Quando homenageamos alguém que não está mais conosco, estamos afirmando que a vida vale a pena e que por eles e por tudo o que acreditavam e que se confunde com o que acreditamos temos que manter vivas a história e a lembrança dessas pessoas tão especiais.

Que bom que não passaram em vão! Marcaram a nós e marcaram o mundo, cada qual com intensidade diferente, mas de forma muito especial!



MARIA HELENA TOLLENS (2013, Cooperativa Univens / JT no RS). Esteve desde o início da fundação e da história da Univens e, com certeza, continuaria conosco! A sua vida confundia-se com o dia a dia da cooperativa, vibrava e sonhava e ficou conosco até o fim. Homenagear Helena é lembrar de todas as mulheres que participaram da Cooperativa Univens, as que partiram e as que estão em outros projetos de vida, mas fizeram parte de nossa história. Aquelas que persistem são imprescindíveis!



SANDRA MAGALHÃES (2013, Banco Comunitário Palmas, CE). A Sandrinha, que foi a inspiração de tantos bancos comunitários e, especialmente, do Banco Comunitário Justa Troca em Porto Alegre, pela história do Banco Palmas, sempre nos desafiou nessa construção; foi um ombro para todos os momentos, vibrou com cada conquista e não pôde assistir ao Banco Justa Troca nascer.



IDALINA MARIA BONI (2015, Fio Nobre – JT de SC). Esteve desde a fundação até os últimos momentos de sua vida vibrando e construindo junto a Justa Trama; companheira de primeira hora, estará sempre presente; sem ela a história não teria sido a mesma. Seu olhar sempre é lembrado, como se nos dissesse o tempo todo: vamos enfrentar um problema de cada vez. Vamos conseguir...



MARIA DALVANI DE SOUZA (2017, Cooperativa Açai – JT em RO). Um sorriso meigo, muita emoção em tudo o que fazia; persistência e sonhar foi sempre sua marca. Esteve junto desde a fundação da Justa Trama. Ainda no fim continuava a sonhar o futuro da Justa Trama... participava de todas as formas, compartilhando suas percepções e esse doce olhar franzindo sua testa.



FRANCISCA GONÇALVES DIVINO (2020, ADEC – JT do Ceará). Francisca esta mulher, agricultora agroecológica, encantadora, determinada e doce. Nasceu e viveu no roçado, e sempre orgulhosa do plantio e da colheita que no meio das dificuldades e da seca realizava. Neste ano abraçou o desafio do plantio do algodão verde. Sempre alegre. Sem despedidas. Sempre estará conosco.



PAUL SINGER (2018, SP). Tenho tanto a dizer de Paul Singer... acompanhou a história da Cooperativa Univens, a caminhada da Justa Trama, que era citada por ele em várias falas. Foi Secretário Nacional de Economia Solidária durante os governos Lula e Dilma. Todos da Economia Solidária do Brasil guardam uma linda lembrança, um afago, uma foto, um doce abraço. Conseguiu teorizar a Economia Solidária e projetou-a como política pública e como estratégia de desenvolvimento. Visitou a Justa Trama e a Univens em 2016.

Foram seis anos em que as perdas também marcaram a história...

E nossa vida realmente é um trem cheio de embarques e desembarques. Muitas embarcaram e seguem a viagem até hoje, outras desembarcaram para trocar de trem e seguir outros caminhos... mas há as que tiveram que desembarcar naquela estação mesmo sem querer e sabiam que estavam sendo imprescindíveis. São tantos e tantas que nos fazem falta nessa viagem: Chiquinho, Francisca, Irocilma, Solange, Ione, Sonia, D. Maria...

Quero homenagear aqueles que desembarcaram precocemente e afirmar que a vida vale a pena e que seus sonhos são nossos sonhos e que, enquanto continuarmos esta história, os manteremos vivos. Por isso essa especial homenagem a vocês queridas e querido que significaram e significam muito sempre!

A história não para...

Nossa história não vai parar...

Introdução

Este livro dá continuidade ao livro *Tramando certezas e esperanças*, publicado em 2014. Naquele período, as certezas eram maiores do que na conjuntura atual. Mas as esperanças sempre permanecem, esperança não no sentido de esperar, mas no sentido de forjar ou esperançar.

Escrever é fazer reviver. É marcar a história de um povo. A história demarca muito do nosso futuro. Fazer uma fiel leitura da história com certeza nos iluminará nos passos futuros. Também é uma forma de manter viva a própria vida de todos aqueles que estão envolvidos. É a memória. Por isso, apesar de todos os outros meios que possam existir, creio que escrever um livro é a forma de manter viva parte de nossa história.

O que vivemos hoje e as nossas ações inspiram outras pessoas; é com isso que de melhor podemos contribuir. Por essa razão tem aqui um enorme esforço de relatar algumas lutas importantes. Sempre tive o desafio e o desejo de que a experiência que vivemos fosse contada com olhar de dentro, por quem está no dia a dia dela, com emoção, com sentimento, com autocrítica e com muita paixão. Tem muita vida neste livro. É um olhar de dentro para fora e de fora para dentro.

Quando, em 2014, entreguei o livro *Tramando certezas e esperanças* ao grande amigo Paul Singer, disse-me ele: *Não para de escrever, podes ajudar muito contando o que estão construindo, e deste jeito, nesta linguagem.* Naquele dia, senti-me desafiada a continuar escrevendo rumo a este novo livro. Obrigado, Paul Singer, pelo incentivo!



Este livro compõe-se de várias partes:

A primeira delas é sobre a Justa Trama, de modo especial sobre a caminhada construída depois de 2011, pois antes disso ela está retratada no livro *Tramando certezas e esperanças*.

A segunda parte é sobre a política pública e a economia solidária, as perspectivas e por onde vão os caminhos da economia solidária. Não tem como escrever essa história sem contar sobre a construção das políticas públicas que aconteceram de 2011 a 2014 durante o governo popular do estado do Rio Grande do Sul, que teve à frente o Governador Tarso Genro e do qual participei como diretora de Economia Solidária.

A terceira parte deste livro trata da história da construção do banco comunitário Justa Troca com uma moeda própria chamada JUSTO.

I. A Justa Trama



Foto: Dora Patuá

Há dois pensamentos estampados na parede da Cooperativa Univens, que têm orientado o dia a dia, a vida e as ações:

Comece fazendo o necessário, depois faça o possível e quando perceber estará fazendo o impossível (São Francisco de Assis).

A cooperação é o estágio avançado da consciência humana (Lula).

Em ambos está implícito um projeto de vida claro: construir consciência de classe e transformar a vida dos trabalhadores(as). Isso através da organização, da mobilização e da luta permanente, mudando pensamentos, atitudes e práticas. É uma caminhada difícil, mas cheia de conquistas e desafios.

A vida constrói-se de valores, princípios, que com o tempo se consolidam ou então são deixados de lado. Sempre dependem muito de onde estamos, do que está à nossa volta e de quem nos cercamos. Assim é esta trajetória.

1. Um pouco da história

Inspiradas na elaboração da ADS – Agência de Desenvolvimento da Central Única Trabalhadores (CUT) sobre os complexos cooperativos, começamos em 2004 a dar passos para não só nos juntarmos para comprar tecidos em grande quantidade para diminuir os custos, mas montar uma cadeia produtiva solidária do algodão. Em 2005, quando aconteceu o 5º Fórum Social Mundial, produzimos 60 mil sacolas entre 45 grupos, associações de quatro estados das regiões Sul e Sudeste do Brasil, envolvendo desde o fio, o tecido e a confecção com serigrafia. E damos conta. Assim, no mesmo ano, em outubro, lançamos as primeiras peças em um desfile na Favela do Cantagalo no Rio de Janeiro, mas com um novo ator: algodão orgânico.

É instigante porque sempre falamos somente de alimentos orgânicos, e poucos no mundo sabem que é o algodão que absorve 25% de todo o agrotóxico do mundo, que 1 kg de agrotóxico contamina até 1 bilhão de litros de água e que o Brasil é o maior consumidor de agrotóxico. Cada brasileiro(a), através dos produtos com que se alimenta, ingere em média de 5 a 8 litros de agrotóxicos por ano. E um plantio de algodão convencional tem em torno de 26 aplicações de agrotóxicos até a colheita. Ter veneno também em nossa roupa inquieta-nos e pede uma atitude.

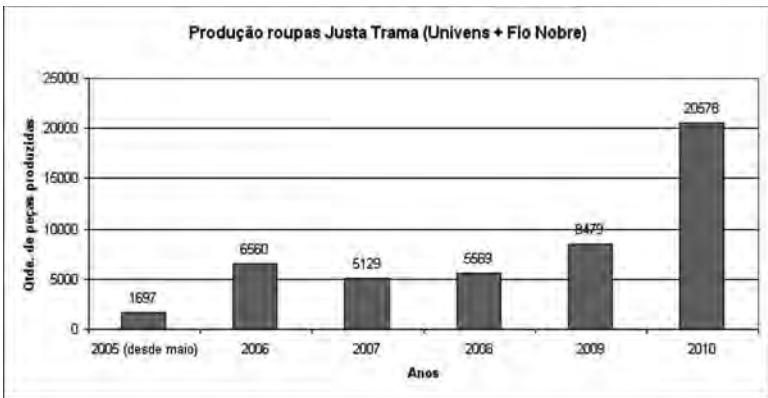
Foi assim que surgiu a Justa Trama em 2005: como uma cadeia do algodão orgânico, que envolve agricultores que plantam o algodão na cor cru e marrom sem agrotóxico, de forma agroecológica, consorciado com outros plantios, como o gergelim, o feijão e o milho. Organizados na ADEC, associação da região do sertão nordestino do Ceará, especialmente em Tauá, e mais tarde também no Mato Grosso do Sul, em Pontaporã, no assentamento Itamarati, maior assentamento do Brasil com 3 mil famílias, um grupo de agricultores associados à AEFAF (Associação Escola Família Agrícola da Fronteira) planta o algodão na cor rubi e nosso primeiro plantio de verde. Esse algodão segue para a cidade de Pará de Minas, em Minas Gerais, onde a Co-

pertêxtil produz o fio e o tecido. Esse segue para Porto Alegre, onde a Cooperativa Univens confecciona as roupas das mais diversas, como calças, blusas, camisas, jaquetas, bolsas, camisetas, vestidos, lençóis... O coletivo Inovarte produz bichos feitos com retalhos de tecidos. Ainda em Rondônia, a Cooperativa Açaí produz, com os retalhos bonecas diversas, colares à base de sementes e os botões à base da casca do coco, da jarina ou do tucumã.

Construir essa cadeia de cooperativas e associações, onde o algodão percorre mais de 5 mil quilômetros no Brasil, tramando juntos, com seriedade e transparência, a cada dia e em todos os dias, tem sido o maior de todos os desafios. Vencer essa distância, as diferentes culturas que caracterizam as cinco regiões de nosso Brasil, envolvendo mais de 500 trabalhadores e trabalhadoras, exige rever nossos conceitos e nossas práticas.

Tivemos um primeiro momento de afirmação, que foram nossos primeiros cinco anos: divulgar, entrosar-nos, fazer acreditar... esse processo está no livro *Tramando certezas e esperanças*. Já a partir de 2010, conseguimos nos fortalecer também do ponto de vista da produção e da comercialização.

Nossa produção vem crescendo:



Trabalhar e produzir coletivamente sempre é um grande desafio. Comercializar de forma sustentável e ao mesmo tempo justo, dentro de um sistema capitalista, individualista e que pro-

voca e induz a um consumo desenfreado e até mesmo irresponsável, é bastante difícil! Na realidade, estamos na contramão do sistema, pois a nossa pauta são o consumo consciente e o comércio justo. É fazer as contas juntos, participar dos momentos em que o dinheiro não cobre tudo, tem estoque excessivo, em que a seca, especialmente na ADEC, provoca a perda de quase toda a produção.



Ou então as chuvas que alagam a sede da Cooperativa Fio Nobre e o plantio dos agricultores assentados da AEFAP.. E o alagamento provocado pela mudança do leito do rio por causa da construção das barragens e usinas de Rondônia na Cooperativa Açaí. Os arroios que alagam as casas, os perigos das redes de alta tensão que estão por cima das casas, as instalações precárias que geram valores excessivos de energia elétrica. Os plantios de agrotóxicos no entorno dos plantios orgânicos, que exigem construção de barreiras, ou a ameaça dos transgênicos, isso sem falar do trabalho sedentário das costureiras da Cooperativa Univens.

É isso que somos num país gigante! As contradições estão presentes todo dia...

Isso tudo é motivo de desânimo? Não. Somos uma grande família e compartilhamos também os bons momentos, como a boa colheita, a conquista de mais um agricultor, de mais uma cidade, de mais um trabalhador(a). Um novo produto criado, um novo equipamento, uma nova estrutura construída, um convite, um novo consumidor que mudou sua postura. Isso é mais forte do que tudo; isso compartilhamos!

Com a Justa Trama aprendemos que podemos sonhar que somos capazes e que não somos trabalhadores(as) fechados em caixinhas; muito pelo contrário, nós podemos pensar o todo. Podemos ser costureiras pensando marcas, podemos ser agricultores pensando modelos, podemos romper e construir novos paradigmas, como sempre dizia Maria Dalvani.

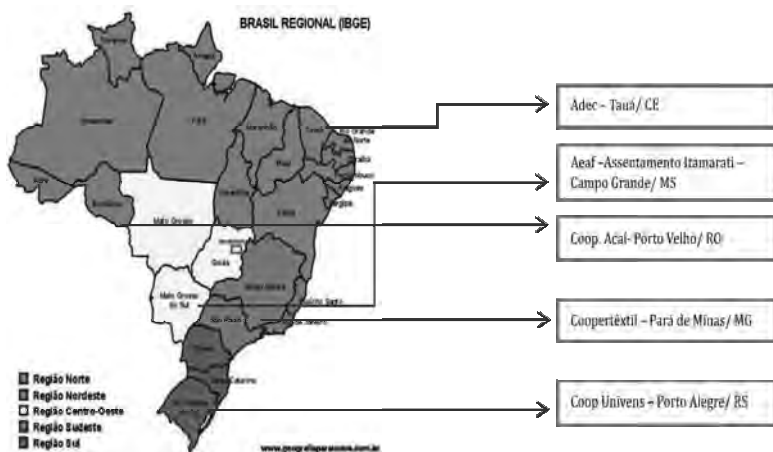
A Justa Trama é esse resultado: a consolidação que foi se dando de modo muito especial em 2010/2011 com uma produção própria e diferenciada, com mais qualidade e produtos mais elaborados. Mesmo assim tínhamos uma grande inquietude: Como melhorar a qualidade do que produzimos? E isso se fazia necessário em todos os elos, desde o plantio, a colheita, fiação, tecelagem e a produção das peças, especialmente no acabamento. E ainda sonhávamos em produzir roupas tingidas com tintas naturais para atender os pedidos das cores que sempre estavam na pauta.

Foi nesse período que conseguimos aprovar um projeto com a Petrobras numa seleção pública, aliás, a última seleção pública que a Petrobras realizou até 2020. Fomos selecionados: a Trama do Algodão que Transforma. O projeto previa a construção da sede da Justa Trama e a montagem da infraestrutura necessária para produzir roupas tingidas com as tintas naturais, porque não admitiríamos fazer isso se não fosse com tintas naturais e no processo também orgânico, que preservasse toda essa construção dos princípios de nossa história. Esse projeto também nos ajudou com equipamentos junto aos agricultores, como extratora, um carro para a ADEC atender melhor o acompanhamento técnico junto aos agricultores. Para a Cooperativa Univens e a Açaí conseguimos novos maquinários, inclusive na

Coopertêxtil. Ainda durante dois anos tanto na ADEC quanto na AEFAF tivemos dois técnicos acompanhando os agricultores no plantio com animação, articulação e especialmente ajudando no manejo agroecológico.

2. A trama do algodão que transforma

A Central Justa Trama é a maior cadeia produtiva de algodão orgânico, articulando 500 cooperados/associados em cinco estados: Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Ceará e Rondônia. Esse processo inicia no plantio do algodão agroecológico e vai até a comercialização de peças de confecção produzidas com esse insumo. Assim, a Justa Trama nasce a partir do sonho dos empreendimentos da confecção, inspirados na elaboração dos Complexos Cooperativos, propostos pela Agência de Desenvolvimento Solidário – CUT, que incentivava ter um produto próprio. Um produto que, do começo ao fim, fosse desenvolvido por trabalhadores solidários, fazendo diferença não só em relação a seu modo de produção e valorização do trabalho, mas também em relação à qualidade e preservação do meio ambiente: a cadeia do algodão agroecológico.



A Trama do Algodão que Transforma. Esse foi o nome do projeto da Petrobras e que nos transformou. Desenvolvemos, em um processo bastante participativo, um plano de negócios que nos ajudou a redefinir nossa visão e nossa missão.

Missão:

Articular e integrar os empreendimentos da cadeia produtiva da fibra ecológica através do plantio, da transformação, produção e comercialização, promovendo a economia solidária, a sustentabilidade, a agroecologia, o comércio justo, o consumo consciente, a preservação do meio ambiente e a distribuição justa de renda para seus associados e a sociedade em geral.

Visão de futuro:

Ser referência nacional e internacional de cadeia produtiva, integrada de fibras ecológicas da economia solidária, promovendo o desenvolvimento local e sustentável, ambiental e social.

Valores:

- Preservação do meio ambiente;
- Distribuição justa de renda.

Apresentação das cooperativas e associações que fazem parte da Cooperativa Central Justa Trama. Todos são associados, e para fazer parte devem estar inseridos em algum elo do processo produtivo:

a) Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá – ADEC

Localizada no município de Tauá no estado do Ceará, uma associação de agricultores familiares que fornece as sementes aos produtores e que, após o cultivo, beneficia e comercializa o algodão em pluma para o restante da cadeia. Os atuais agricultores/as familiares da ADEC dedicam-se à produção de algodão e de culturas alimentares em sistemas agroecológicos consorciados. O algodão é certificado como orgânico pelo IBD.

**b) Associação da Escola Família Agrícola da Fronteira
– AEFAF**

Surge em 2002 no local onde estão assentadas 3 mil famílias. Esse é o maior assentamento do Brasil. Localizada em Itamarati, iniciou o plantio de algodão orgânico em 2011 quando foi incorporada pela cadeia. A AEFAF traz um grande diferencial para a Justa Trama: o algodão colorido nas cores rubi e verde e, posteriormente, manteve-se no rubi.

c) Cooperativa Têxtil de Pará de Minas – Coopertêxtil

Localizada no município de Pará de Minas no estado de Minas Gerais. Teve origem durante o processo de concordata de uma antiga indústria têxtil em 1988, quando o prédio e o maquinário foram arrendados pelos ex-funcionários, que criaram a cooperativa e tornaram-se sócios para iniciar a produção de fios e tecidos. Atualmente, enfrenta fortes dificuldades econômicas, inclusive desativando setores da produção, como a fiação e a tecelagem; mantém-se com o acabamento e o tingimento dos tecidos. Diminuiu muito seu quadro de associados.

d) Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos – UNIVENS

Localizada em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. A UNIVENS foi fundada em maio de 1996 por mulheres que resolveram formar a cooperativa para enfrentar a necessidade de geração de renda e trabalho coletivo. Atualmente, está com 23 associadas, agregando os serviços de serigrafia e bordado ao da costura, personalizando assim qualquer tipo de produto. Também desenvolve o tingimento natural nas peças e tece a meia malha no tear circular da Justa Trama.

**e) Cooperativa de Trabalho dos Artesãos do Estado
de Rondônia – Cooperativa AÇAÍ**

Localizada em Porto Velho, Rondônia, é responsável pelas sementes e bijoias que ornamentam as peças. Dedicar-se à produção dos botões provenientes do coco e do tucumã, também à

confeção de bonecas com retalhos de tecidos da confecção. São artesãs e artesãos.

Além disso, temos a parceria do Coletivo Inovarte, que produz bichos (pequenos animais) com os retalhos dos tecidos. E com Reni a produção dos jogos pedagógicos, que aproveita os retalhos ainda menores.



3. A Cooperativa Fio Nobre

É muito importante não esquecer que, durante esse período de 2010 a 2014, vivemos internamente momentos difíceis: um exemplo é a cooperativa Fio Nobre, que, por várias dificuldades de gestão e sobretudo de mercado, teve seu fim, deixando de ser cooperativa. Todas as pessoas que faziam parte da cooperativa acabaram indo para outros mercados e outros projetos. Foi um período longo, muito desgastante e de muito sofrimento.

A Fio Nobre fazia na origem fitas para calçados, bem antes da Justa Trama. Com a queda do mercado das fitas necessitava

de uma grande demanda da Justa Trama e que fosse permanente, o que não era possível ainda, pois na Justa Trama tudo está em construção e significa, para todos os elos, uma parte da produção. A Fio Nobre, devido à necessidade de demanda maior e pela instabilidade de mercado, não conseguia ter um retorno de renda que sustentasse os seus associados. Em todas as iniciativas de economia solidária, esse processo sempre vem acompanhado de um desgaste interno nas relações e na gestão. Foi difícil para todos, pois perdemos um elo fundador que teve sempre uma participação ativa e especial na construção de todo o processo.

Contudo seguimos, e havia nesse período um olhar atento sobre essa caminhada para que seguissemos e pudéssemos também inspirar outras iniciativas. Por toda essa caminhada e construção, em 2015, a Justa Trama foi reconhecida com o prêmio de Boas Práticas em Economia Solidária pelo Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES). O prêmio, aliás, chama-se Prêmio Sandra Magalhães, uma homenagem a Sandrinha, do Banco Palmas do Ceará.



Recebimento de Prêmio Boas Práticas de Economia Solidária do BNDES – Homenagem a Sandra Magalhães (2015)



O prêmio foi em dinheiro. Para redes e cadeias com dimensão nacional, o valor foi de R\$ 50.000,00. Foi pura emoção, além de nos ajudar financeiramente.

A Justa Trama sempre manteve sua participação nos fóruns e nas atividades municipais, estaduais e nacional de economia solidária. A premiação aconteceu em Santa Maria/RS durante a Feira Internacional de Economia Solidária.

Na caminhada, sempre tivemos muitos desafios. Era superar cada um e preparar-se para o próximo! Com o tempo recebemos muitas observações e sugestões de que os produtos deveriam ter melhor qualidade em seu acabamento. Não foi por acaso, pois nossa ousadia nem sempre veio acompanhada do cuidado necessário para enfrentar o mercado e, sobretudo, em tempos de expansão a outros países. Nossos produtos chegaram à Itália e à Espanha; chegaram na mão de muitas pessoas que com muito respeito ajudaram-nos a perceber essas necessidades para poder entrar em outro patamar, em outro mercado. Nesse sentido, investimos muito para que os agricultores melhorassem o seu processo de colheita do algodão... Conseguimos contribuir para que

a Coopertêxtil, com as cardas, pudesse fazer um fio e um tecido com mais qualidade; intensificamos o processo de produção na Cooperativa Univens para ter um acabamento melhorado. Esse esforço é o que mais marca esse período da história.

Em 2015, no desfile de lançamento das peças coloridas e dos dez anos da Justa Trama, já dava para perceber a diferença nas roupas. Foi um momento muito especial com as crianças da Cooperativa Nova Geração, com os jovens da comunidade e também com pessoas da própria Economia Solidária do estado do Rio Grande do Sul vestindo a roupa... Reunimos mais de 300 pessoas da comunidade e parceiros nessa grande festa dos dez anos da Justa Trama. Conseguimos inclusive reportagens na televisão. Contamos com diversos convidados como: Petrobras, Sicredi, Central Única dos Trabalhadores, Unisol Brasil e a presença de parceiros do movimento da Economia Solidária. Tudo isso veio confirmar que a economia solidária pode avançar na organização de cadeias produtivas.





Contamos, nesse período, com um técnico na AEFAP e um técnico na ADEC. Isso nos proporcionou ampliar também a produção de algodão, de modo especial no Mato Grosso do Sul. Conseguimos chegar e acompanhar em nove municípios/cidades, talvez não da forma como gostaríamos e necessitávamos. Mesmo assim, os agricultores foram criando muita expectativa, sendo um período de encantamento e de muita expansão.



Com assentados de São Gabriel do Oeste/MS

Na Cooperativa Açaí, os(as) artesãos produzem os vários tipos de bonecas da Justa Trama e continuam produzindo os colares e os botões que são nossos adereços nas peças.



Atualmente, nosso algodão tem mais cores: temos a ADEC, do Ceará, que planta o algodão marrom e o algodão na cor natural, e temos a AEFAP no Mato Grosso do Sul, que planta o algodão rubi e plantou o verde.





Na Coopertêxtil de Pará de Minas são feitos o fio e o tecido. Desde 2016, a Coopertêxtil vive uma crise muito grande devido à exportação do algodão brasileiro. Por essa razão diminuiu muito o seu mercado de fiação e tecelagem; além disso, tem problemas de gestão interna. Quando uma cooperativa vem de um processo falimentar de uma empresa, o investimento para a compreensão da autogestão e do pertencimento à cooperativa requer formação permanente para que os trabalhadores incorporem essa nova fase; todos os trabalhadores, pois senão as relações de reivindicação permanecem, bem como o distanciamento entre os trabalhadores do administrativo e os trabalhadores da produção direta. Em 2017, foi desativado o processo de produção de fiação e tecelagem, permanecendo somente a parte do acabamento e do tingimento.

O estoque da Justa Trama do tecido e do fio que foi produzido na Coopertêxtil (e muitos dos tecidos) certamente permanecerá lá até 2021.



4. Produção e tingimento

O processo de aprendizagem do tingimento natural teve a participação de associadas da Cooperativa Univens, da comunidade e da Economia Solidária que se interessaram por esse processo. Nosso parceiro para a qualificação foi a Etno Botânica de São Paulo, que fez o curso em dois tempos. Foi um período intenso e de muito conhecimento... foram semanas de muito trabalho, e as peças iam ficando lindas com as várias cores.



Assim, em 2015, a Justa Trama comemorou os dez anos de existência com uma profunda inovação: poder tingir as peças de roupa produzidas com tintas naturais baseadas em pigmentos vegetais. Temos a certeza de que nossa história contribui para construir bases sólidas de mudanças para este nosso Brasil ao mesmo tempo em que percorremos o mundo para gritar que podemos sim produzir de outra forma, consumir de outra forma. É possível ter projetos que respeitem o meio ambiente e que distribuam de forma justa a renda! Por isso essa cadeia produtiva dá um novo sentido a nossas vidas. Estamos mudando um pedaço de nosso Brasil em sua estrutura, na essência do sistema capitalista.



5. Idalina

O ano de 2015 foi um período muito intenso, definido também como o ano da consolidação. Ao mesmo tempo foi um ano triste, porque foi o ano em que perdemos nossa amiga Idalina, que foi companheira de sonho de construção de tudo o que existe na Justa Trama. Tudo foi sonhado junto. Foi uma perda forte demais, muito difícil de encarar, difícil de aceitar; foi como se alguém tivesse tirado uma parte de nós, tivesse tirado um pedaço da Justa Trama. Nossa companheira deixou-nos na estação 2015.

Desde o surgimento da Justa Trama, seria impossível imaginar que algumas pessoas pudessem faltar. Idalina foi uma dessas pessoas.



Foram anos de sonhos, de gargalhadas, de alegrias, mas também de lágrimas que juntas aparamos. Vivemos a mais profunda utopia, e essa utopia segue e seguirá, pois temos a certeza de que onde ela estiver está nos acompanhando, dizendo-nos o tempo todo que sigamos em frente.

6. Nosso tear

Nesse mesmo período, a partir de um processo doloroso que se deu durante o ano de 2016, capacitamo-nos para operar o tear e produzir a malha na sede da Justa Trama. O tear pertence à Justa Trama desde o início, conseguido através de um projeto da Unisol com a SENAES e a Fundação Banco do Brasil. Nosso tear esteve com a Textilcooper de Santo André e mais tarde esteve em Santa Catarina para a produção junto a parceiros. Porém esse processo passou a ser desgastante por não conseguirmos acompanhar

de perto o processo. Em reunião, decidimos que ele viria para a sede da Justa Trama. Nossa sede já construída e inaugurada em 2015 não tinha previsão para esse equipamento. Por essa razão, precisávamos fazer uma série de ajustes, como derrubar paredes e depois reconstruí-las, arrebentamos o piso nos deslocamentos... mas hoje o tear está em nossa sede para a produção de malhas.



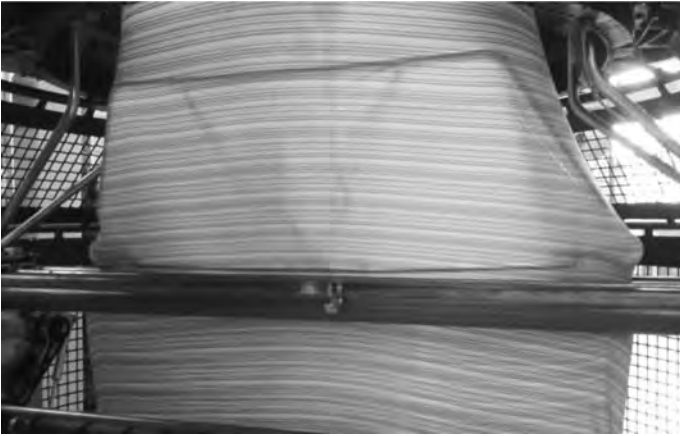
Tivemos que tomar uma decisão muito importante, pois a partir dessa possibilidade de ter na sede um tear com um processo todo automático ou automatizado de produção decidimos entre dois caminhos: buscar alguém que entendesse do tear, que, conforme a necessidade que tivéssemos, estaria lá fazendo a produção da malha, ou então qualificaríamos quatro costureiras da própria Univens para que aprendessem a produzir e, portanto, trazer esse conhecimento para nós. A decisão foi então de qualificar quatro cooperadas que dominariam essa máquina (Rosilene, Melissa, Gladis e Edília) e que assumiriam a produção da malha.

Nesse processo de aprendizagem, tivemos a parceria do Marcelo, da Santo Sudário de São Paulo. Com isso a Cooperativa Univens hoje, além de fazer toda a produção final das roupas, faz o tingimento natural e o processo de produção da malha no tear circular. É encantador ver essa máquina funcionando! As pessoas da comunidade vibram até hoje quando veem a máquina funcionando.



É tudo muito surpreendente, pois jamais imaginávamos que poderíamos fazer uma malha de listras grandes ou pequenas e que hoje podemos pensar peças variadas com essa produção. Isso nos dá uma alegria muito grande e motiva mais ainda a nossa

criatividade, pois podemos criar do jeito que achamos legal e podemos criar as peças conforme as listras que queremos.



Isso desenvolve habilidades que nunca havíamos imaginado ter. Muitas vezes, é difícil expressar o que um projeto ou um recurso ou mesmo um prêmio podem proporcionar de transformação em um coletivo. No caso do projeto com a Petrobras, provocou um impacto muito grande em nossa sede, infraestrutura, equipamentos, conhecimentos, mas especialmente essa descoberta de que nunca é o fim, sempre podemos aprender e desenvolver algo que não imaginávamos e que colocar desafios e ter oportunidades iguais nos faz chegar lá...

Com esse projeto, mais do que nunca, entendemos o que se passa com a maioria dos trabalhadores. Geralmente o trabalho dos pobres é sem qualificação e especialização, como se isso fosse só para quem tem outro nível de inteligência e escolaridade. Além disso, o sistema insiste tanto nisso, que passa a impressão de que só alguns possuem capacidade suficiente para estar em alguns postos ou executar algumas funções. Na verdade, o que descobrimos nessa caminhada e, mais intensamente nesse período, é que as oportunidades são dadas a poucos. E são exatamente essas oportunidades que agregam valor, melhoram a vida e, especialmente, provocam autoestima e valorização de capacidades desconhecidas.

Esse mundo do trabalho é muito provocante, pois por ele passa a riqueza do mundo, passam a felicidade e a realização do ser humano, que dedica os melhores tempos de sua vida ao trabalho. Esse trabalho, sem dúvida, vai além do direito a comer, vestir, morar, estudar... ele precisa realizar o ser humano, desenvolver suas capacidades e dons. Ninguém nasceu para fazer o pior trabalho e ainda por cima uma vida repetitiva. Entendemos que são nesses trabalhos que devem chegar urgentemente as tecnologias, pois o ser humano é muito especial para dedicar sua vida fazendo o mesmo que uma máquina, ou pior, fazer o que nem a máquina quer fazer.



Esse mesmo sentimento foi reafirmado pela parceria com o Instituto Renner na criação de uma nova coleção de cinco *looks* com em torno de dez peças. Decidimos qualificar cinco costureiras da Cooperativa Univens para trabalhar mais na criação das peças. É marcante sentir que podemos criar peças novas, criar a modelagem e que isso está perto da gente, que não existem limites. Nós rompemos os limites!

7. As reuniões e as assembleias

Conseguimos manter pelo menos duas reuniões presenciais por ano, quando tomamos todas as decisões da Justa Trama. Mantermos também outras formas de decisão, seja por mensagens, telefonemas ou e-mails. Somente assim podemos garantir, como sempre, um processo democrático nas discussões e nas decisões.



Direção eleita para o período de 2017 a 2020

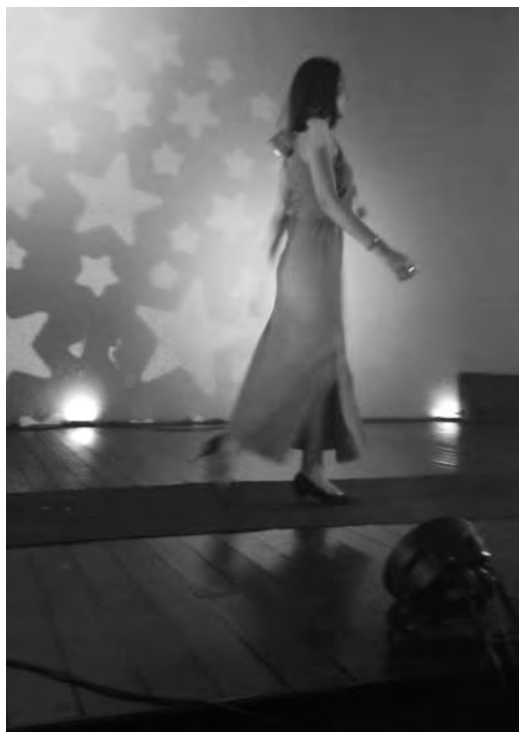
A Cooperativa Central Justa Trama continua sendo representada por um e/ou dois de cada um de seus elos. Vivemos um período forte em que a presença da questão das políticas públicas passou a ser uma marca na Justa Trama e garantimos que em cada lugar onde realizamos nossas reuniões conversássemos com os gestores locais.

E isso foi acontecendo de várias formas:

Na reunião em 2017, na ADEC, conseguimos organizar um desfile em parceria com a Prefeitura de Tauá, tendo apoio de gestores públicos. Além de entrevistas nas rádios locais, realizamos a feira para que a comunidade local pudesse conhecer os produtos que resultam do algodão que vem de lá. As pessoas ti-

Nelsa Inês Fabian Nespolo

nham muita curiosidade e ao mesmo tempo orgulho, de modo especial os agricultores do local.



Da mesma forma, conseguimos fazer isso em outros lugares (elos). Muitas vezes, envolvemos a gestão pública; em outras, as organizações parceiras. Os desfiles são um momento propício para isso, inclusive para envolver a população local, como aconteceu com os filhos de agricultores e os próprios agricultores em Tauá em 2017.

Em 2018, durante a reunião da coordenação em Rondônia/Porto Velho, a Cooperativa Açaí organizou, juntamente com o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), no próprio Instituto, o desfile com alunos, pessoas da comunidade e da cooperativa.



No segundo semestre de 2018, realizamos a reunião na AEFAP – Assentamento Itamarati. Na ocasião, visitamos as instalações, o processo de descarçoamento e de prensagem dos fardos. Desse processo e dessa reunião resulta a determinação que deveríamos juntos viabilizar a máquina de descarçoamento para garantir mais qualidade na pluma de algodão.



Nossa assembleia em janeiro de 2019 teve um diferencial. Realizamos essa em São Paulo, antecedendo o Congresso da Unisol. Ampliamos a participação na representação, e as mulheres, sobretudo da ADEC, marcaram presença e participação. Visitamos o SENAI Têxtil de São Paulo na região do Brás, como um bom intercâmbio de conhecimento das novas tecnologias, com a presença de todos os representantes dos elos. Conseguimos, antecedendo a apresentação do bom resultado do balanço de 2018, acordar os acertos de todas as pendências financeiras que havia em cada elo.



As reuniões de coordenação sempre têm um diferencial. Integram os representantes com a comunidade local, apresentando as várias interfaces da Justa Trama.

Ainda em 2019, em agosto, completamos o círculo e realizamos nossa assembleia na Coopertêxtil. Foi muito diferente da vez anterior quando lá realizamos a reunião; agora, parte da fábrica estava desativada e o número de associados estava bastante reduzido. O maior impacto são a determinação e o compromisso da Coopertêxtil de continuar sendo nosso elo para todo o pré-encolhimento dos tecidos, assim como para estampar tecidos inteiros.

Realizamos também um momento de formação no sentido do pertencimento da Justa Trama e de que todos somos responsáveis para fazê-la acontecer. Definimos desafios e, sobretudo, que em cada elo é importante estarmos fortalecidos para fortalecer o todo, o conjunto. Ter feito a reunião dentro da Coopertêxtil ampliou a participação com os diretores da Coopertêxtil: Julio, Zé Ribeiro e Geraldinho, além dos demais associados. O presidente Chicão e os representantes Íris e Heleno participaram durante todo o tempo da reunião.





A Justa Trama tem sido uma inspiração para outras iniciativas de cadeias produtivas, como abordado nas últimas páginas do livro *Tramando certezas e esperanças*, em que a Justa Trama inspirou outras iniciativas de cadeias no estado do Rio Grande do Sul, como a cadeia do PET, das frutas nativas e a possibilidade de uma cadeia de pedras preciosas, do peixe e da lã. Quer dizer, podemos pensar dentro da economia solidária cadeias que sejam possíveis envolvendo as várias etapas de produção. Isso ajuda a agregar valor, pois não tem atravessador e aproxima os trabalhadores(as) organizados em coletivos, cooperativas e associações.

Podemos trabalhar juntos, podemos produzir juntos. Podemos dividir os ganhos juntos e, por causa disso, temos participado de inúmeros encontros, de atividades e intercâmbios, sejam eles dentro do Rio Grande do Sul, de Mato Grosso do Sul, do Ceará, da Rondônia ou Minas Gerais... Andamos por esse Brasil a fora e ao mesmo tempo para fora do Brasil.

Participamos de eventos importantes no Uruguai, no Paraguai, bem como na Espanha e na Itália, apresentando a Justa Trama para o próprio movimento sindical italiano – CCGL, demons-

trando o que é possível de fato ser construído e o impacto que isso pode causar na vida das pessoas. Queríamos mostrar que para os trabalhadores é importante ter oportunidade, e as oportunidades nos fazem construir um mundo mais justo, mais solidário e mais humano e que essa construção nos faz superar os limites colocados pelo sistema. Se conseguirmos nos qualificar melhor, seremos capazes, pois o conhecimento é algo muito importante na vida das pessoas... Lamentavelmente, ele é privado para tão poucos, e a Justa Trama tem avançado nisso, de poder compartilhar esse conhecimento.

Com certeza, quando iniciamos nossa experiência, jamais imaginávamos que pudéssemos ter agricultores sugerindo modelos de roupas, participando de uma forma tão ativa e encantadora. Que pudéssemos opinar sobre modelos de bonecas com que crianças gostam de brincar, que pudéssemos pensar como avançar uma marca, traçar estratégias de comercialização, projetar o que sonhamos para os próximos dez anos. Isso é possível construir juntos...

Quem não sonha não tem planos. Nós temos muitos planos, e sonhos não faltam em nosso dia a dia!

8. Reconhecimento da FAO – ONU

O ano de 2016 foi um ano com uma marca muito especial, que nos fez vibrar muito! A FAO, da ONU, escolheu-nos como a melhor metodologia para enfrentar a pobreza nos países que tiveram interrompido o processo de plantio e produção de algodão, de modo muito especial a Bolívia, o Paraguai, a Colômbia e o Peru. Conforme ela, o processo que a Justa Trama desenvolve, a metodologia, é possível ser aplicada em outros lugares. Foram realizadas pesquisas e um estudo para chegar a esse resultado, que foi publicado como documentário. Vou reportar aqui no livro alguns trechos, porque foram muito marcantes para nós! Participar desse processo e ter esse reconhecimento a nível internacional foi muito importante!



Tramando e transformando: Justa Trama, a cadeia solidária do algodão agroecológico

Série “Estudos sobre a cadeia de valor do algodão na América Latina e no Caribe”

Sustentabilidade ambiental

Ao combinar o sistema de produção de algodão orgânico ao encaideamento produtivo solidário, o modelo da Justa Trama faz frente ao desafio de diminuir o uso abusivo de agrotóxicos no algodão, gerando efeitos positivos para o meio ambiente e a qualidade de vida das famílias.

Os agricultores associados à ADEC e AEFAF explicam que o cultivo do algodão passou a ser visto pela perspectiva da sustentabilidade ambiental e apontam que a adoção do sistema orgânico resultou no **efetivo controle de pragas** e no melhor uso da água e do solo, mesmo sem uso de fertilizantes químicos ou agrotóxicos. A eliminação desses produtos garantiu mais saúde para os que trabalham no campo, suas famílias e suas comunidades.

Os depoimentos nesse sentido são contundentes: “o número de produtores que ficam doentes diminui e não sabemos mais de mortes relacionadas ao uso dos químicos por aqui”, comentam os agricultores da AEFAF.

Os agricultores familiares desenvolveram **capacidade técnica e profissional** não somente para o cultivo do algodão, mas também para a gestão das suas associações, beneficiando um grande número de pessoas. Ao comprovarem as vantagens do algodão agroecológico, os assentados da AEFAF passaram a investir em outros cultivos orgânicos, a exemplo do maracujá. As certificações do algodão e do maracujá, juntas, dão **credibilidade aos produtos da associação** e hoje incentivam a formação de uma cultura agroecológica de agricultores familiares e comunidades vizinhas.

As vantagens não param por aí e se estendem à **segurança alimentar das famílias**. Com o apoio da ONG Centro de Pesquisa e Assessoria ESPLAR, o algodão produzido pela ADEC é consorciado com cultivos alimentares, como o feijão e o milho, e complementa a renda com o gergelim e a mamona (usada na produção de biodiesel).

A **conscientização** é promovida em toda a cadeia produtiva. Nos elos industriais, a fibra de algodão naturalmente colorido possibilita que as peças finais da Justa Trama dispensem tingimento dos fios e tecidos com produtos químicos, fazendo com que o trabalho da Justa Trama contribua com a redução de impactos ambientais.

Em todo e cada elo produtivo, o desperdício é combatido pelo aproveitamento integral dos insumos disponibilizados. Um exemplo é a utilização de retalhos de tecido para a cobertura de botões e outros detalhes das peças na etapa de confecção, incrementando também a renda dos trabalhadores. Ademais, **o consumo consciente é difundido** pela marca e promove a reflexão por parte do consumidor a respeito das consequências de seus hábitos para o meio ambiente e para a sociedade.

Equidade de gênero

A presença das mulheres faz parte da trajetória da Justa Trama desde o seu princípio. Hoje, mais empoderadas, elas atuam efetivamente em todos os elos da cadeia, garantindo seu espaço nos processos produtivos, nas decisões sobre a lavoura de algodão e na gestão dos vários empreendimentos solidários participantes. O preconceito das famílias em relação à participação das mulheres no trabalho fora da casa diminuiu, ao passo que a renda delas é maior para colaborar com as despesas domésticas. A influência da perspectiva de gênero fez com que os empreendimentos alterassem seu estatuto para garantir a participação de mulheres na direção das entidades, como foi o caso da ADEC no Ceará, onde predominavam homens. A mudança exige o envolvimento de pelo menos 30% de mulheres no comitê diretivo da associação. Por sua vez, os homens da Justa Trama manifestam que, em consequência da maior participação delas, eles passaram a ter mais respeito e a valorizá-las cada vez mais.

Um sonho comum

Esse leque de resultados alcançados pela participação numa rede de economia solidária proporcionou o resgate de autoestima e de valorização dos trabalhadores e agricultores familiares. A satisfação pessoal alcançada, aliada ao desejo de transformação social, motiva os empreendedores a continuar perseguindo interesses comuns, o que aumenta a responsabilidade dos integrantes para com os demais elos da cadeia. Existe uma preocupação de cada elo em fazer seu trabalho bem feito para não prejudicar os demais, e essa atenção com o outro fortalece a capacidade de ação e articulação coletiva, especialmente relevante na distribuição e comercialização dos produtos.

Lições aprendidas

A Rede Justa Trama é uma experiência desbravadora que tem muitas lições aprendidas em associatividade para contar esses dez anos desde sua fundação. Essa aprendizagem também aponta fatores importantes que podem contribuir para o sucesso de formação de redes de empreendimentos solidários para acesso de mercados de nicho em outros contextos.

Desenvolver capacidades na engenharia da cadeia

As cadeias produtivas solidárias são articulações de empreendimentos econômicos interconectados e interdependentes, que se organizam em rede para realizar em conjunto todas as etapas necessárias para a produção, transformação, distribuição e comercialização de um produto acabado e devidamente inserido no mercado para consumo final. Por essa razão, na perspectiva do comércio justo, há a necessidade de gerenciar de modo a que todos os segmentos atinjam resultados econômicos, sociais e ambientais positivos simultaneamente, sem exclusão e de forma equitativa. Para tanto, a gestão da cadeia deve partir de uma visão sistêmica, que extrapole o entendimento segmentado por elos e que permita que cada ator compreenda como a sua atuação atinge a rede como um todo. A perspectiva dos processos interligados é outro fator importante. Os empreendimentos devem manter relações solidárias entre si, buscando o desenvolvimento de todos os elos e não apenas o de si próprio.

* * *

9. Nossa ação representativa

Contudo, no ano de 2016, começa um período em que a conjuntura do golpe no Brasil tem nos afetado muito, pois interrompe as políticas públicas a nível federal; estamos passando por um período muito complicado. A então presidenta Dilma foi tirada do governo por um processo para o qual não há outro nome a não ser golpe. A partir de então segue um clima de depressão no país e que nos afeta muito. Foi naquele ano que participamos, a

convite de Conosud/Cerrai, através de Gabriel Abascal, do FMAT – Fórum Mundial de Acesso à Terra em Valença/Espanha. Lá nos somamos para denunciar o golpe no Brasil. Participamos também em debates em Valença, Zaragoza e Madrid. Estivemos lá, Nelsa e Vitor.



É o mundo e o povo brasileiro tentando entender o que acontece no Brasil. Podemos dizer que o ano de 2016 não foi o melhor tempo para a Justa Trama, mas para o Brasil foi um desastre. Foi nesse ano que também perdemos na estação 2016 outro fundador histórico, que foi o seu Chiquinho, da ADEC. Foi um impacto grande, pois com sua sabedoria e persistência animava sempre a todos.

Já em 2017, conseguimos renovar o apoio do Instituto Renner e dar mais força para a Justa Trama. Foi como acender uma luz que fez com que a gente retomasse nosso trabalho com mais energia e avançamos, então, com as peças diferenciadas com mais valor agregado. Agora teríamos que enfrentar o período em que na Coopertêxtil se intensificaram mais as dificuldades internas e, especialmente, financeiras.

10. Dalvani

Aquele ano também foi mais um ano sofrido, porque Dalvani, da Cooperativa Açai, desembarcava na estação 2017. É um pedaço da Justa Trama que também parte e deixa um profundo vazio. Ela tinha pela Justa Trama um dos sentidos de sua vida; com participação ativa e com esforço sem medida encantava com suas falas e emoções. Ela também foi nossa sócia-fundadora de primeira hora da Justa Trama. Dalvani falava sempre emocionada da destruição da Amazônia, das mulheres e dos desafios pela causa.

As partidas têm sido doloridas para todos. Lembramos de cada ato, do sorriso e da particularidade de cada um nas falas. Sim, temos hoje convicção de que somos insubstituíveis; outros virão, mas não serão iguais. Cada um de nós carrega algo especial e muito próprio. Por isso, mais do que nunca, vivamos intensamente para que sigamos, pois os desafios estão à nossa frente; não podemos parar essa história, temos a missão de continuar a luta e a história dos que tiveram que descer antes do tempo na estação da vida.

11. Campanhas e desfiles

Ainda no final de 2017, lançamos a nova coleção da Justa Trama na Feira Estadual de Economia Solidária em Porto Alegre, trazendo palavras de ordem e, sobretudo, com uma ótima participação da comunidade.



Desfile na Feira Estadual de Economia Solidária – RS

Nosso desafio é avançar na comercialização e avançar na articulação interna. Estamos com novos produtos, novas parcerias e novas marcas se aproximando. Ampliamos a venda de tecidos e a produção de peças de outras marcas. Conseguimos colocar os produtos da Justa Trama em vários pontos e, finalmente, estamos chegando também em São Paulo.

Construímos uma tabela para comercializar com prazos para pagamento de 30, 60, 90 e 120 dias e 15% de desconto. Já o consignado só vale para a primeira compra. Os 15 pontos de venda em 2017/2018 estavam assim situados:

- Porto Alegre/RS (4 pontos)
- Canoas/RS
- Ivoti/RS

- Itajaí/SC
- Florianópolis/SC
- Maringá/PR
- Santa Cruz do Sul/RS
- Santana do Livramento/RS
- São Paulo/SP
- Pindamonhangaba/SP
- Campinas/SP

Ocupamos vários espaços de feiras com venda direta, em feiras orgânicas, de Economia Solidária e feiras alternativas que “dialogam” com o tema. Com o apoio da ONG Garraf Coopera criamos um *site* novo para dar mais uma cara comercial e institucional e de fato para ser um *e-commerce*.



Feira de Santa Maria no RS, em 2018

O crescimento da Justa Trama significa também a viabilidade financeira de cada um dos seus elos filiados. Paralelamente a isso, queremos avançar em campanhas de mídia, campanhas com todos os meios que pudermos e conseguirmos. Queremos conscientizar as pessoas do que é um comércio justo, do que é um

valor justo de uma roupa que veste a consciência. Ao mesmo tempo, pretendemos fazer com que as pessoas pensem sobre de onde vem a roupa que vestem e para onde vai a roupa que vestem, quem a produz e, sobretudo, para onde vai o dinheiro que é pago para essa roupa. Temos muita alegria em poder demonstrar isso na Justa Trama, sobretudo que o dinheiro que as pessoas pagam pela roupa que compram é distribuído de forma justa entre todos os que participam desse processo.



Feira de Santa Maria no RS, em 2018

Sentimo-nos na obrigação de informar e conscientizar as pessoas de que o algodão convencional tem 26 aplicações de agrotóxicos até virar a pluma que o transforma em tecido e roupa. Todos têm de saber que um litro de agrotóxico contamina um bilhão de litros de água e saber que esse veneno, mesmo com todo o processo de industrialização, continua acompanhando o algodão e que esse algodão convencional, de que é feita a roupa, é usado na roupa íntima, nos lençóis, nas camisetas e que as pessoas carregam esse veneno o tempo todo... As pessoas precisam saber

disso, precisam conscientizar-se, precisam mudar de atitude. A Justa Trama quer encantar, pois é a única marca 100% brasileira, orgânica e com justa distribuição de renda em todo o seu processo de produção, desde o plantio do algodão até a roupa pronta.

12. Desafios

O foco que mais desafia em 2018 é a comercialização. Intensificamos o nosso trabalho com campanhas de Comércio Justo, com denúncias dos venenos colocados no algodão.

A colheita na ADEC em 2018 tem melhorado e assim animado mais. Foi um ano em que a seca não castigou tanto os agricultores, pois os últimos cinco anos têm sido bem difíceis.

Percebemos novas perspectivas junto ao Instituto Federal de Rondônia – IFRO para que possamos processar a extração das cores dos pigmentos das plantas da Amazônia.

Também o Instituto se propôs para, além de avançar com as tintas, acompanhar o processo de gestão e de qualificação da produção das bonecas. Ao mesmo tempo, amplia-se a possibilidade de criar uma articulação entre os Institutos Federais dos vários estados para termos um termo de cooperação no sentido de fortalecer a gestão interna de cada elo da Justa Trama.

Colocamo-nos também o desafio de produzir o cordão e reativar o coletivo que produza as roupas de tricô.

Vários desafios estão colocados no sentido de que possamos impactar na comercialização. Estamos próximos de ter uma produção infantil com parceria para dar impacto de fato à comercialização. São diálogos que nos aproximam de outras fibras naturais.



Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, recebendo uma jaqueta da Justa Trama por Caminos



Pepe Mujica, ex-presidente do Uruguai, recebendo o livro *Tramando certezas e esperanças*

Pepe Mujica ajuda-nos a compreender o que o sistema faz conosco: *Primeiro, ele nos convence de que temos muitas necessidades materiais para depois nos fazer trabalhar a vida toda para satisfazer essas necessidades que o sistema nos convenceu que temos.*

Nesse mesmo ano, o que nos marca também é a abertura do ponto de venda no morro Santa Tereza, Rio de Janeiro, Raízes do Brasil. Com a ajuda da Martina, da Cospe, conseguimos ir até o ponto para conversar, trocar ideias, fazer propostas... e hoje temos o pé no Rio de Janeiro.



Essa é nossa estratégia: fazer parceria com pontos para que nossas roupas sejam uma das alternativas de Comércio Justo e, sobretudo, no mundo dos que acreditam que uma vida sem veneno, seja para comer ou para vestir, nos faz mais felizes e saudáveis.

No final de 2018, conseguimos concretizar a parceria com o Instituto C&A, e foi possível dar um impacto importante em 2019. Para fortalecer a gestão em cada elo e os processos de ges-

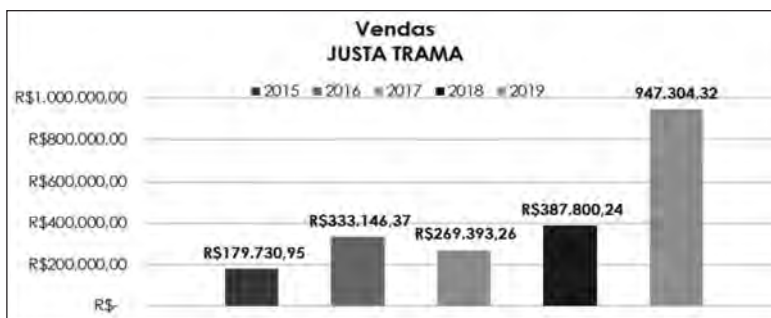
tão da Justa Trama em si, implementamos intercâmbios intercooperativas e com associações; desenvolvemos novas coleções e abrimos mais mercados, ou seja, lojas parceiras, mesmo que sempre impactamos nosso orçamento com os produtos corporativos...

Esse apoio veio fortalecer-nos também junto às ações desenvolvidas no projeto Redes da Unisol Brasil, com recurso do Governo Federal, e a longa parceria com a Garraf Coopera da Espanha. A caminhada construída nos últimos anos com o Instituto Renner tem nos ajudado na infraestrutura para melhorar o ambiente de trabalho, inclusive na construção do segundo piso da sede da Justa Trama. Materiais de divulgação têm feito a diferença, além do novo *site*, entre outras ações de impacto.

O ano de 2019 teve o melhor resultado financeiro da Justa Trama dos últimos anos, apesar de toda a situação do Brasil, onde o crescimento da economia tem ficado em 1,1%, e tem apresentando resultados negativos em muitos setores, além do desemprego que atinge 12,7% da população, ou seja, 13,4 milhões de brasileiros(as). Estamos trabalhando com um produto diferenciado e com um público que tem a decisão de fortalecer seu consumo com produtos agroecológicos em todas as áreas.

Nosso faturamento:

Vendas – Justa Trama					
Total	2015	2016	2017	2018	2019
	R\$ 179.730,95	R\$ 333.146,37	R\$ 269.393,26	R\$ 387.800,24	R\$ 947.304,32



Mateus Casenote

A venda de tecidos da Justa Trama, em metro ou rolo, tem impactado bastante no faturamento, além de incentivar outras marcas a buscar esse produto para desenvolver seus próprios modelos. A venda é de moletinho peluciado e careca, meia malha, tricoline cru e pré-encolhido, brim pré-encolhido, sarja pré-encolhida. O funcionamento do tear abriu-nos muito a possibilidade de produzir a malha com listras e tem diferenciado nossos produtos.

Metros em tecidos e malhas vendidos – Justa Trama				
	2016	2017	2018	2019
Jan		66	160	262
Fev			109	140
Mar		251	322	139
Abr		79	80	573
Mai		125	235	789
Jun		52	202	349
Jul		55	254	668
Ago		83	300	731
Set	324	155	310	1289
Out	212	416	837	232
Nov		234	354	576
Dez	109	128	188	146
Total	645	1.644	3.351	5.894



Mateus Casenote

O crescimento das vendas de tecido e, por outro lado, a situação econômica por que passa o Brasil a partir do Governo Bolsonaro tem trazido reflexos na economia, especialmente provocada pela insegurança com o futuro, direitos ameaçados e outros retirados e as políticas públicas de inclusão desaparecendo... Assim, os espaços, especialmente de feira, têm um grande impacto na diminuição de vendas e também delas acontecerem, e isso repercute fortemente na produção e venda de peças com a nossa marca.

Os produtos corporativos também têm impacto negativo, pois todos tentam controlar mais seus custos. A quantidade na produção de peças necessariamente não é o que define o valor final em nosso faturamento, pois às vezes vendemos muito, mas são produtos de embalagens ou corporativos que quase não agregam valor; outras vezes, temos a produção de peças elaboradas com mais valor agregado e que impactam mais no resultado econômico. Por exemplo, a venda de um vestido tem um valor de venda muito maior do que uma sacola. É importante sempre levar em conta uma série de aspectos para construirmos nossa análise e traçarmos nossas estratégias.

Produção de Peças de roupas – Justa Trama			
	2017	2018	2019
Jan	2336	5290	832
Fev		3600	6
Mar	255	1641	551
Abr	1697	482	382
Mai	502	819	954
Jun	774	669	1301
Jul	728	614	511
Ago	1001	4946	684
Set	3404	3906	2396
Out	2617	1804	4513
Nov	949	1164	4515
Dez	160	492	1000
Total	14.423	25.427	17.645



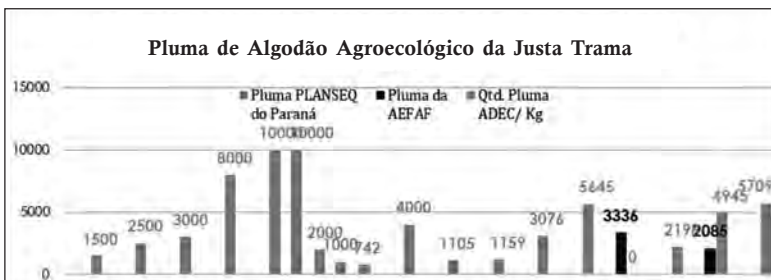
Mateus Casenote

Temos o desafio de aprimorar os processos de gestão para que possamos provocar mais impacto nos processos de produção e sobretudo de decisão na radicalidade da democracia. Temos tantas histórias para contar sobre cada mudança, sobre cada máquina e cada pessoa... A tecnologia vai chegando mais perto de nós: desfizemo-nos da caldeira a gás e implantamos as placas solares e adaptamos nossas máquinas de tingimento para isso.



Conseguimos na marca de 2019 aumentar significativamente o número de agricultores e a colheita de algodão verde na ADEC. É um processo de crescimento e de muito entusiasmo que vive a ADEC, reflexo de uma soma de esforços no acompanhamento técnico, no encantamento dos agricultores, na remuneração do algodão e na capacidade de parceria com os gestores das várias cidades, como Boa Viagem, Parambu, Independência e Novo Oriente.

Pluma de Algodão Agroecológico da Justa Trama			
	Pluma PLANSEQ do Paraná	Pluma da AEFAP	Qtd. Pluma ADEC/ Kg
2004			1500
2005			2500
2006			3000
2007			8000
2008			10000
2009	10000		2000
2010	1000		742
2011			4000
2012			1105
2013			1159
2014			3076
2015			5645
2016		3336	-
2017			2198
2018		2085	4945
2019			5709
Total	11.000	5.421	30.579



Mateus Casenote

Por outro lado, a AEFAF não consegue ter colheita referente a 2018 para 2019, pois entre as pragas das formigas e a seca não sobrou nada, a não ser em uma pequena propriedade irrigada (do Gilvan).

É nesse período de 2019 que a ADEC faz o primeiro plantio do algodão verde para que em 2020 haja uma colheita bastante significativa.

A pobreza não existe porque é impossível saciar a fome dos pobres. A pobreza existe porque não dá para saciar a ganância dos ricos.

O ano de 2019 nos reconhece e homenageia com o prêmio de melhor Tecnologia Social em Geração de Renda pela Fundação Banco do Brasil. Na noite do dia 16 de outubro de 2019, recebemos o troféu e o prêmio em Brasília no valor de R\$ 50.000,00.



Foi a 10ª edição, que é bienal, com 810 iniciativas inscritas. Dessas, 123 foram certificadas e 24 premiadas em oito categorias diferentes. Pela primeira vez, uma mesma tecnologia concorreu a dois prêmios, e fomos nós da Justa Trama. Ficamos também em

3º lugar na Tecnologia Gestão Comunitária e Algodão Agroecológico com o prêmio de R\$ 20.000,00. Nessa categoria, comemoramos junto com a ADEC, que ficou em 2º lugar, com o valor de R\$ 30.000,00.



Essa conquista marca muito o ano de 2019.

Há um reconhecimento público do nosso trabalho e, ao mesmo tempo, a premiação só nos fortalece. Por isso nos marca muito. E ainda por ser um processo que busca selecionar as tecnologias que melhor impactam no enfrentamento dos maiores problemas do Brasil, estamos nós lá junto com tantos outros, mas ao mesmo tempo resistindo, fortalecendo a luta da justa distribuição de ganhos quando a concentração da riqueza cresce em grupo menor de ricos.

Segundo a FAO, 851 milhões de pessoas passam fome. A população mundial é de 7,6 bilhões de pessoas, e o planeta produz alimentos suficientes para 11 bilhões de bocas. Portanto não há falta de alimento, há falta de justiça, assim como não há falta de riquezas ou de dinheiro; tem é excesso de concentração.

Nesse mesmo ano, tivemos a premiação da *Revista Cláudia*. É uma premiação de homenagens e divulgação do projeto nas várias categorias: mulher, música, poesia, meio ambiente e geração de renda. Muito especial reconhecimento, também fizeram vídeos sobre nossa história e nos reuniram todos em São Paulo.



Ainda nesse ano de 2019, a ONG Garraf Coopera, que nos apoia há longos anos, foi desafiada a fazer uma auditoria dos impactos do apoio internacional à nossa atuação e tivemos por vários dias a equipe do Enrique, Miguel e Carlos. Eles têm percorrido todos os elos, partindo do Ceará até Porto Alegre. Foram nas casas dos agricultores, dos artesãos, das costureiras. Tem sido importante para nós também, pois, percorrendo todos os elos, tiveram a visão do todo, e pudemos ouvir as impressões, avaliações e sugestões também. Muitas imagens e vídeos que, além de podermos reproduzir aqui, inclusive seguem para o mundo.



O ano de 2020 é um ano desafiador; realizamos nossa assembleia em Porto Alegre no mês de março. É o ano em que comemoramos nossos 15 anos de existência. Compartilhar com todos os dados com gráficos do faturamento, da produção de peças, das vendas em metro e, por fim, da produção de algodão processado pela Justa Trama tem nos impactado bastante. É uma avaliação profunda sobre a gestão da Justa Trama, mas muito de como cada um tem se apropriado dessa organização que é de todos, e como cada elo tem feito sua parte para o todo. O balanço de 2019

tem dado a todos, já que é dividida por igual a cada elo, o melhor resultado desde a fundação.



Nesta assembleia está colocado o desafio que foi trazido pela própria AEFAP e que ao mesmo tempo todos os elos aprovaram: Que no assentamento se firmem pelo menos dez agricultores plantando o algodão rubi, renovando as sementes, pois caso esse desafio não se concretize, não haverá a continuidade no Mato Grosso do Sul. Muita emoção por tudo o que já construímos juntos, mas, ao mesmo tempo se não tivermos uma quantidade mínima de pluma, não tem como viabilizar o transporte nem a fiação. Para a Cooperativa Açai, o desafio é a venda do polo de produção para a compra de um espaço na cidade onde haja mais facilidade de acesso, possa trazer associados afastados ou novos para renovar a própria cooperativa. São nossos dois elos que estão sob atenção especial.

Realizamos nossa eleição, que já veio com indicações de cada elo, discutimos e avaliamos o perfil de cada um para a melhor contribuição.

No conselho administrativo, a maioria são mulheres. Gestão 2020 a 2023:

Diretora Presidente: Nelsa – Univens

Diretora Tesoureira: Patricia – Univens

Diretora Secretária: Iris – Coopertêxtil

Diretora de Produção: Antonia – Açaí

Diretor de Formação: Rogaciano – ADEC

Diretor de Produção: Lindomar – ADEC

Diretor de Relações Institucionais: Vitor – AEFAF

Para o Conselho Fiscal: Lino – ADEC, Gilvan – AEFAF,
Rosilene – Univens, Regina – Coopertêxtil, Anelise – Univens e
Giovani – Açaí



Foi também nessa assembleia que clareamos os números de associados que cada elo tem:

ADEC – 273

Coopertêxtil – 135

Univens – 23

Açaí – 10

AEFAF – 10

Portanto, somos 451 associados.

Realizamos o desfile com música das crianças da Nova Geração e o cordel do Rogaciano. Nesse ano, cada elo promoverá uma atividade dos 15 anos da Justa Trama.



Acreditamos no modelo que estamos construindo. Por ser reconhecido de forma pública dá-nos esse sentimento, que é uma conquista e uma felicidade coletiva, inexplicável. Passam por nós

todas as mais diversas realidades deste Brasil, as contradições, e ao mesmo tempo passam as tantas pessoas que fizeram parte dessa construção e já não estão entre nós, como a Idalina, a Dalvani, seu Chiquinho, a Maria Helena e a Francisca, que nesse dia especialmente estariam com aquele sorriso incontrolável dizendo: “Vencemos de novo”.

A história da Justa Trama não para porque sempre temos novos desafios e novos parceiros que acreditam em nós, acreditam em nosso propósito e acreditam nos mesmos sonhos e utopias. As mudanças e os avanços na Justa Trama estão por toda parte: nos rostos dessa grande família, na roupa, na sede que se transforma, na forma de comunicação e, especialmente, no compromisso implacável de mudar o mundo onde estivermos. A história não para, e vamos continuar TRAMANDO.

Rogaciano é um grande repentista; está na direção da Justa Trama representando a ADEC e compôs este cordel:

CORDEL JUSTA TRAMA (Tramando Sustentabilidade)

Autor: Rogaciano Oliveira
Tauá/CE
rogacianoo@gmail.com

A construção de um sonho
Cheio de luta e conquista
Já tem mais de 20 anos
Foi de forma idealista
Hoje é realidade
Essa história altruísta.

Jovens sem perspectivas,
Mulheres desempregadas
E algumas costureiras
Nas noites de invernadas
Reuniam-se ansiosas
E mais outras interessadas.

Foi no Bairro Sarandi
Em Porto Alegre, é verdade
Com 19 mulheres
E muita força de vontade
Que começou toda história
Da sustentabilidade.

Costureiras produziam
De forma individual,
Para atenderem ao mercado
A forma certa e legal
Era produzirem juntas
Numa entidade formal.

Assim pensou-se em formar
Logo uma Cooperativa
Com 35 mulheres
De garra e iniciativa
Então nasce a UNIVENS
De uma forma positiva.

Baseada nos princípios
Da Economia Solidária
A UNIVENS vai crescendo
De forma igualitária
Com a participação
E união necessária.

O sonho era a sede própria
Da UNIVENS, tri legal
Com apoio da Espanha
Da UNISOL Nacional
Compram o terreno e constroem
Sua sede social.

Cada elo trabalhando
A ADEC com o algodão
Fio Nobre com as roupas
Têxtil Cooper, a fiação
Açaí os adereços
UNIVENS confecção.

No decorrer da história
Mudanças aconteceram
Duas grandes companheiras
Infelizmente morreram:
Idalina e Dalvani;
Mas seus sonhos floresceram.

Com luta e resistência
A **Justa Trama** ascendeu
A AEFAF do Mato Grosso
Ao convite atendeu
Mais um elo que integra
A Cadeia que cresceu.

Hoje a **Justa Trama** absorve
Metade da produção
Da pluma que vem da ADEC
Do agroecológico algodão
Parabéns a todos os elos
Pela organização.

A história da **Justa Trama**
É notável o crescimento
Graças a luta e união
E o amadurecimento,
Dedicação, resistência
Ética e comprometimento.

Justa Trama foi o nome
De consenso por igual
Seis Estados brasileiros
Unidos num só ideal;
Paralelo acontecia
O 5º Fórum Social.

E a UNIVENS vai crescendo
Obedecendo a lógica
Da Economia Solidária;
Surge uma ideia pedagógica
De uma linha de produção
De fibra só ecológica.

Souberam que no Ceará
Tinha uma Associação
De agricultores familiares
Que produziam algodão
De forma agroecológica
E técnicas de conservação.

E que lá beneficiavam
Todo algodão produzido
Dando origem à pluma orgânica
Trabalho comprometido;
Já pronta pra fiação
Do jeito que é conhecido.

Pensou na construção
De uma Cadeia Produtiva
Do Algodão Ecológico
Ótima iniciativa
Do plantio à fiação
Até a confecção viva.

Pedro Jorge do Esplar
Fez uma articulação
Participou do início
De toda essa discussão
Da formação da Cadeia
E toda essa construção.

Visitaram a ADEC
Viram o algodão em rama
Foram em Minas, a fiação
Em Itajaí, não reclama
Com mais um elo em Rondônia
Nascia a **Justa Trama**.

Assim em 2005
Um ano um pouco precário
Reflexões coletivas
Partindo de um ideário
Cria-se a Cadeia Produtiva
Do Algodão Solidário.

A Cadeia Produtiva
Do Algodão Agroecológico
Justa Trama conquistou
Com posicionamento lógico,
Solidária Economia
Com princípio ecológico.

Cada elo da Cadeia
De Norte a Sul do Brasil
Nordeste e Centro Oeste
Desse céu cor de anil
Construindo uma proposta
Sólida, lúcida e varonil.

Nesses meus versos finais
Com muita sobriedade
Destaco a garra e a luta
Da Nelsa, isso é verdade;
Juntas transformaram um sonho
Em uma realidade.

Cooperativa **Justa Trama**
Tem como missão social
Fortalecer os empreendimentos
E o desenvolvimento local
Sócio Economia Solidária
E o aspecto ambiental.

Um outro mundo é possível,
Uma nova economia
Com justiça social
Igualdade e alegria
Viva a Central **Justa Trama!**
Que um novo tempo irradia.

Os elos da **Justa Trama**
Em diversas regiões
Escrevendo uma nova história
De conquista e construções;
Hoje a natureza berra:
Vamos preservar a terra
Para as próximas gerações.

II. A política pública e a economia solidária

A Economia Solidária tem uma trajetória ainda curta de vida, porém se fortalece especialmente a partir da década de 1990, e isso não só no Brasil, mas na América Latina. Vem com uma influência forte da Igreja Católica, sobretudo da Teologia da Libertação. Tem posições difusas e muitas vezes confusas perante o Estado. Ao mesmo tempo em que defende a autonomia do movimento, confunde-o com posições de negação ou medo do Estado; toda a energia é para fortalecer a autogestão dos trabalhadores e suas organizações: cooperativas, associações ou coletivos informais.

Apesar das várias experiências de Políticas Públicas, sobretudo a nível dos municípios, essas questões vêm à tona com força a partir de 2002 com a eleição de Lula, um trabalhador metalúrgico que tem conhecimento da Economia Solidária e do cooperativismo e cria a partir da demanda e mobilização do Movimento de Economia Solidária uma Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES. Período de fortes discussões, com dificuldades de lidar com o novo cenário nos dois aspectos, quem está na gestão em alguns momentos se sente no controle das definições e, por outro lado, o movimento quer fazer valer suas posições.

Não foram poucos os momentos de confronto e de não consenso, como por exemplo a definição das organizações que comporiam o Conselho Nacional de Economia Solidária e, nesse sentido, a inclusão ou não da OCB ou a dinâmica do primeiro Encontro Nacional de Empreendimentos e até mesmo a proposta de inclusão do artigo 7º na nova lei das Cooperativas de Trabalho. Tarefa difícil.

Por quê? Será que temos interesses diferentes? Ou será que temos visões diferentes? O papel do Estado é visto diferente por quem está na gestão em relação aos que não estão?

1. A construção

A busca por fazer valer o conceito de que as políticas públicas fortalecem as ações e que se fazem necessárias a consciência e a participação ativa da Economia Solidária trouxeram o encontro da política pública, e essa veio com força nos últimos 15 anos também na América Latina, especialmente com a eleição de governos populares em diversos países.

A maioria das constituições ou leis desses países pouco ou nada trata de Economia Solidária, além da formação das equipes de governo que nem sempre estão convencidas quanto à Economia Social e Solidária. Isso tem dificultado construir políticas que possam fomentar diretamente os empreendimentos, como: fundos de Economia Solidária, leis especiais quanto à contribuição tributária, programas públicos e programas para a compra de equipamentos, construção de infraestrutura e capital de giro.

A maior parte das experiências em gestão pública prioriza políticas de convênios de formação e articulação com entidades e universidades. Com isso temos muitos processos de formação, que muitas vezes ficam aquém da prioridade dos empreendimentos que necessitam produzir, comercializar, representar, administrar, articular e ainda participar de momentos de formação. As formações geralmente ou quase nunca acontecem dentro do empreendimento, e os mesmos precisam se deslocar, o que não contribui para uma formação dos diversos trabalhadores, ficando restrito a um ou mais associados, e isso também não ajuda a entidade e a universidade para que venha até a vida do dia a dia de cada empreendimento.

Muitas vezes, esses conceitos aprofundados nos momentos de formação não são aplicados, pois o sistema capitalista nos coloca sempre em contradição, inclusive no momento do consumo, e nesse contexto está a maior contradição de quase todos os atores da Economia Solidária. O que é produzido, seja bem ou serviço, é para o mercado, pois os trabalhadores e até mesmo os associados pouco consomem.

2. Política de Estado ou política de Governo

A Economia Solidária consolidou um conceito: “precisamos de políticas de Estado para ter continuidade, pois as políticas de Governo acabam quando troca o governo”. Quem já não ouviu essa afirmação? Será uma contraditória da outra? Será realmente verdadeiro isso?

As políticas de Governo apresentam-se em formato de programas; as políticas de Estado apresentam-se em formato de leis. Portanto cabe aos trabalhadores lutarem pela conquista das leis, lutar pela aplicação, lutar pela manutenção... Lutar e lutar sempre, pois a garantia delas acontecerem é se tivermos governos comprometidos com as causas dos trabalhadores, as causas da Economia Solidária, e mesmo assim temos que lutar. A diferença é que com governos de esquerda teremos as conquistas, mesmo porque governos não comprometidos com os trabalhadores alteraram as políticas de Estado, como aconteceu com a mudança da CLT em 2017 e a terceirização em 2018.

Depois dessa caminhada, podemos hoje afirmar que a Economia Solidária para se consolidar precisa de políticas de Estado e políticas de Governo; esse encontro é que faz a diferença e promove o desenvolvimento que a Economia Solidária defende.

Para fundamentar esse conceito, trago a experiência de políticas públicas de Estado e de Governo desenvolvidas no RS no período de 2011 a 2014 no Governo Tarso Genro da Frente Popular.

A POLÍTICA PÚBLICA

Gostaria de relatar a experiência que aconteceu entre os anos de 2011 a 2014 participando de um governo popular que teve à sua frente o governador Tarso Genro no estado do Rio Grande do Sul.

Foram quatro anos em que tentei conciliar todos os processos da Justa Trama e da Cooperativa Univens e, ao mesmo tempo, construir Política Pública de Estado. Todos os dias, no horário das 7 horas da manhã até as 8 horas ou 8h30, estava na cooperativa acompanhando a primeira hora de produção do dia, con-

tribuindo para o planejamento de produção, conversando sobre problemas de gestão, projetando necessidades e encaminhamentos. Após isso, me dirigia ao Centro Administrativo do Governo do Estado como diretora de Economia Solidária, muitos dias sem hora de término da jornada, especialmente quando íamos para o interior do estado.

Foi uma decisão e um processo muito difícil, muito dolorido, porque não estava dentro das minhas convicções ou de meus sonhos um dia trabalhar a Economia Solidária na gestão pública.

Teve um processo de encantar o próprio governador antes de que fosse eleito. Durante a campanha, tivemos uma participação ativa e colocamos a Economia Solidária por várias vezes em pauta. Nesse sentido teve a visita aos catadores de Canoas, que pautaram que seria muito importante ter um espaço da Economia Solidária dentro do governo. Também Tarso Genro, como candidato, visitou a Cooperativa Univens e a Justa Trama, bem como a Cooperativa de Educação Infantil Nova Geração e esteve presente no Encontro Estadual da Unisol RS.

Creio que esses momentos foram especiais, que contribuíram para que mais tarde o governo lançasse uma **Secretaria Estadual de Economia Solidária**.



Foi uma das primeiras decisões do governo eleito: criar a Secretaria, que nos deixou extremamente felizes e como uma grande conquista dentro da composição que teve as várias forças de governo. Tarso Genro foi eleito governador para a gestão 2011 a 2014 em primeiro turno. Isso vem com muita força, já que o RS tem uma tradição de não reeleger governos e são muitas poucas as vezes em que um governador se elege no primeiro turno. Nessa composição estão vários partidos, e essa Secretaria tem à frente a representação do PTB (Partido Trabalhista do Brasil) e nós da Economia Solidária. Essa Secretaria define-se como Secretaria de Economia Solidária e apoio à Micro e Pequena Empresa, a SESAMPE. Tem dois departamentos: Economia Solidária e Micro e Pequena Empresa. O gabinete assume o microcrédito, orientado como seu programa principal.

Criar uma Secretaria de Economia Solidária em um Estado brasileiro é como criar um Ministério no Governo Federal; pois então, o governador Tarso Genro a criou. Ela teve um foco forte com o programa de Microcrédito Orientado.

E agora? Quem vai para o Governo? Com que programa? Como se faz a Política Pública?

Várias reuniões realizamos entre Unisol, Fórum de Economia Solidária, organizações de apoio e universidades para definir o foco a ser dado e definir como assumiríamos esse desafio para dentro do governo.

3. Trabalhadoras dos empreendimentos assumem a política pública

Logo após a eleição, o governo começou a fazer os processos de formação. Por outro lado, Economia Solidária, especialmente a Unisol, Fórum de Economia Solidária, cooperativas, grupos, ONGs e Universidades, passamos a nos encontrar em um núcleo bem representativo para desenhar os passos e estratégias, e isso foi determinante para o resultado que tivemos. Conseguimos entregar uma carta sugerindo pontos importantes ao governador eleito e às quais manifestou muita simpatia.

Nosso núcleo veio montando toda a estratégia da Economia Solidária no novo governo; foi também com esse núcleo que fomos definindo nomes de quem assumiria cada tarefa. Então, por esse papel de estar à frente da Economia Solidária havia por parte do governador um reconhecimento muito grande, por toda a participação e por tudo o que construímos no Orçamento Participativo da cidade de Porto Alegre, onde ele foi eleito prefeito por duas vezes. Acabei sendo convidada para assumir a secretaria e ainda discutindo em qual posto dentro da secretaria. Foi um período muito difícil; conversei com muitas pessoas que pudessem dar sua opinião, mas chegou o momento em que isso não podia ter retrocesso e, portanto, em fevereiro de 2011, assumi o departamento.

No 16º andar do Centro Administrativo, em uma sala de fundo, iniciam as conversas, e começamos a desenhar a equipe. Experiência em estar em um governo não havia; então a posição era assumir provisoriamente por um curto período até que se organizassem as ações. Os dias passaram, e o envolvimento com a implantação nos manteve durante quatro anos.

Um governo que define ter uma Secretaria de Economia Solidária provoca o debate dentro do governo e na sociedade, sobretudo do conhecimento: mas o que é a Economia Solidária? A sociedade apropria-se desse conceito, e isso já é uma vitória. Encantar-se com a proposta, e ser parceiro na construção é uma conquista. A política de Economia Solidária no estado do RS foi interrompida nos oito anos anteriores; nada teve continuidade após o governo estadual de Olívio Dutra; então estávamos recomeçando do nada, pois não havia registros. Como dissemos, o estado do RS em toda a sua história nunca reelegeu governador; sempre renova, e muitas vezes da direita para esquerda e em outras vezes da esquerda para a direita.

Criamos o DIFESOL – Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária. Exatamente por esse departamento passou toda a política da Economia Solidária.

Foi um processo que podemos definir como a política pública construída pelas mãos das(os) trabalhadoras(es). Assumi

como diretora. A formação da equipe foi algo também muito difícil, porque pessoas que tinham participado de outros governos também não se desafiaram a assumir juntos. Iniciamos esse departamento Maribel Kaufmann e eu; ela era companheira de tantas lutas, e desde o primeiro momento assumiu o desafio. Por causa da demora de sua nomeação, por vários meses compartilhamos nossos ganhos.

Na sala dos fundos do 16º andar, começamos a escrever como seria esse departamento: escrever sua missão, seu desafio e damos os primeiros passos. Como a secretaria era nova, ficou um tempo sem ter seu espaço delimitado. Na composição, mais tarde, fizeram parte desse departamento Alonso Coelho e Fernanda; foi por um curto período, mais tarde a Isabeta Ody e, por fim, Aldenise Coelho, momento em que de fato consolidamos a equipe. Por parte do quadro de funcionários, tivemos uma equipe que foram bons parceiros, pois o fato de ser uma secretaria nova, com um tema novo – da Economia Solidária –, a nem todos encantou; alguns ficaram conosco o tempo todo, e outros foram temporários; nossa média foi sempre de cinco pessoas do quadro de funcionários; destaque Carmen, Alfredo, Cleomar, Sara, Andre, Cláudia e Valéria.

Foram tempos de grandes desafios; era difícil para políticos tradicionais acreditarem que costureira, artesã ou agricultora familiar pudessem estar onde estávamos e dar conta do trabalho. Além de construir todo esse processo, havia um desafio que era provar a capacidade de fazer a gestão da política pública com um tema novo e que queríamos demonstrar esse diferencial. Significa abrir processos, gestar o recurso público, dialogar e articular internamente no governo, fazer a relação com as demais secretarias e forças do governo e manter o diálogo direto com nosso público da Economia Solidária. Não só isso, mas também inovar na política, trazer impactos e articular os vários atores da Economia Solidária e construir a política pública de Estado.

Foram muitas reuniões abertas, muito debate e discussão para essa construção. Assim definimos objetivos e conceitos.

DESAFIO INICIAL

O desafio inicial foi constituir a política pública e os instrumentos necessários para sua execução, contemplando:

- Acesso a mercado – produtos e serviços.
- Acesso ao conhecimento – formação e qualificação, assessoria técnica permanente.
- Acesso a recursos financeiros e materiais.
- Articulação social: mobilização e sensibilização dos empreendimentos, criar um ambiente favorável à articulação e ações conjuntas ou transversais com as outras esferas de governo e a sociedade civil.

O OBJETIVO

Objetivo do Departamento de Incentivo e Fomento à Economia Solidária: Fortalecer a Economia Solidária enquanto estratégia de *desenvolvimento solidário e sustentável, incluyente e socialmente justo* através do reconhecimento e fortalecimento das formas de organização associativa e autogestionária, do apoio efetivo aos processos de produção, comercialização e consumo dos seus bens e serviços.

A ESTRATÉGIA

A estratégia definida foi proporcionar o fortalecimento dos Empreendimentos Econômicos Solidários através do incentivo e fomento à constituição e adensamento das cadeias produtivas solidárias.

Como definir essas cadeias?

Buscamos as análises já construídas, especialmente junto às universidades e incubadoras no seguinte foco: quais os setores econômicos em que a Economia Solidária está e em quais a Economia Solidária está presente em quase todo o território?

Nesse levantamento encontramos quatro setores:

- Agricultura e alimentação, com foco na agroecologia;
- Reciclagem, com foco nos catadores;
- Artesanato;
- Serviços.

Sobre o serviço concluímos que existe em todo o estado, mas a Economia Solidária muito pouco está presente.

Nesse foco e nessa análise a partir de vários seminários no estado, definimos as Cadeias Solidárias que seriam apoiadas, fortalecidas e organizadas. Com isso também conseguiríamos o que sempre é questionado na Economia Solidária: “o recurso não chega no empreendimento, não traz impacto e mudanças”, ou seja, fazer com que os recursos chegassem aos empreendimentos.

Para dar o impacto esperado e facilitar que o recurso chegue aos empreendimentos, a estratégia são as cadeias produtivas solidárias. Definimos então seis cadeias:

- Cadeia Binacional do PET: unindo com Uruguai e Minas Gerais, a partir das garrafas PET, produzir o flake, a fibra, o fio e o tecido de PET.

- Cadeia das Frutas Nativas: produzindo sucos, sorvete, picolé e vários pratos e produtos derivados das frutas nativas.

- Cadeia da Lã: unindo os criadores de ovelha, com o beneficiamento da lã (única cooperativa que faz o beneficiamento é da Economia Solidária), e as artesãs, sobretudo que trabalham com tricô.

- Cadeia do Peixe: a partir do peixe desenvolver os pratos diversos e o artesanato com o couro e a escama do peixe.

- Cadeia das Pedras: envolver desde o extrato, o beneficiamento e as bijuterias e botões com as pedras.

- Cadeia do Osso: aproveitamento dos ossos dos animais, dos frigoríficos, para produzir artesanatos diversos.

Apresentar essas cadeias com produtos e com toda a possibilidade de articulação deu credibilidade e entendimento do que realmente é a Economia Solidária. É, sim, formada em sua grande maioria por pobres, mas não é pobre; o foco é o desenvolvimento, a visão para superar essa situação de forma coletiva e sustentável.

Essa seria a estratégia para o seu fortalecimento: deveríamos avançar com cadeias produtivas.

Entre essas cadeias a nossa prioridade foi definida: trabalhar com os catadores. Os catadores pensando a Política Pública

foi algo que provocou os funcionários do quadro, de modo especial da Secretaria de Desenvolvimento Social; colocaram que nunca tinham visto antes a clareza e a visão que os catadores manifestavam quanto a todos os aspectos, mas especialmente no que se refere às prioridades na Política Pública.

Ao mesmo tempo, outros setores e pessoas que estavam nas assessorias não imaginavam que pudéssemos ter uma ação de impacto: pensar numa cadeia que envolvesse catadores do Rio Grande do Sul e que pudesse ter uma relação com Uruguai e Minas Gerais, com reuniões infinitas de governo, com acordos assinados, com debates e seminários; tudo o que fizemos foi para poder demonstrar que o dinheiro é do povo e que a Política Pública é uma forma de democratizar esse dinheiro e também as tomadas de decisão. Porém todo esse debate e construção passam longe do povo; só é possível quando temos um governo que tem pessoas comprometidas com esse povo na gestão.

Fruto dessa alienação e falta de informação da Política Pública: há muita falta de clareza na hora do voto. Estamos em um país onde os meios de comunicação de massa deixam a população desinformada. Há de chegar o dia em que o povo percebe que, quando elege um gestor que vai liderar a política no estado ou no país que está comprometido com a classe mais poderosa, o agronegócio, o sistema financeiro, o capital internacional ou com qualquer setor, ele vai governar priorizando esses setores. O gestor só governa para o povo quando tem representantes que vêm do povo ou têm por ele prioridade.

É um momento especial no estado do Rio Grande do Sul, pois é poder de dentro do governo promover o encanto do próprio governo, de ter um processo junto aos trabalhadores, de modo especial junto aos catadores e que esses possam construir Política Pública. Nesse sentido, foram quatro anos de dedicação dia e noite, de viagens de muitas horas e muitas vezes sem o retorno esperado, como foi no caso de Uruguaiana: foram inúmeras viagens de ida e volta sem atingir exatamente o objetivo, que era dialogar com o prefeito para que conseguíssemos ter uma sede para a associação

ACLAN, que reunia mais de 100 catadores que, há muitos anos, viviam em cima do lixão.

Fizemos um levantamento na cidade dos prédios públicos de todas as esferas. Tudo era para que pudessem ter um lugar próprio para trabalhar, e talvez essa tenha sido uma das maiores conquistas que tivemos até o final do governo. Conseguimos fazer isso porque o governo do Estado repassou recurso à Prefeitura de Uruguaiana para construir um prédio para os catadores de lá e, assim, fechar o lixão. Aliás, já é lei no Brasil não ter mais lixões.



Nada marcou tanto como essa construção, essa mudança de realidade.

Em 2011, quando fomos fazer a visita aos catadores em cima do lixão, em um dia muito frio do mês de julho, foi impossível ficar indiferente: além dos adultos, havia também crianças comendo restos de alimentos, catadores disputando o caminhão que trazia os restos de frutas, carnes e legumes para ver o que comeriam naquele dia. Talvez tenha sido um dos dias mais tristes da vida.

Fomos ao lixão na parte da manhã, vimos todas essas cenas, e naquele momento estávamos sendo representantes do poder público. Na parte da tarde, reunimos quase todos os catadores que estavam em cima do lixão para falar de uma perspectiva da construção da cadeia do PET, e que poderia haver uma possibilidade de uma mudança de vida. Apresentaram na reunião com clareza a necessidade de que eles tinham um lugar para trabalhar, que não daria mais para pensar em continuar criando os filhos em cima do lixão. Uma das pessoas que estava presente levantou com uma esperança muito grande, olhou nos olhos e disse: **Eu tenho certeza desde que você entrou aqui que você vai conseguir nos tirar de cima do lixão.** A partir daquele dia, essa voz e esperança nos acompanhou todos os dias; não dava para ser indiferente a essa dura realidade.





Conseguimos no final de 2013 fazer um convênio com a Prefeitura de Uruguaiiana, repassando o recurso para que fosse construído o prédio para a associação.

É bom demais ver hoje os catadores de Uruguaiiana trabalhando dentro do prédio e ter desativado o lixão. Essas conquistas também são fruto da luta dessa associação incansável, pois hoje faz inclusive a coleta seletiva na cidade.

É inesquecível uma cena no lançamento do programa, que se chamava RS Mais Igual, que ampliava o valor do Bolsa Família. Quem falou nesse dia foi a coordenadora dos catadores de Uruguaiiana, Maria Tugira, que no microfone disse: *Nós não queremos esmola, nós não estamos querendo assistencialismo, o que nós queremos é o direito de trabalhar, nós queremos ter o direito de ganhar dinheiro e queremos ter o direito de trabalhar em um lugar descente*. Emocionou a todos que estavam no Palácio do Governo naquele dia. A Maria Tugira é um símbolo de superação, de persistência, é uma mulher guerreira; ela é uma mulher pequena e uma grande batalhadora.

A grande maioria dos municípios ainda não faz a coleta seletiva e nem prioriza a contratação das Cooperativas e Associações de Catadores, e muitos daqueles que o fazem não colocam um caminhão à disposição; outras vezes os catadores têm que pagar o combustível. Em outros, os catadores fazem a coleta no caminhão da prefeitura e não são remunerados por isso e ainda a prefeitura acha que está fazendo muito, pois está deixando com eles a coleta seletiva (o nosso lixo) para que possam gerar renda com a venda dessa coleta. Há muito a fazer!

Existem muitas prefeituras onde também não há uma administração melhor por falta de informação. Então, quando temos possibilidade de ter um governo de Estado comprometido com os mais pobres, ele pode fazer com que a Política Pública dos 498 municípios possa acontecer de uma forma mais rápida e com retorno de fato que melhora a vida da população.

Nesse aspecto, é importante a compreensão de que voltamos a fazer o que a Economia Solidária na verdade sempre teve dificuldade: lidar com essa questão do Estado e da Política Pública. A Economia Solidária, em seus debates internos, busca amadurecer esta compreensão do papel do Estado e da política pública, já que muitas vezes se confunde com o tema da autonomia do movimento, outras vezes se contradiz a posições anarquistas.

A Política Pública é uma forma de democratizar o dinheiro público, e ele é público, e são os trabalhadores e os pobres os que mais contribuem gerando dinheiro público em cada produto que consomem, em cada compra que fazem; em tudo o que é adquirido tem um imposto embutido, e esse imposto acaba se transformando em dinheiro público. Assim, então, a Política Pública deve dar retornos a esses contribuintes, trazendo saúde, educação, moradia, infraestrutura e fomentando iniciativas de geração de trabalho e renda. Portanto um governo nunca estará ajudando; estará fazendo justiça com o recurso público.

Outro aspecto importante é o quanto é difícil lidar com isso tudo. Quando nossa equipe assumiu a Secretaria Estadual

de Economia Solidária, a reação de alguns conosco era como se tivéssemos deixado de ser o que éramos e tivéssemos mudado de lado. Agora éramos governo. Isso acontece mesmo que todo o processo tenha sido construído de forma muito coletiva.

Contudo assumimos que tínhamos uma tarefa especial de fazer acontecer a Política Pública para a Economia Solidária e fazer com que o conjunto do governo olhasse para esse segmento e sentisse que ele é importante; era fundamental passar a informação e o encantamento e convencer os demais que estão na gestão pública para que possamos democratizar o orçamento público. É uma tarefa que tem um dia para começar e um dia para terminar; os que permanecem são os trabalhadores do quadro. Assumimos a tarefa por quatro anos, que é a gestão do governo Tarso. O fato de os funcionários do quadro continuarem coloca-nos o grande desafio de cativá-los para esse tema ter continuidade.

O desafio era construir essa política, mesmo com a desconfiança de muitos se era possível por uma costureira, uma artesã ou por alguém na agricultura familiar; com certeza conseguimos e conseguimos fazer acontecer e demonstrar que a Política Pública é muito especial e que ela acontece se quem está na gestão pública tem vontade de fazer acontecer. Nada impede, nem mesmo a experiência em gestão pública. O fundamental é ter boa vontade, ter clareza e, sobretudo, conhecer o que é a vida da Economia Solidária.

Seguem a seguir as leis, que é a Política Pública de Estado construída para a Economia Solidária no Rio Grande do Sul:

4. As leis e os decretos

É preciso reconhecer a necessidade e o importante papel de articulação entre os eixos antes referidos e a estratégia escolhida, e o respaldo legal construído, com a regulamentação a partir da **LEI 13.531, de 20 de outubro de 2010**, que instituiu a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária:

LEI Nº 13.531, DE 20 DE OUTUBRO DE 2010 (publicada no DOAL nº 9868, de 21 de outubro de 2010). Institui a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária no Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências em cumprimento ao disposto no § 7º do art. 66 da Constituição do Estado, que a Assembleia Legislativa aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I da Política de Fomento à Economia Popular Solidária

Art. 1º Fica instituída a Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária que integrará a Política de Desenvolvimento Estadual e Regional do Rio Grande do Sul, visando incentivar a difusão, a sustentabilidade e a expansão econômica das empresas, cooperativas, redes e empreendimentos de autogestão que compõem o setor da economia popular solidária.

Capítulo II da Economia Popular Solidária

Art. 2º O setor da economia popular solidária é formado por empresas, cooperativas, redes e empreendimentos de autogestão preenchendo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - que sejam organizados sob os princípios da cooperação, da solidariedade, da autogestão, da sustentabilidade econômica e ambiental e da valorização do ser humano e do trabalho;

II - cujo objetivo, patrimônio e resultados obtidos sejam revertidos para melhoria, sustentabilidade e distribuição de renda entre seus associados;

III - que tenham por instância máxima de deliberação, para todos os fins, assembleia periódica de seus associados, onde todos tenham direito a voz e a voto, e por instâncias intermediárias aquelas que garantam a participação direta dos associados de acordo com as características de cada empreendimento;

IV - que adotem sistemas de prestação de contas detalhadas de acordo com as necessidades e interesses dos associados, em especial, do Fundo de Assistência, Educacional e Social;

V - cujos sócios sejam seus trabalhadores, produtores, usuários ou gestores;

VI - cuja participação de trabalhadores não associados seja limitada a 10% (dez por cento) dos primeiros 30 (trinta) associados mais 1% (um por cento) do número que exceder a 30 (trinta), limitado ao máximo de 500 (quinhentos) associados;

VII - cuja maior remuneração não exceda a 6 (seis) vezes a menor remuneração. § 1º Serão consideradas, ainda, integrantes do setor, as organizações e as instituições sem fins lucrativos, que formulam e fomentam a Economia Popular Solidária. § 2º Excepcionalmente, por necessidades comprovadas ou por motivos de sazonalidade na produção, poderá ser admitido, em caráter temporário, número de trabalhadores não associados, superior ao disposto no inciso VI.

Capítulo III dos Objetivos e Instrumentos

Art. 3º São objetivos da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária:

I - promover e difundir os conceitos de associativismo, solidariedade, autogestão, desenvolvimento sustentável e de valorização das pessoas e do trabalho;

II - proporcionar a criação e a manutenção de oportunidade de trabalho e a geração e distribuição de renda;

III - estimular a produção e o consumo de bens e serviços oferecidos pelo setor da Economia Popular Solidária.

Art. 4º São instrumentos da Política:

I - educação, formação e capacitação técnica para cooperação e autogestão;

II - assessoria técnica para elaboração de projetos econômicos;

III - apoio à promoção comercial e constituição de demanda através de assessoria técnica, abertura de mercados, compras governamentais e estímulo ao consumo dos produtos da Economia Popular Solidária;

IV - apoio à pesquisa, à inovação, desenvolvimento e transferência de tecnologias apropriadas aos empreendimentos;

V - incubação e apoio técnico para criação de novas cooperativas e empresas de autogestão;

VI - apoio técnico e financeiro à recuperação e à reativação de empresas por trabalhadores;

VII - apoio jurídico e institucional à constituição de cooperativas e empresas de autogestão;

VIII - financiamento, incentivo e fomento a investimentos e à constituição de patrimônio;

IX - disponibilização de linhas de crédito adequadas às especificidades das cooperativas e das empresas de autogestão, especialmente no que se refere ao valor das taxas de juros, à disponibilização de garantias e a itens financiáveis.

Capítulo IV do Fomento ao Desenvolvimento da Economia Popular Solidária

Art. 5º Os empreendimentos da Economia Popular Solidária terão prioridade e critérios diferenciados para obtenção de incentivos ao investimento e à fixação de atividades econômicas, nos termos do parágrafo único do art. 160 da Constituição Estadual e da legislação estadual vigente.

Capítulo V do Conselho Estadual da Economia Popular Solidária

Art. 6º A aplicação da Política Estadual de Fomento à Economia Popular Solidária será organizada e acompanhada por um Conselho Estadual, de composição tripartite e paritária, formado por representantes do Estado, das entidades de apoio e dos trabalhadores da Economia Popular Solidária, conforme disposto em regulamento.

Art. 7º Esta Lei poderá ser regulamentada para garantir a sua execução.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Assembleia Legislativa do Estado, em Porto Alegre, 20 de outubro de 2010.

Essa lei respalda todas as demais, bem como os decretos.

DECRETO 48.638, de 15.12.2011: regulamentou o Conselho Estadual de Economia Solidária, com relação às atribuições do CESOL de acordo com o Artigo 2º do Decreto n. 48.688, de 14 de dezembro de 2011; compete a ele:

I - estimular a participação da sociedade civil e da Administração Pública Estadual no âmbito da política de economia solidária;

II - propor diretrizes e prioridades para a política de economia solidária;

III - propor medidas para o aperfeiçoamento da legislação, com vista ao fortalecimento da economia solidária;

IV - avaliar o cumprimento dos programas da SESAMPE e sugerir medidas para aperfeiçoar o seu desempenho;

V - examinar propostas de políticas públicas que lhe forem submetidas pela SESAMPE;

VI - coordenar as atividades relacionadas com a economia solidária desenvolvidas pelas entidades nele representadas com as da SESAMPE;

VII - estimular a formação de novas parcerias entre as entidades nele representadas e a SESAMPE;

VIII - colaborar com os demais conselhos envolvidos com as políticas públicas de desenvolvimento, combate ao desemprego e à pobreza;

IX - aprovar o seu Regimento Interno (Rio Grande do Sul, 2011).

O presente decreto também prevê a composição do CESOL, a qual tem caráter tripartite e paritário, isto é, divide-se em representantes da administração pública, representantes dos empreendimentos de Economia Solidária e representantes da sociedade civil.

LEI Nº 13.874, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011 – Simplex cooperativo (publicada no DOE nº 250, de 29 de dezembro de 2011) institui tributação diferenciada de ICMS para as cooperativas, isentando de ICMS as cooperativas com faturamento anual

até R\$ 360.000,00 e cria um índice percentual proporcional chegando aos 17% somente quando atingir faturamento de R\$ 4.000.000,00 ao ano.

RECEITA BRUTA ACUMULADA (Em R\$)	CARGA TRIBUTÁRIA
Até 360.000,00	0,00%
De 360.000,01 a 540.000,00	1,31%
De 540.000,01 a 720.000,00	1,50%
De 720.000,01 a 900.000,00	1,87%
De 900.000,01 a 1.080.000,00	2,00%
De 1.080.000,01 a 1.260.000,00	2,20%
De 1.260.000,01 a 1.440.000,00	2,30%
De 1.440.000,01 a 1.620.000,00	2,50%
De 1.620.000,01 a 1.800.000,00	2,55%
De 1.800.000,01 a 1.980.000,00	2,70%
De 1.980.000,01 a 2.160.000,00	2,75%
De 2.160.000,01 a 2.340.000,00	2,85%
De 2.340.000,01 a 2.520.000,00	2,90%
De 2.520.000,01 a 2.700.000,00	3,51%
De 2.700.000,01 a 2.880.000,00	3,82%
De 2.880.000,01 a 3.060.000,00	3,85%
De 3.060.000,01 a 3.240.000,00	3,88%
De 3.240.000,01 a 3.420.000,00	3,91%
De 3.420.000,01 a 3.600.000,00	3,95%

Antes dessa lei, as cooperativas, independentemente do faturamento, eram tributadas pelo valor integral.

LEI Nº 13.922, DE 17 DE JANEIRO DE 2012: (publicada no DOE nº 013, de 18 de janeiro de 2012) Estabelece a Política Estadual para Compras Governamentais da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária – Compra Coletiva/RS.

Art. 3º A Compra Coletiva/RS observará os seguintes princípios e diretrizes:

I - descentralização das compras governamentais destinadas à aquisição de bens e de serviços, em especial de gêneros alimentícios;

II - aquisições diretamente da Economia Popular e Solidária e da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural ou suas organizações, priorizando-se a produção agroecológica, os assentamentos da reforma agrária, as comunidades indígenas, de pescadores artesanais e de remanescentes de quilombos;

III - realização de processo simplificado para aquisição de gêneros alimentícios oriundos dos beneficiários desta Lei, nos termos da legislação vigente, especialmente a Lei Federal nº 10.696, de 2 de julho de 2003, com redação dada pela Lei Federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011;

IV - apoio a práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica;

V - equidade na aplicação das políticas públicas, respeitando os aspectos de gênero, cultura e etnia;

VI - participação dos agricultores familiares e dos empreendimentos da Economia Popular e Solidária na formulação e implementação da Política instituída por esta Lei;

VII - incentivo à produção diversificada agroecológica e ao apoio multisetorial das entidades de extensão rural e dos órgãos de pesquisa agropecuária, de crédito, de abastecimento e de armazenamento do Estado;

VIII - estímulo à conscientização da sociedade e dos servidores e empregados públicos sobre a importância da alimentação saudável e do valor social da forma de aquisição dos bens e serviços pelo Estado; e

IX - fomento ao desenvolvimento local e regional.

Art. 6º A Compra Coletiva/RS, para atingir os objetivos e diretrizes estabelecidos nesta Lei, poderá também reservar percentual de, no mínimo, 30% (trinta por cento) nas compras realizadas pela Administração Direta e Indireta do Estado para aquisição de bens e de serviços provenientes da Agricultura Familiar e de Empreendimentos Familiares Rurais e da Economia Popular e Solidária.

Parágrafo único. Produtos agroecológicos ou orgânicos definidos pela Lei Federal nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, adquiridos nos termos da Lei Federal nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, poderão ter um acréscimo de até 30% (trinta por cento) em relação aos preços estabelecidos para produtos convencionais, observadas as condições definidas pelo Grupo Gestor do Programa de Aquisição de Alimentos e do Comitê Gestor da Compra Coletiva/RS constituído pelo art. 8º desta Lei.

DECRETO 50.285 DE 30 DE ABRIL DE 2013: Institui a Política Estadual de Certificação dos Empreendimentos Econômicos Solidários, nos termos do inciso II e parágrafo único do art.17 da Lei nº 13.839, de 5 de dezembro de 2011. Certificaremos o processo de organização dos empreendimentos, identificando-os, priorizando seu acesso as políticas públicas, como a lei de compras coletivas e demais políticas.

Art. 5º A Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – SESAMPE, disponibilizará em seu sítio – www.sesampe.rs.gov.br, uma aba específica para o requerimento de Certificação dos Empreendimentos Solidários de que trata este Decreto, mediante a declaração de que o requerente se enquadra em um Empreendimento Econômico Solidário. § 1º O requerimento feito pelo Empreendimento Econômico Solidário, conforme estabelecido no caput deste artigo será encaminhado para a análise da Comissão Certificadora Regional, na qual este se localiza, com os documentos e/ou comprovação de que o Empreendimento requerente atende aos seguintes critérios: I – ser coletivo, com no mínimo cinco integrantes, todos sócios com igual

dade de direitos de voz e voto; II – realizar ao menos três assembleias gerais por ano; III – a diferença entre o menor e maior valor de retirada mensal dos sócios não seja superior a seis vezes; e IV – participar de Fóruns de Economia Solidária, Redes, Cadeias Solidárias ou Entidades de representação de EES.

DECRETO Nº 50.459, DE 3 DE JULHO DE 2013: Regulamenta o Programa de Economia Popular e Solidária no âmbito do Estado do Rio Grande do Sul, instituído pela Lei nº 13.839, de 5 de dezembro de 2011 (economia da cooperação); Permite o aporte de investimentos direto aos Empreendimentos; Possibilita a criação do Fundo Público.

Art. 7º O Programa de Economia Popular e Solidária reger-se-á pelos instrumentos definidos na Política Estadual de Fomento à Economia da Cooperação, destacando-se:

I - programas e projetos setoriais de fomento econômico, de agregação de valor, de tecnologia e de inovação;

II - linhas e fundos de financiamento, subsídio, equalização e garantias operadas pelos agentes financeiros;

III - investimentos em infraestrutura, energia e logística;

IV - inversões financeiras;

V - mecanismos tributários e fiscais;

VI - ensino e formação profissional;

VII - pesquisa e estatística aplicadas;

VIII - apoio técnico, qualificação, extensão e transferência de conhecimentos à gestão empreendedora, inovadora e associativa;

IX - divulgação e promoção institucional dos objetivos da Política Estadual da Economia da Cooperação; convênios, termos de cooperação e outros instrumentos jurídicos.

Ainda estavam em processo de análise jurídica duas novas leis:

- Criação do Fundo de Economia Solidária;
- Assistência técnica permanente para os empreendimentos de Economia Solidária, inspirada nos moldes da Emater.

5. As cadeias solidárias

Essa estratégia, inspirada na experiência Justa Trama, deu-nos a certeza de que seria possível implementar as cadeias solidárias, primeiramente com o encantamento dos trabalhadores(as) da Economia Solidária, das organizações de apoio, das universidades e dos gestores públicos.

Fortalecer a organização de forma horizontal e também vertical é colocar os trabalhadores dos empreendimentos como protagonistas. Especialmente as Cadeias do PET e das Frutas Nativas provocaram mudanças de conceitos, de visão do que a Economia Solidária pode construir, sempre na visão de desenvolvimento estratégico e sustentável e que traz o conceito da justiça social, pois a riqueza gerada fica com os trabalhadores que a geram.

a) Cadeia Solidária das Frutas Nativas



Essa cadeia foi a soma de várias iniciativas e organizações que estavam no foco dessa ação junto às Frutas Nativas. O novo foi desenvolver outros produtos, como o sorvete e o picolé, para agregar valor, além da integração no fluxo das feiras no estado. Aconteceram muitos encontros, formação e intercâmbios, inclusive em Cuba, Itália e Espanha, além da aquisição de equipamentos para a produção e para o deslocamento.

b) Cadeia Solidária da Lã



Da mesma forma, proporcionamos vários encontros e formação, conhecimento entre os vários elos desse processo, intercâmbios, e aquisição de equipamentos, especialmente teares.

c) Cadeia Solidária das Pedras Preciosas



É uma cadeia localizada na região da Fronteira. Além de envolvê-los em espaços de comercialização, também ocorreu a aquisição de equipamentos.

d) Cadeia Solidária do Peixe



Realizamos vários encontros entre artesãos e trabalhadores da pesca organizados coletivamente, tanto na região metropolitana como no sul e com a presença do litoral. Houve participação também da área do artesanato, com as escamas de peixe. Aconteceu envolvimento com os gestores municipais e a análise do setor pesqueiro. Ocorreu a definição de equipamentos necessários, mas os processos não foram concluídos por causa da troca de governo.

e) Cadeia Solidária do Osso



Aconteceram seminários nas várias regiões do estado, incluindo oficinas de como desenvolver a produção, que exige pou-

co investimento, mas muita dedicação e trabalho. A cadeia ficou interrompida. A inspiração ocorreu a partir de um empreendimento da Unisol do Mato Grosso do Sul, que já desenvolve inúmeros produtos com o osso.

f) Cadeia Solidária Binacional do PET



Realizamos inúmeros encontros entre os atores envolvidos em todas as esferas de governo, além de Minas Gerais e do Uruguai. Envolveu também organização da Itália – Nexus da CCGL – para estudo de valores justos do processo. Teve parcerias com o SEBRAE para estudo de viabilidade. Além disso: assinaturas de termos entre países e o governo do Estado com os prefeitos dos Municípios onde estão as centrais e, conseqüentemente, os polos; convênio com governo federal – SENAES; aquisição de equipamentos diretamente com as centrais criadas; materiais de divulgação; processos de formação desenvolvidos pela Escola de Governo com a Unijuí; e convênio com a Escola Mesquita para garantir a mobilização e a articulação pelos próprios trabalhadores das centrais.

Por ter sido a estratégia de todo o processo de ação durante os quatro anos, vou descrever em mais detalhes, a seguir, a cadeia solidária do PET, construída durante o governo Tarso Genro.

6. A Cadeia Solidária Binacional do PET: uma ousadia

A Secretaria da Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa (SESAMPE) teve entre seus objetivos estratégicos organizar, fomentar e apoiar os empreendimentos de Economia Solidária, estabelecidos em especial através do PROJETO ESTRATÉGICO CADEIA SOLIDÁRIA BINACIONAL DO PET. Esse projeto foi um dos projetos estratégicos do governo do Estado do Rio Grande do Sul – projeto estratégico sob número 16.01 – Apoio e desenvolvimento de Empreendimentos da Eco-

nomia Solidária, no objetivo estratégico 2.5 – promover políticas públicas de proteção, inclusão social e combate à miséria.

a) O início da Cadeia Solidária Binacional do PET

A **Cadeia Solidária Binacional do PET** é a constituição da cadeia de produção binacional do PET a partir da coleta das garrafas PET pelos catadores e recicladores do RS, avançando para uma etapa de beneficiamento, a transformação do PET em *flake*, para um empreendimento da Economia Solidária do Uruguai, a transformação do *flake* em fibra sintética e retorna para o Brasil, para ser transformado em fio e em tecido de PET em Pará de Minas/Minas Gerais. Após, retorna também ao Rio Grande do Sul para ser utilizado pelos empreendimentos de confecção e artesanato, na produção de bolsas retornáveis (que substituirão as sacolas plásticas ou de algodão), artigos de decoração ou utilitários. É uma cadeia constituída somente de empreendimentos da Economia Solidária (cooperativas e associações).

Promove o aprofundamento do trabalho em rede, mantém a articulação entre as áreas temáticas da educação popular, da preservação ambiental, da geração de trabalho e renda, de gênero – pela via da Economia Solidária –, da erradicação da pobreza extrema através da inclusão produtiva.

A etapa de implementação é de quatro polos de beneficiamento do PET no RS, transformando-o em *flake*, a ser comercializado com o Uruguai. O público-alvo do projeto, caracterizado como beneficiário direto, são as associações e cooperativas hoje organizadas em torno da reciclagem em todo o Rio Grande do Sul, distribuídas em suas diversas regiões.

Com a constituição dessa cadeia produtiva, garantimos espaço físico para implantar nesses mesmos polos regionais os equipamentos necessários para o beneficiamento do plástico mole, que pode ser transformado em uma série de produtos, de acordo com o que a região tiver de resíduos sólidos. Por exemplo: na região sul, onde existe uma grande produção de arroz e sua casca tem difícil decomposição, pode-se pensar nos forros de casa plásticos

(com utilização de plástico mole e casca de arroz). Nas regiões onde se têm indústrias de madeira e calçados: placas de sinalização (com utilização de plástico mole, pó de MDF, rebarbas de borracha). Também já existe tecnologia para um tipo de madeira a partir do plástico mole.

Outra transversalidade possível nesse projeto é em cada polo ou galpão implantar a compostagem em pequena escala, que possibilite uma horta comunitária, cuja produção reverta para os catadores, melhorando a qualidade de sua alimentação.

No Rio Grande do Sul são 2.500 empreendimentos da Economia Solidária mapeados, tendo como prioridade o fortalecimento dos empreendimentos nas áreas da reciclagem, confecção, artesanato, agricultura familiar e alimentação, atingindo diretamente mais de 360.000 pessoas. Através de um levantamento inicial identificamos em torno de **200 empreendimentos** solidários do segmento da reciclagem que estão organizados de diversas formas: associações, cooperativas ou grupos informais. Isso corresponde a aproximadamente **9.000 trabalhadores diretos e 45.000 indiretos**.

As cadeias proporcionam visibilidade, fortalecimento aos empreendimentos e redistribuição de renda, afirmando assim o modelo de desenvolvimento dentro dos parâmetros da Economia Solidária, agregando valor através da exclusão do atravessador.

A constituição da **Cadeia Solidária Binacional do PET** tem como objetivo atingir a sustentabilidade econômica dos empreendimentos envolvidos, do segmento da reciclagem, da produção do *flake*, das empresas recuperadas (extrusão do *flake*, produção da fibra, fiação, tecelagem), da confecção e artesanato, realizando também a integração internacional. Possibilitará uma remuneração mais justa pelo PET, introduzirá a remuneração pelo seu beneficiamento (transformação no *flake*), além de ter um papel essencial no fortalecimento dessa organização social.

As metas específicas são:

1. Agregar aos diversos elos dessa cadeia da Economia Solidária, ou seja, aos empreendimentos envolvidos, o valor que até aqui fica com os atravessadores de 75%, já que atualmente, por

fazer somente o processo até a prensa das garrafas, o valor gerado é de somente 25% do valor da cadeia.

2. Implantar no estado quatro polos para a produção do *flake*, expandindo-se posteriormente para a produção do plástico mole, entre outros.

3. Atingir e envolver 50% (cinquenta por cento) do público: especialmente o catador de rua. Articular entre as cooperativas e associações já existentes para que os catadores se aproximem e se integrem, bem como criar novas.

O Estado do Rio Grande do Sul terá o importante papel de indutor e facilitador para criar a ambiência necessária à constituição dessa cadeia solidária, fazendo a articulação entre os atores, seja na facilitação da captação de recursos como na indução da regulamentação da Lei de Resíduos Sólidos.

b) Metodologia

Definida a estratégia de prioridades, o Departamento de Economia Solidária do governo do Estado reuniu as diversas entidades que realizavam trabalho junto aos catadores para apresentar a estratégia da Cadeia do PET, as quais referendaram. Porém, havia a necessidade do projeto passar por debate e reflexão dos empreendimentos envolvidos, visto que a construção dessa cadeia pressupõe o protagonismo dos empreendimentos econômicos solidários (associações, cooperativas ou grupos informais de catadores/recicladores).

Dessa forma, de março até início de maio de 2011, realizamos oito seminários que envolveram diretamente entidades de apoio e fomento, gestores públicos, empreendimentos da Economia Solidária e catadores individuais.

Nesses seminários, houve o envolvimento das seguintes cidades: Porto Alegre, Canoas, Alvorada, Viamão, Gravataí, Caxias do Sul, Farroupilha, Bento Gonçalves, Ijuí, Cruz Alta, Joia, Cel. Barros, Boa Vista do Cadeado, Pelotas, Canguçu, São Lourenço do Sul, Piratini, Rio Grande, Passo Fundo, Dois Irmãos, Novo

Hamburgo, Morro Reuter, Campo Bom, Sapiranga, Nova Santa Rita, Santa Cruz, Rio Pardo, Lajeado, Tunas, Encruzilhada do Sul, Cachoeira do Sul e Sobradinho.

Foram amplamente discutidas e sinalizadas as regiões iniciais para a implantação dos polos regionais, o tipo de empreendimento a ser constituído (qual a melhor forma jurídica) que pudesse fazer as transações comerciais dentro do polo e deste com o Uruguai, assim como a produção do *flake*, e como pensar nessa redistribuição dos valores.

Durante o segundo semestre de 2012, retornamos a cada região, avançando na discussão para mapear em cada polo: organizações de apoio/universidades; associações, cooperativas e grupos informais; cidades que fazem parte de cada polo; volume de PET, valor comercializado, constituir comissão de referência entre os diversos atores da cadeia: cooperativa/associação, gestores municipais e ONG/universidade; definir o quadro das necessidades de cada polo.

Concomitante a isso, pelo viés de regulamentar a Lei Nacional que estabelece o Plano de Resíduos Sólidos, dialogamos com os municípios para que se adequassem a essa legislação, priorizando a coleta seletiva realizada pelos trabalhadores organizados em cooperativas da Economia Solidária.

c) Definições e adesões

1. Adesão das Prefeituras

1.1. Região Sul: a definição da escolha de cidades está entre São Lourenço do Sul e Jaguarão, sendo que essa última consegue oferecer melhores contrapartidas para o projeto – desde estrutura física até a logística de transporte. Os trabalhadores(as) das diversas cidades envolvidas estão trabalhando no estatuto da entidade que será criada para operar na região.

1.2. Região Vale do Rio dos Sinos: a definição da cidade-sede está entre Canoas, Novo Hamburgo e São Leopoldo; todas as prefeituras estão oferecendo contrapartidas.

1.3. Região Vale do Rio Pardo: a sede será Santa Cruz, onde a prefeitura já está comprometida com o projeto; existe uma excelente estrutura física, e os trabalhadores estão discutindo os acordos para a constituição da entidade que irá operar na região.

1.4. Região Noroeste Colonial, Alto Jacuí e Planalto: como nesta região a organização é mais fragilizada, a definição é, mais tarde, por Passo Fundo.

2. Adesão do Uruguai

Após as missões internacionais realizadas no Uruguai, onde a COOPIMA, empresa recuperada, detém a tecnologia para a produção da fibra sintética a partir do *flake*, o governo uruguaio, através dos ministérios do Trabalho, de Desenvolvimento Social e Relações Internacionais, vem acompanhando o processo no Rio Grande do Sul e deverá aportar o recurso na ordem de U\$ 360.000,00 para que a COOPIMA comece a operar. Isso possibilitará inclusive o capital de giro necessário para a primeira compra de *flake* do RS.

A construção dessa Cadeia Solidária Binacional do PET está sendo um elemento de união entre os atores. Pela questão diplomática, onde temos o estado do RS protagonizando uma integração produtiva com um outro país, com orientação do MRI e da ACRI/RS, assinamos um termo de cooperação entre o RS e o INACOOOP, Instituto Nacional de Cooperativismo, vinculado ao governo do Uruguai.

3. Adesão da Coopertêxtil – Pará de Minas/MG

Essa empresa, recuperada, está viabilizando a sua participação nessa cadeia produtiva, pronta para operar.

4. Transversalidade em outras secretarias de governo como:

- SEMA (Secretaria de Meio Ambiente);
- Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – junto ao DETRAB, que coordena as qualificações;
- SPM – Secretaria de Políticas para Mulheres, para propiciar condições dignas de trabalho e convivência às mulheres e suas famílias;

- SGG – Secretaria Geral de Governo, através do monitoramento dessa Cadeia como projeto estratégico de Governo e da Escola de Governo para a qualificação.

d) Definições de instalação dos polos

Para essa definição foram analisados alguns critérios de forma participativa com todos os envolvidos:

- O volume de PET movimentado na região;
- A organização e capilaridade dos catadores;
- O comprometimento do município em fornecer o terreno, o galpão, o tratamento de água necessário ao beneficiamento do *flake*;

- O Estado do RS tornou-se parceiro para a implantação dos equipamentos para o beneficiamento do *flake* e do plástico mole: um caminhão para a logística do PET, capital de giro para a primeira compra do PET, alguns equipamentos adicionais, como empilhadeiras e prensas.

Vale do Rio Pardo

O polo de beneficiamento de PET foi instalado em Santa Cruz do Sul, onde os catadores optaram por modificar a abrangência da COOMCAT para que ela fosse a Central das Cooperativas dessa região; os equipamentos para a linha de moagem do PET foram adquiridos através dos recursos do convênio com o M.T.E./SENAES. A COOMCAT começou a fazer a coleta seletiva na cidade.



Visão do polo com a linha de moagem do PET

Vale dos Sinos e Região Metropolitana

O polo de beneficiamento de PET foi instalado em Novo Hamburgo, e o primeiro polo de plástico mole em Canoas. Nessas regiões, os catadores constituíram a COOPETSINOS, uma central de cooperativas, congregando as cooperativas da região.



Galpão da Coopetsinos – Novo Hamburgo

Canoas

A prefeitura de Canoas chegou a alugar o prédio para a implantação da linha do plástico mole.

Sul

O terceiro polo de beneficiamento de PET foi instalado em Jaguarão, já com a constituição da COOPETSUL.

Planalto e Região da Produção

A definição ficou em Passo Fundo por ser uma cidade central da região.

e) Recursos e investimentos

O governo do Estado, através da SESAMPE, repassou aos catadores máquinas, equipamentos, construção de prédio (Uruguaiana), recursos para investimento, capital de giro e investimento com formação, que somados totalizam mais de R\$ 3.500.000,00 (**três milhões e quinhentos mil reais**) em recursos, além do convênio da SENAES, com aporte de R\$ 3.250.419,68 (**três milhões duzentos e cinquenta mil quatrocentos e dezenove reais e ses-**

senta e oito centavos), repassados pelo Governo Federal através da SESAMPE para adquirir: linha de moagem – empilhadeiras – prensas – transformadores – balanças rodoviárias – painel de controle – bonés – camisetas – equipamentos para escritório – caminhões.

f) Qualificação

Em 2013, com a apresentação da documentação pela Unijuí à FDRH, vem o aporte do recurso necessário para a qualificação dos catadores envolvidos com as centrais de beneficiamento.

A coordenação da Cadeia Solidária Binacional do PET é composta por representantes de todas as centrais (polos de beneficiamento do PET e do plástico mole), gestores públicos dos municípios onde estão localizadas as centrais, com a presença de Inacoop e Coopima do Uruguai e da Coopertêxtil de Minas Gerais. Nesses encontros se estabelecem os laços de confiança e respeito, necessários à discussão de preço justo e solidário, pois analisam juntos os custos de cada etapa de produção para que possam definir os ganhos de cada elo.

g) Intercâmbios, missões internacionais e encontros



Realizamos, logo no início do governo, uma missão ao Uruguai, junto ao governo e à Coopima para sensibilizar todos. Outra missão de governos, em 2012, foi a Minas Gerais, onde visitamos a Coopertêxtil e realizamos reunião junto ao governo de

Minas e a SENAES. Ainda organizamos um seminário com intercâmbio no Uruguai, junto a Coopima, Inacoop, Red Del Sur e Universidade de Montevidéu.

Realizamos uma missão oficial em que oportunizamos a ida de quatro catadores a Cuba, que lá conheceram, além de outras experiências, o destino e forma como os cubanos vêm trabalhando os resíduos sólidos, bem como os materiais recicláveis naquele país, e no retorno visitamos a Coopertêxtil e os catadores de Minas Gerais. Em outra missão oficial, tivemos a participação de um representante de catadores em uma viagem realizada à Itália e à Espanha, que conheceu todo o processo de destinação dos resíduos sólidos naqueles países.

Ainda em 2013, realizamos o Encontro Estadual de Catadores, que teve a presença de aproximadamente mil catadores e catadoras de todo o estado e contou com a participação do governador do estado Tarso Genro e do ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, além de deputados estaduais e federais, onde juntos discutimos temas relevantes em torno do dia a dia dos catadores, inclusive a proibição da incineração no estado do RS.





Também fomos painelistas em vários congressos e seminários nacionais e internacionais: Brasília, Rio de Janeiro, São Paulo, Itália, Espanha, Canadá, Cuba e Nicarágua, onde essa experiência causa motivação e faz as pessoas pensarem na Economia Solidária de outra forma.

Já em 2014, realizamos uma atividade marcante com a presença do governador do estado Tarso Genro, presidente Mujica do Uruguai, o Secretário Nacional da Economia Solidária Paul Singer, bem como várias lideranças políticas e especialmente das centrais de cada polo no polo já implantado e não concluído em Novo Hamburgo.

Essa ação de política pública demonstra, na prática, que não há fronteiras para um processo sério de autogestão e que é possível fazer o encontro da política pública com o desenvolvimento local com dimensão internacional. A Economia Solidária realiza o desenvolvimento sustentável, sensibiliza a gestão pública para a ousadia de que é possível, sim, o Estado ser indutor e colocar-se ao lado de quem constrói este país.

Contudo essa ousadia não teve prosseguimento por falta de compromisso das prefeituras locais, mesmo que tivessem assinado termos de compromisso. A Coopima do Uruguai não con-

seguiu o financiamento necessário e fechou. Por parte do governo de Estado, que assumiu em 2015, não houve nenhuma continuidade, inclusive devolveu o restante do recurso que ainda havia do convênio com o governo federal.

7. Comercialização e formação permanente

Casas da Economia Solidária



Resgatamos um conceito que já havia no estado, que são as Casas de Economia Solidária. São espaços que podem ter tripla função: formação-capacitação, produção e comercialização. São espaços públicos que podem ser patrimônio da União, do Estado ou do Município. A gestão desses espaços sempre é compartilhada.

As Casas da Economia Solidária necessitam de suporte no custeio básico e na conclusão de sua implantação, bem como na regulamentação (regimento interno geral) para que seja formali-

zada. Tem o importante papel de ser referência de informação e acesso às políticas públicas de Economia Solidária. Locais onde estão os processos de implantação:

1. Em Porto Alegre, na Rua Vigário José Inácio, 303 – Centro – Parceria com o Patrimônio da União.

2. Em Pelotas, na Rua Lobo da Costa, 1.274 – Patrimônio do Estado.

3. Em Santana do Livramento, na Rua Rivadavia Correa, 60 – Parceria com o Patrimônio da União e da Prefeitura Municipal.

4. Em Sapucaia do Sul, na Av. Leônidas de Souza, 957, Bairro Santa Catarina – Parceria com a Prefeitura Municipal.

5. Em Santa Maria, na Rua Heitor Campos s/n – Media-neira – Parceria com o Centro de Referência de Economia Solidária Dom Ivo Lorscheiter.

6. Em Alegrete, na Praça Getúlio Vargas, 46, no centro de Alegrete – Patrimônio do Estado.

Além disso, foram apoiadas durante os quatro anos várias feiras de Economia Solidária ou com temas afins, que têm proporcionado momentos especiais de venda e articulação.

8. Reconhecimento público – Certificação

A partir do decreto que cria a certificação dos empreendimentos da Economia Solidária para terem acesso a toda a política pública, seja com equipamentos, investimentos, estar comercializando nas casas, e mesmo para participar das compras públicas, o processo de certificação respalda as ações da mesma forma como a ADAP define o que é agricultura familiar. Entendemos que a política pública é incluyente, define o público, e que essa definição é universal com critérios claros, como está no decreto.

A certificação elegeu em assembleias regionais as comissões certificadoras, orientando que funcionassem nas Casas de Economia Solidária. Colocamos em processo de convênio para acompanhamento das comissões, o que não teve continuidade com o fim do governo, e também a compra de equipamentos para facilitar o funcionamento. Concluímos o trabalho com a certificação e a entrega dos certificados pelo Conselho Estadual de cem empreendimentos.

9. Mulheres da Economia Solidária

Durante os quatro anos de governo promovemos encontros das mulheres da Economia Solidária. Os últimos, com a presença de mais de 500 mulheres do estado, do Brasil e da América Latina e do Caribe, têm dado uma dimensão de quanto esse tema é importante e precisa ser priorizado em todos os sentidos. As mulheres participantes definiram uma carta pública sobre a realidade das mulheres da Economia Solidária, as necessidades e os desafios aprovados no encontro, fizeram caminhada pela cidade e, mais do que tudo, retornaram para suas cidades animadas e articuladas em suas ações.

10. Pós-governo

Os gaúchos escolheram, na sua maioria, a não continuidade desse governo. O que se passou com esses programas, essas leis e ações? Como um vendaval acabou a Secretaria de Economia Solidária, engavetaram todos os programas, leis... Tudo, como se nunca tivesse existido a Economia Solidária. O Conselho, sem os atores de governo, e o Fórum de Economia Solidária pressionaram para a continuidade da política pública, inclusive com audiências públicas, mas foi o grito para um governo surdo. Por isso é fundamental, para o avanço das políticas públicas, termos governos comprometidos com as causas sociais e gestores que venham desse meio social, dos movimentos sociais.

11. A política emancipa?

A política pública pode ser assistencialista ou emancipatória; por isso merece um destaque. Precisamos de políticas públicas de Estado, de políticas de Governo e de governos comprometidos com as causas sociais. É um tripé importante. Onde conseguimos juntar esse tripé, temos um avanço significativo da Economia Solidária com leis, programas e ações que fortalecem de fato a construção de outra economia.

Poderíamos destacar várias experiências de cidades, estados e países de nossa América Latina, que deram passos importantes, como leis nacionais de Economia Social e Solidária, como no Equador, leis atualizadas do cooperativismo, inclusive permitindo filiais de cooperativas, como é o caso do Uruguai, leis de compras públicas do cooperativismo e Economia Solidária no Brasil. Decretos e leis de Comércio Justo. Também programas pontuais de formação, apoios em infraestrutura, equipamentos e comercialização, fortalecem essa forma de promovermos desenvolvimento.

Porém, quando os governos são de direita, essas leis não são aplicadas, os programas terminam, as prioridades são outras. Ter a consciência clara de que o destino do dinheiro público necessita de uma constante vigilância da sociedade sobre quem está nos governos e envolver-se nas decisões da política pública é hoje um tema colocado para garantir o presente e o futuro da Economia Solidária. Manter a autonomia do movimento é ter posições claras, bandeiras definidas e saber aonde queremos chegar. Definir uma plataforma de políticas públicas, eleger representantes comprometidos com essa plataforma são um desafio colocado. As políticas públicas devem nos fortalecer, pois o que mais queremos não é egoísmo, é coletivo, é o bem comum.

Na conjuntura que vivemos hoje no Brasil e em muitas cidades e estados brasileiros, que viveram experiências de administração popular, tende a ser mais fácil o entendimento por que foi criado um conceito e houve uma reação muito forte do povo brasileiro, que afirma não GOSTAR DE POLÍTICA ou então que TODOS OS POLÍTICOS SÃO IGUAIS. Para manipular, des-

respeitar, não cumprir as leis e conquistas, é fundamental ter um povo alienado e indiferente. É fundamental que as informações não cheguem até a população e, quando chegam, venham carregadas de preconceitos e sejam parciais.

A política pública que emancipa vem carregada de consciência, de informação, de compromisso. A política pública deve ser pública e universal. Quem está na gestão é importante que tenha esse guia: essa ação ou programa cria privilégios ou direitos? Inclui ou exclui?

O Brasil dos brasileiros grita por um sistema em que a política pública tenha continuidade, sobretudo a política pública que transforma o Brasil num país com distribuição de renda, com igualdade e com justiça social, com governos comprometidos com quem constrói a riqueza deste país. Nesse sentido, a Economia Solidária é um ator importante na promoção desse desenvolvimento.

Essa ação de política pública demonstra, na prática, que não há fronteiras para um processo sério de autogestão e que é possível fazer o encontro da política pública com o desenvolvimento local, com dimensão internacional. A Economia Solidária faz, na prática, o desenvolvimento sustentável, sensibiliza a gestão pública para a ousadia de que é possível, sim, o Estado ser indutor e colocar-se ao lado de quem constrói este país.

Assumir o papel de gestora pública posso dizer que valeu a pena, por vários aspectos: pelas conquistas e leis que deixamos para o Estado, pela forma como a sociedade começou a olhar a Economia Solidária e a entendê-la. Conseguimos dar visibilidade a esse novo modelo em que as pessoas trabalham coletivamente, geram renda e querem um mundo mais justo... Dar visibilidade à Economia Solidária para que, através das cadeias solidárias, se faça a distribuição justa de renda e se faça a justiça de fato acontecer. Valeu a pena pela compreensão e pela aproximação que o Estado teve com os empreendimentos de Economia Solidária. Valeu a pena que os funcionários do quadro de várias Secretarias conhecessem mais a realidade do povo da Economia Solidária.

Valeu a pena porque hoje entendo mais, hoje sei, hoje eu sinto e compreendo o que é a máquina pública, o que é fazer uma gestão pública e, sobretudo, dizer que é possível fazer diferente, que é possível fazer uma gestão de forma diferente, é possível democratizar o recurso, é possível você fazer uma política pública que não seja só para os seus, mas que esteja voltada à população de modo geral, mesmo que seja dentro de uma Secretaria que tenha uma ação específica.

Fizemos o debate nas prefeituras que eram aliadas do governo estadual e prefeituras que não eram aliadas para que entendessem a questão, sobretudo dos catadores, da política nacional de reciclagem, do comprometimento que as prefeituras devem ter para fazer essa política pública acontecer. Foi uma marca muito importante tanto para as prefeituras que viveram as gestões mais populares no campo do PT, de partidos aliados ao governo do estado, como também para partidos de oposição.

Conseguir esse entendimento de que existe uma lei federal de política nacional de resíduos sólidos e que ela é para todos e que isso pode melhorar a vida de todos, além de preservar o meio ambiente, foi um debate que de fato nos fez chegar a muitas das cidades do estado. Percebemos que tem muito a ser construído, muito a ser compreendido.

Poder trabalhar as cadeias produtivas tem sido algo profundamente realizador; foi provocar a Economia Solidária para que a pessoa descobrisse que é possível aproximar os empreendimentos. E aqui tem um aspecto muito importante: muitas vezes, pensamos em diversas ações de política pública, mas só o fato de os gestores aproximarem-se dos empreendimentos que estão isolados entre uma cidade e outra, podendo se encontrar, debater e refletir, isso faz a diferença. Este é um papel muito importante, e muitas vezes a política pública acaba sendo interrompida e acaba vendo um retrocesso, porque exatamente toda essa aproximação é interrompida.

Isso aconteceu novamente no Rio Grande do Sul, que elegeram um governo totalmente contrário a tudo o que o governo da

Administração Popular fez; poderia citar muitas ações interrompidas, mas, ficando somente no campo da Economia Solidária, tivemos em 2015 a 2018 quatro sucessivos anos de pressão para que o governo do Estado, que não gastaria nem um centavo, simplesmente chamasse o Conselho Estadual de Economia Solidária para dar continuidade à política pública; mesmo tendo feitas várias audiências públicas em várias regiões do nosso estado não fomos ouvidos.

Fizemos todos os tipos de pressão e não fomos ouvidos. Então imagina um governo do Estado que não tem a capacidade de reunir um Conselho Estadual, lógico que não quer tocar qualquer política pública de Economia Solidária. Foi uma interrupção que ignorou tudo o que foi construído.

Não nos falta política de Estado, pois temos uma lei estadual de compras coletivas, em que o Estado pode comprar diretamente da Economia Solidária e da agricultura familiar para os hospitais, quartéis... Não teve um mínimo de movimento para fazer essa lei acontecer. A Economia Solidária ficou órfã depois da gestão de Tarso Genro no governo do Estado. O próprio convênio federal, que ainda tinha recurso para a continuidade da cadeia do PET I para ações do RS mais justo e solidário, ficou durante os quatro anos em uma conta de poupança, não sendo executado por falta de vontade política. E, pior ainda, um Estado que não tem dinheiro para pagar os funcionários públicos em dia devolveu o dinheiro dos dois convênios e pagou multa por essa devolução.

Seguem dois depoimentos de participação direta na gestão da Isabeta (Beta), que fez parte do Departamento de Economia Solidária e atuou diretamente nas ações desenvolvidas:

Tenho minha experiência profissional voltada às linhas e ações que se encontram com as práticas e princípios de Economia Solidária.

Talvez a experiência mais desafiadora foi ter composto o Departamento de Economia Solidária da Secretaria Estadual de

Economia Solidária e Apoio à Micro e Pequena Empresa – SESAMPE no período de 2011 a 2014, o que possibilitou que hoje, com muita honra, recebesse o convite de participar da elaboração deste livro, deixando meu depoimento desse momento de muitos desafios.

O Encontro da Economia Solidária com a Política Pública veio através da organização do movimento popular, que, aqui no estado, a partir de suas experiências bem-sucedidas, teve forças para pautar uma secretaria de Estado. As linhas e ações do departamento foram pensadas com o intuito de fomentar, fortalecer e empoderar os empreendimentos a partir de projetos que pensassem e organizassem as principais cadeias produtivas do setor – baseado no diagnóstico da metodologia de problemas vivenciados na prática, por aqueles que mais precisam de uma gestão governamental que permita sua inclusão social e econômica.

Dessa forma coube a mim, durante esse período, acompanhar mais especificamente a cadeia produtiva da reciclagem através do projeto “Cadeia Solidária Binacional do PET” – projeto ousado que se propõe a unir 2 países e 3 estados onde os empreendimentos tivessem em seu poder todas as ações da cadeia produtiva. As cooperativas de catadores passariam a verticalizar toda a sua produção de PET, que até então era comercializada em begs de PET prensado em flake de PET esterilizado; esse seria comercializado à Coopima, uma empresa recuperada de Montevideu – Uruguai, que faria a fibra do PET reciclado. Posteriormente, seria absorvido pela Coopertêxtil de Minas Gerais, que faria a fiação da fibra e a confecção do tecido, que seria fornecido às cooperativas de costureiras para confeccionar as peças finais. O tecido também poderia ser utilizado na confecção de calçados (tênis), estofamento de carros e até mesmo em malhas asfálticas.

Como vimos na apresentação da proposta: a organização de vários setores da sociedade era de fundamental importância, e a

evolução de cada etapa tinha que ocorrer no mesmo tempo. A secretaria do Estado teve o importante papel de ser o ator fomentador dessa proposta, unindo todos os demais atores, além de captar recursos que possibilitassem que os catadores recebessem os equipamentos e as intrusões necessárias para o novo processo produtivo. As cidades-polos que receberiam os polos de verticalização se responsabilizaram com a estrutura de galpão, água, luz e tratamento de efluentes. As cooperativas de catadores precisaram organizar-se para aumentar a quantidade de produção, e as demais cooperativas, Copima e Coopertêxtil, precisaram organizar-se para absorver o flake e a fibra produzida.

Relato essa história, pois ela embasa a importância da política pública junto aos setores menos favorecidos da sociedade, ainda que os limites encontrados em uma secretaria nova – poucos recursos humanos, financeiros e, às vezes, com divergências de compreensões – não impossibilitaram que essa “Cadeia Produtiva” tivesse avanços enquanto teve políticas públicas voltadas a ela. Várias ações foram possibilitadas: encontros do Comitê Gestor, com representantes de catadores do interior do Estado, com representantes da Coopima e da Coopertêxtil, convênio em parceria com a SENAES, a secretaria do Estado conseguiu doar aos catadores do RS envolvidos na cadeia: máquinas, equipamentos e caminhões necessários para a oportunidade de negociar. Os municípios em sua totalidade tiveram dificuldades em cumprir sua parte, e a troca de focos prioritários talvez tenha sido o principal motivo da desarticulação dessa oportunidade, que traria qualidade de vida e geraria trabalho e renda para muitos catadores e catadoras desse estado.

Com a chegada de novos gestores ao poder, as práticas de Economia Solidária foram perdendo espaço, e conseqüentemente esse projeto deixou de ter prioridade aos olhos públicos de Estado. A partir de então, a responsabilidade cai aos próprios empreendimentos, que, de forma isolada por região, começam a

trocar novos caminhos para viabilizar pelo menos a produção do PET em flake.

*Dito isso, podemos perceber a diferença entre **Programa Público que depende da posição política e da prioridade de quem** o coordena e de **Políticas Públicas** que passam a ser uma política de Estado, que deve ser executada independentemente da posição de quem as conduz. Reforçando esse ponto, tivemos ainda uma importante participação na criação de leis, tais como a lei de compras públicas, tornando muitos empreendimentos de Economia Solidária (EES) fornecedores do Estado; lei estadual de Economia Solidária, que passa a legitimar a Ecosol como uma classe trabalhadora; política de certificação dos EES, o que garante e legitima quem de fato atende os princípios de Economia Solidária; criação do Conselho Estadual de Economia Solidária, e tantos outros instrumentos que vieram a somar forças para o movimento de Economia Solidária no estado do Rio Grande do Sul.*

Todas essas foram políticas afirmativas, que, desenvolvidas a partir de um espaço público, tiveram mais representatividade e maior peso legal, proporcionando aos EES novas possibilidades de avanço, de busca de novos caminhos, empoderando e fortalecendo os trabalhadores assim como os seus empreendimentos. Por outro lado, vale ressaltar as dificuldades, a morosidade e o quanto é engessada a estrutura pública; nem sempre é possível desenvolver determinada ação no prazo e na eficiência planejada, porém com força de vontade e decisão de prioridade política é possível definir claramente qual o projeto político que se apoia, que se defende, que se faz acontecer. A nossa escolha foi a classe trabalhadora, os menos favorecidos, aqueles historicamente esquecidos, o trabalhador e a trabalhadora da Economia Solidária.

*Incluir a Economia Solidária como política pública de um **Estado Necessário** dentro das diretrizes enraizadas no sistema de*

Estado Herdado (arcaico e capitalista) foi um grande desafio e uma árdua tarefa que tinha horas diárias para iniciar, mas não para terminar. Sensibilizar vários atores de que “uma outra economia” – baseada na cooperação, na inclusão social e na sustentabilidade ambiental – é possível, respaldando a teoria com leis, pode ter sido por vezes desafiador. Hoje, passado algum tempo, fica a certeza de que com muita luta, trabalho e organização fizemos história e a escrevemos nas páginas da Gestão Pública Estadual do RS que a “Economia Solidária”, conceito utilizado para definir as atividades econômicas organizadas coletivamente pelos trabalhadores que se associam e praticam a autogestão e que pode acontecer na esfera pública sim, como também na sociedades civil, e se tratada com igualdade a Economia Solidária, que pode andar em iguais condições com a economia tradicional, que se beneficia de um Estado herdado historicamente.

Isabeta Carla Ody (Bacharel em DRGA, especialista em educação ambiental e práticas escolares, gestão pública e fitoterapia)

E o depoimento de Beto Johann, que teve atuação direta na construção da cadeia das frutas nativas:

Quando em 2012 procurei a Nelsa para saber como poderíamos ajudar a Ecotorres a resolver o grave problema do aluguel de uma Cooperativa de Consumidores, eu mal sabia que me seria apresentado um outro trabalho maravilhoso, desenvolvido por ela no governo Tarso Genro.

Nessa ocasião, a Nelsa falou-me da Cadeia Solidária das Frutas Nativas, da qual a Ecotorres passou a fazer parte como um dos pontos de venda dos derivados dessas Frutas Nativas que a Cadeia Solidária estava se propondo a resgatar.

A partir dessa Política Pública, fundamos uma Cooperativa de Trabalho em Processamento de Frutas Nativas (Coopernativa),

que tem se proposto a processar principalmente o açaí-juçara, espécie gravemente ameaçada de extinção, além do butiá, amora, guabiroba, uvaia e outras frutas orgânicas.

Aqui no Litoral Norte do Rio Grande do Sul, já se percebe a mudança de comportamento dos agricultores, que agora podem vender o fruto da juçara para a Cooperativa ao invés de cortar o açazeiro para fazer palmito. Com isso já é notória a maior preservação de uma espécie muito ameaçada e importante para o equilíbrio da Mata Atlântica remanescente.

A polpa do açaí-juçara é consumida na Ecotorres e nas praias da região como açaí na tigela, sucos, sorvetes e picolés, assim como é parte da merenda escolar no município de Três Cachoeiras e outros do Litoral Norte.

Passados cinco anos do Governo Tarso, esse trabalho maravilhoso iniciado pela Nelsa segue sendo executado com sucesso, mesmo tendo sido abandonado pelos governos subsequentes. Os membros da Cadeia Solidária das Frutas Nativas seguem o exemplo da mestra como discípulos que bem aprenderam a lição e compreenderam a importância da proposta da Política Pública daquele governo da qual ela fazia parte.

Beto Johann (Coordenador Geral da Ecotorres)

A Economia Solidária que se constrói nos interstícios que as crises inerentes ao capitalismo deixam desocupados; terra deixada improdutiva, que via reforma agrária é entregue a trabalhadores que a cultivam em empreendimentos solidários; é o lixo que infesta as cidades, que é reciclado por cooperativas de catadores. O maior desafio é motivar e resgatar a multidão deixada à margem, fazendo-a ver que sua emancipação é possível desde que se tornem protagonistas dela.

(Singer, Paul)

III. O Banco Comunitário

Justa Troca

A Vila Nossa Senhora Aparecida é uma pequena comunidade de aproximadamente 4.170 moradores, sendo 2.044 mulheres e 2.126 homens, segundo o censo IBGE 2010. Está situada no bairro Sarandi, um dos bairros mais populosos de Porto Alegre, com uma população de 91.366 habitantes, sendo esses 47.948 mulheres e 43.418 homens no extremo norte de Porto Alegre. No último levantamento, Porto Alegre tinha mais de 1.400.000 habitantes. A área em que hoje está localizada a Vila Nossa Senhora Aparecida permanecia um descampado ainda no início dos anos 1970 por ser uma área de plantio de arroz. Em 1977, começou a ser ocupada de maneira acelerada por famílias que viram a possibilidade de fixar moradia ali. Primeiramente chamada de Caiu do Céu por essa ocupação tão rápida, mas que pelas tantas dificuldades e necessidades que não vinham do céu logo se identificou como Nossa Senhora Aparecida.

Tem se caracterizado por importantes iniciativas de organização de seus habitantes na busca pela melhoria de suas condições de vida, especialmente na década de 90 com o Orçamento Participativo, promovido pela Administração Popular. Foi nesse período que conquistamos o saneamento básico, que antes era esgoto a céu aberto ou feito pelos próprios moradores. Foi assim que veio a pavimentação em ruas que antes eram de barro, as quais em dias de chuva dificultavam a circulação. Foram anos de muita participação e luta no Orçamento Participativo; foi cada ano uma rua até conquistarmos a pavimentação e o saneamento em praticamente toda a vila. A exceção foi na rua XV de Novembro e Porto Seco na Chimarrão, onde a prefeitura alegou que não poderia sanear e pavimentar por questões técnicas, já que o terre-

no ocupado era uma propriedade particular e, portanto, não poderia executar obras de infraestrutura com recursos públicos. Apesar de muitas tentativas da população, o Arroio Feijó – ou “Valão”, como é popularmente chamado – segue sendo até hoje um canal que recebe esgoto irregularmente e sem tratamento de algumas casas da vila que não possuem saneamento básico e, também, de vilas próximas.

É nesse território, fruto de todo um processo de organização, que temos vários empreendimentos associativos, indicativos da presença de valores de cooperação e senso de comunidade:

- ***Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (UNIVENS)***: desde 1996, na busca de geração de trabalho e renda de forma coletiva, já teve homens, mas atualmente todas são mulheres da comunidade, que já percorreram uma longa caminhada. Hoje tem 23 mulheres da comunidade associadas, que produzem todo tipo de vestuário, como uniformes de empresas, escolas, camisetas, sacolas, além de personalizar com serigrafias e bordados.

- ***Cooperativa Central Justa Trama***: desde 2005, uma cadeia produtiva e solidária do algodão agroecológico, formada por cooperativas e associações das cinco regiões do Brasil, desde o plantio do algodão, fio, tecido, confecção e artesanato. São quase 500 trabalhadores(as) nesse processo de produção e comercialização. Tem nessa comunidade sua sede, todo o processo de comercialização e onde as roupas são produzidas pela Cooperativa Univens.

- ***Cooperativa Nova Geração***: desde 2008, a escolinha de educação infantil Nova Geração, atualmente atende 56 crianças de nossa comunidade e arredores; a gestão da escolinha é feita pela cooperativa que se mantém com o convênio junto à Prefeitura de Porto Alegre e contribuição espontânea dos pais.

Tanto a escolinha como a Univens tiveram como principais parceiros, para ter a infraestrutura e prédios, organizações da Espanha, as quais tiveram um processo de sucessão: ACSUR, CONOSUD e CERAI.

Cada uma dessas cooperativas tem uma atuação e uma história que faz a diferença em nossa comunidade e também na his-

tória da Economia Solidária. São referência para estudos e teses, além de ter tido a cobertura de todos os tipos de meios de comunicação para demonstrar a luta, resistência e suas grandes conquistas, especialmente no campo da superação, da geração de renda e da autodeterminação das mulheres.

Em contraponto, nem a organização comunitária impediu o crescimento da insegurança e a acomodação dos moradores, especialmente pelo crescimento das disputas de territórios pelo tráfico de drogas, que sempre provocam a precariedade social. Isso somado ao atual cenário econômico e social do país, sobretudo com o golpe em 2016, o qual tem diminuído as políticas sociais e aumentado as taxas de desemprego, afeta todos os trabalhadores(as) profundamente e, prioritariamente, as comunidades mais pobres.

O NEGA (Núcleo de Estudos de Gestão Alternativa da Administração da UFRGS) desenvolveu em 2016 uma pesquisa na comunidade, o que possibilitou que hoje tenhamos um perfil dessa nossa Vila Nossa Senhora Aparecida do bairro Sarandi de Porto Alegre, que é onde surge outra organização: **Banco Comunitário Justa Troca**.

Que população é essa? É um demonstrativo que reflete a realidade de nossa vila.

Gênero	
Feminino	52,3% (328)
Masculino	47,7% (299)
TOTAL	100% (627)

Etnia	
Branca	63,4%
Preta	18,0%
Parda	17,8%
Amarela	0,6%
Indígena	0,2%
TOTAL	100,0%

Idade

76 ou +	13	2,1%
61 a 75	71	11,4%
45 a 60	116	18,6%
31 a 45	135	21,7%
19 a 30	117	18,8%
13 a 18	70	11,2%
0 a 12	101	16,2%
TOTAL	623	100,0%

A população jovem é significativa:

- ✓ 46% tem menos de 30 anos e
- ✓ 27,4% tem 18 ou menos.

Casa própria ou aluguel

local_mora	Freq.	%
Alugado	21	11,0%
Próprio s/ registro	88	46,1%
Próprio c/ registro	82	42,9%
TOTAL CIT.	191	100%

✓ A maioria (88%) mora em casa própria

✓ Mas grande parte dos terrenos não estão regularizados

Acesso a internet

residentes_acesso_internet	Freq.	%
Dados móveis (3G, 4G)	78	40,8%
Internet fixa própria (banda larga)	43	22,5%
Internet compartilhada (wifi)	64	33,5%
Não acessam	42	22,0%
TOTAL OBS.	191	

✓ A maioria (60%) não tem dados móveis no celular

✓ 22% não acessam a internet

Religião

religiao	Freq.	%
Católica	124	64,9%
Evangélica	41	21,5%
Matriz afro/Umbanda/Batuque	14	7,3%
Ateu/Agnóstico/Não tem	11	5,8%
Epirita	7	3,7%
Outro	2	1,0%
TOTAL OBS.	191	

✓ A maioria (65%) se declara católica e 21,5% evangélica.

✓ No 1/3 restante diversidade.

Escolaridade

Superior Completo	9	1,5%
Superior Incompleto	21	3,4%
2º Grau Completo	162	26,3%
2º Grau Incompleto	48	7,8%
1º Grau Completo	104	16,9%
1º Grau Incompleto	127	20,6%
1ª a 4ª série	78	12,7%
Pré-Escolar	9	1,5%
Analfabeto	16	2,6%
Alfabetizado	9	1,5%
Sem idade escolar	33	5,4%
TOTAL	616	100,0%

Mais de 30% possuem 2º grau completo (somando os que possuem ensino superior)

O número de analfabetos é proporcionalmente pequeno, mas chega a 16 pessoas

Trabalho

trabalho_atualmente	Freq.	%
Não resposta	1	0,5%
Trabalhador rural	0	0,0%
Agricultor familiar	0	0,0%
Empreendedor Formal	3	1,6%
Empreendedor Informal	19	9,9%
Funcionário Público	6	3,1%
Empregado doméstico	3	1,6%
Assalariado c/ carteira	50	26,2%
Assalariado s/ carteira	16	8,4%
Pensionista / aposentado	56	29,3%
Desempregado	16	8,4%
Não trabalha (estudante/ dona de casa)	34	12,6%
Estágio/Aprendiz.	0	0,0%
TOTAL OBS.	191	

Destaque para os que não trabalham e desempregados que somam 21%

Junto aos 30% de aposentados, são mais de 50% que não trabalham.

Alguém exerce outra atividade? O que? Onde?

	#	%
Sim	57	29,8
Não	134	70,2%
Total	191	100%

ONDE DESENVOLVE?	Freq.	%
Em casa	80	74,1%
No bairro e fora	16	14,8%
No bairro	12	11,1%
TOTAL CIT.	108	100%

	Freq.	%
Faz e vende alimentação	14	22,2%
Vende perfumaria e cosméticos	8	12,7%
Cabeleireiro, manicure, barbearia ou similar	5	7,9%
Faz e vende artesanato	10	15,9%
Prestação de serviços na área de construção civil e consertos	4	6,3%
Vende roupas, moda íntima, cama, mesa e banho, etc.	5	7,9%
Pequeno negócio em casa	4	6,2%
Costura	3	4,8%
Outros: frete, faxina	1	1,48%
Pequenas empresas de acabamento e reparo	3	4,8%
Eventos (festas)	2	3,2%
Revendo outros produtos	2	3,2%
TOTAL CIT.	63	100%

Renda familiar

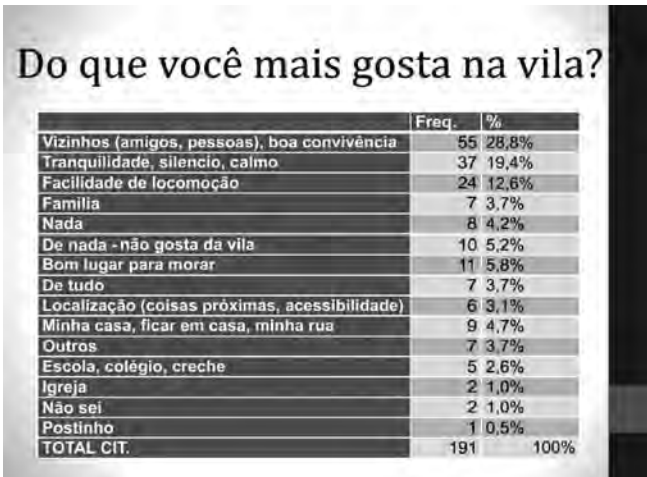
Renda (em R\$)	%
4.501 a 5.000	3%
3.001 a 4.500	11%
2.001 a 3.000	30%%
1.001 a 2.000	32%
1.000 ou menos	19%
Não resposta	5%
Total	100%

Renda média por residência: R\$ 2.430,90
 Renda média por pessoa: R\$ 757,30
 Soma da renda na amostra: R\$440.000,00
 Soma para a Vila: R\$ 3.073.290,00

Já pediu algum empréstimo?

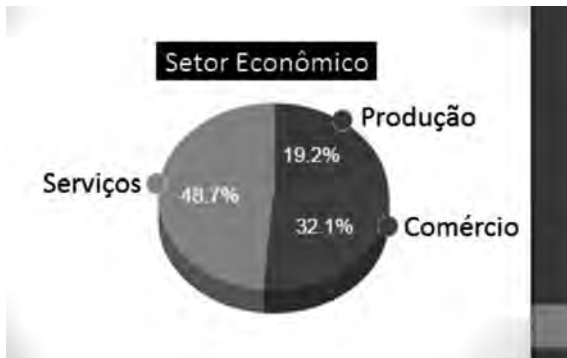
voce_alguem_familia empréstimo	Freq.	%
Sim	82	42,9%
Não	109	57,1%
TOTAL CIT.	191	100%

A maioria diz não ter nunca pedido empréstimo

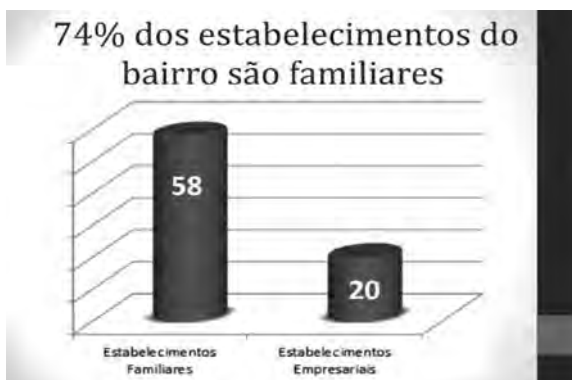


A pesquisa, além de nos trazer dados do perfil dos moradores, traz também elementos de avaliação e de necessidades. Temos clareza de que o perfil traçado nos ajuda a guiar as ações, de forma mais científica, supera o que muitas vezes medimos por sentimentos ou pelo grau limitado de conhecimento que temos.

Na perspectiva de pensar um banco comunitário, os dados econômicos são muito importantes:



Essas são as iniciativas que existem dentro dessa comunidade.



Esses são os dados que têm nos ajudado a entender e definir o perfil dessa comunidade de 4.170 habitantes.

1. Por que a ideia de criar um Banco Comunitário na comunidade?

Toda a história de construção da Economia Solidária provoca encontros. Enquanto organizávamos o Fórum Brasileiro de Economia Solidária, ainda entre 2003 e 2005, e cada um dos representantes atuava em áreas tão diversas – empresas recuperadas, artesanato, agricultura familiar, confecção –, também estavam lá a Justa Trama e os bancos comunitários, especialmente o Banco Palmas do Ceará. Nesse período, Sandra Magalhães, uma das fundadoras, desafiava-nos (Idalina e eu) para que a Justa Trama tivesse um banco comunitário.

Sempre sentimos esse desafio, mas era difícil poder tocar tudo, e tomamos a decisão de fazer valer a Justa Trama, que nos absorvia e desafiava por demais. Entretanto Idalina, sempre muito empolgada, dizia que um dia, na Justa Trama, nós teríamos que fazer a conversa sobre um banco comunitário e que isso nos incomodava, pois a Região Sul não tinha um banco comunitário na rede de bancos comunitários. Essa ideia ficou guardada, como se estivesse em uma gaveta, e sabíamos que no momento propício estaríamos conversando sobre isso, e foi assim mesmo! Ficou lá por esse tempo todo, ou seja, desde 2003, e em 2015 é retomada de uma forma muito especial. Infelizmente, acontece quando Sandra Magalhães não está mais conosco e no ano também em que Idalina Boni também parte, ambas vítimas de câncer.

O núcleo da UFRGS, especialmente com a Ana Mercedes, e o Instituto Federal do Rio Grande do Sul, com o professor Duílio, iniciam uma conversa e consulta para estender a rede de Bancos Comunitários na Região Sul e nos procuram para saber de nosso interesse na comunidade. Foi assim que, em abril de 2015, fizemos a primeira conversa na comunidade para entender melhor o que seria isso. Não há dúvida de que cria uma profunda desconfiança em todos, porque banco é conta, empréstimo, juros e sobretudo medo de assalto. Então o primeiro passo era entender o que seria a proposta de um banco COMUNITÁRIO.

Começamos a desenhar essa possibilidade, e não foram poucos os momentos em que pensamos que isso não seria possível. Participavam representantes da universidade, que vinham de ônibus, e algumas pessoas da comunidade que acharam que podia ser uma boa ideia. Éramos poucos; em muitas reuniões somávamos cinco participantes. Desde o primeiro momento, a sede das reuniões foi na Justa Trama, e isso dá muito orgulho; assim foi se realizando um sonho. Depois as reuniões passaram a ser na sede da Cooperativa Univens, ocupando as estruturas e também com pessoas fazendo parte da organização.

Importante foi ir tendo a clareza do que é um **banco comunitário**:

O **Banco Comunitário de Desenvolvimento (BCD)** é uma organização de caráter associativo e comunitário, que presta serviços financeiros voltados à geração de trabalho e renda e ao fortalecimento das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. A ideia principal é disponibilizar serviços financeiros para populações que normalmente (por conta da renda e, também, de onde moram) não têm acesso a instituições convencionais, como os bancos privados.

Os BCDs trabalham com diversos instrumentos, sendo os principais:

- A moeda social circulante local: consiste na criação de uma moeda emitida e controlada pela própria comunidade e que é aceita somente em estabelecimentos comerciais credenciados no território de atuação do Banco Comunitário;
- O microcrédito solidário, que consiste em empréstimos tanto para o consumo como para a produção, sendo que a política de crédito é construída pela própria comunidade, utilizando critérios que contemplam sua realidade;
- A educação financeira, orientando a população para o melhor uso dos recursos;
- Outros serviços oferecidos por muitos BCDs, como apoio à comercialização, correspondente bancário, pagamento de contas, recarga de celular, microsseguros e muito mais.

A combinação de uma moeda social que só circula na comunidade com o microcrédito solidário busca integrar produção e consumo local. Quando o empréstimo é para consumo, é feito em moeda social, estimulando assim que as compras sejam realizadas dentro do próprio bairro; então a riqueza continua circulando no próprio território. A ideia é que esses serviços, além de mais acessíveis, sejam um instrumento de organização e estímulo ao desenvolvimento local.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento operam delimitando o tamanho do território, dialogando assim com todos os tipos de empreendimentos existentes dentro do território definido, sejam eles provenientes da Economia Solidária, da economia popular ou da economia capitalista.

Diferenças entre um banco convencional e um banco comunitário de desenvolvimento:

Banco Convencional	Banco Comunitário de Desenvolvimento
Há dono ou acionistas	Quem é dono é a comunidade
Gera lucro	Desenvolve a comunidade
A economia controla o banco	A associação controla o banco
É propriedade do dono	É propriedade coletiva
Se justifica com o lucro	Se justifica pelo desenvolvimento social
Promove a concorrência, a competição e a disputa	Promove a colaboração, a cooperação e a solidariedade
Acredita nas garantias (renda, patrimônio, fiador)	Acredita na responsabilidade das pessoas (confiança)
Promove a disputa entre os empreendimentos do território	Reorganiza e motiva as economias locais
Centralizado, grande, poderoso, distante das pessoas	Descentralizado, perto das pessoas
Decisão centralizada	Decisão coletiva

Assim também conseguimos aos poucos deixar mais claro o que são um banco comunitário de desenvolvimento e um banco convencional. Na verdade, poderíamos chamar os bancos comunitários com outro nome, porque realmente não têm nada em comum com os bancos capitalistas.

2. Por que em nosso entender um Banco Comunitário pode fazer a diferença na comunidade?

Com os dados expostos acima, especialmente no que se refere à acomodação da comunidade e ao encolhimento dentro de suas casas, buscamos construir a análise do porquê disso e encontramos várias causas. O momento que viveu o Brasil, de muitas políticas públicas que melhoraram a vida dos mais pobres, especialmente na transferência de renda e no acesso à educação, sobretudo aos cursos superiores, e isso, segundo o ex-presidente do Uruguai Pepe Mujica, bem define os anos de governo Lula e Dilma: o Brasil incentivou a consciência de consumidor e não de cidadãos.

As pessoas fecharam-se em seu mundo com um sentimento de que tudo o que conseguiram foi por mérito próprio e não por conquistas de políticas públicas. Isso é muito triste, pois esse mesmo povo não reage enquanto estão sendo retirados esses direitos. Outro fator é que a melhoria da renda trouxe a banda larga, TV a cabo e ar-condicionado, e isso individualiza as pessoas para dentro de suas casas. Já não é comum as pessoas se sentarem no final de tarde nas calçadas ou no pátio para tomar chimarrão ou mesmo cerveja, enquanto as crianças brincam na rua. As famílias não deixaram de fazer, só que o fazem dentro de casa.

Frente a esses fatores ainda há o maior de todos: a insegurança pela disputa de território do tráfico de drogas. De modo especial os anos 2013, 2014, 2015 e 2016 foram um período muito difícil de viver na vila. Vimos muitos jovens que nasceram aqui, brincaram com nossos filhos, fizeram catequese, vizinhos, moradores sendo executados da forma mais cruel. E o sentimento das pessoas sempre era que “enquanto se matam entre eles, tudo bem”. Todos fazem de conta que nada aconteceu; a família de quem perde seus filhos para o tráfico ou quando esses filhos são mortos fica isolada e sozinha num momento muito difícil. O medo toma conta de todos, pois as rajadas e os tiros passaram a ser comuns.

A partir da reflexão sobre esses fatores, começamos a construir a ideia do Banco Comunitário na esperança de que nos uni-

ria com uma moeda e também desmistificaria o próprio real, incentivaria o desenvolvimento sem a sempre competição do capitalismo. Seria uma forma de nos unir e restabelecer laços de confiança.

Joaquim Melo, do Banco Palmas, diz que nossas vilas não são pobres; elas estão empobrecidas exatamente porque o dinheiro sai de dentro da vila, ou seja, o dinheiro que as pessoas ganham como fruto de seu trabalho acaba sendo gasto fora da própria vila: fazem as suas compras nos grandes mercados, as roupas compram no centro da cidade. Quer dizer, o que cabe exatamente à vila é o resto do salário... mas, e se conseguíssemos trabalhar com uma moeda com que o comércio local aplicasse descontos para quem compra com a moeda, garantindo fidelidade, e os moradores se sentissem incentivados a comprar dentro da própria comunidade?

Motivados pelos descontos, os moradores veriam isso como uma vantagem; isso faria com que o dinheiro ficasse dentro da própria comunidade, e a comunidade se desenvolveria, inclusive abrindo mais postos de trabalho, provocando melhorias nos estabelecimentos e na infraestrutura. Essa compreensão nos motivou a criar realmente o banco com moeda social, a acreditar em nós mesmos e no desenvolvimento horizontal que podemos fazer acontecer.

3. O início do Banco Comunitário de Desenvolvimento

E foi assim: em abril de 2015, iniciamos nossas primeiras conversas, rumo à constituição do Banco Comunitário de Desenvolvimento, na perspectiva de nos somar à rede de bancos comunitários que no Brasil somam mais de 113 nos vários estados.

Assim se sucederam infinitas conversas, e uma delas foi marcante, pois provocamos a comunidade para que se manifestasse se era uma boa estratégia, e essa sempre acenou positivamente. Em setembro de 2015, Joaquim Melo, do Banco Palmas, nosso banco inspirador de Fortaleza, veio ter essa conversa com a comunidade.



Joaquim Melo explicando o que é Banco Comunitário e apresentando o Banco Palmas



Com a equipe do NEGA e Joaquim no dia do evento

Seguimos no mês de outubro para o mapeamento da comunidade. Isso foi a primeira vez que aconteceu na vila, trazendo dados e expectativas da comunidade. A equipe de mapeamento foi coordenada pelo NEGA, e foram selecionados quatro jovens

da comunidade para ajudar a fazer os questionários. É a comunidade pesquisando a própria comunidade. O método é ótimo, tanto no sentido de envolver a juventude como a comunidade se sentir à vontade para responder, pois estava conversando com alguém que é daqui.



Nesse período, também tivemos a possibilidade de fazer um intercâmbio no Banco Palmas; participaram Ana Mercedes, Nelita e Luciana. Isso abriu bastante nossa visão e também esclareceu todo o processo desenvolvido quanto ao crédito. No final de 2015, sempre nos perguntando se realmente conseguiríamos dar conta de mais esse desafio do Banco Comunitário, seguimos mesmo sem ter certeza se esse seria possível de ser viabilizado.

Desafiamos-nos a dar o nome ao nosso banco. Começamos a colocar na parede os nomes que achávamos interessantes (parecia reviver o processo vivido para definir o nome da Justa Trama). Foram muitas sugestões, mas o nome que entusiasmou a todos veio de uma das estagiárias do NEGA quando estava se deslocando para a reunião do banco de ônibus: JUSTA TROCA.

Não dá para imaginar a felicidade de todos quando ela apresentou a ideia... Na hora oficializamos que esse seria o nome do nosso Banco Comunitário; foi por consenso, e assim registramos esse momento:



Estava assim oficializado o nome do nosso banco: JUSTA TROCA.

Tempos depois, decidimos o nome de nossa moeda social. Foi um pouco mais difícil a decisão; então fomos acumulando sugestões como: nossa prata, pila, trama, canário, trocado, forte, justo e barão. Afunilou em dois nomes: Justo e Pila. Por fim, tivemos que votar e por maioria decidimos então por JUSTO.

Em 2016, determinamos que deveríamos criar a associação que faria a gestão do banco. Para a associação ficamos entre dois nomes: Novo Amanhecer e Nossa Vila. Por não ser consenso, tratamos do assunto em várias reuniões. Não era só definir o nome, mas precisávamos definir o estatuto, os papéis e a direção. Decidimos então que seria ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA NOSSA VILA APARECIDA – ACONVI.

Nossa primeira diretoria teria o mandato de um ano.

Nelita: Coordenadora

Edília: Tesoureira

Luciana: Secretária

Nelsa: Relações externas

Jaqueline: Cultura. E ainda tivemos o conselho fiscal.

Isso aconteceu no dia 02 de maio de 2016. Agora temos estatuto e diretoria eleita. Agora é registrar em cartório. Já em 2017, alteramos para dois anos o mandato. Nesse momento, os poucos homens que se envolveram afastaram-se, e nossa diretoria foi formada só por mulheres.

Outro processo muito participativo foi a definição da moeda. Precisávamos colocar nas moedas símbolos significativos da comunidade. Mas o que nossa comunidade tem de destaque?

Reconstruímos a história da vila para ver se teríamos algo com que a própria comunidade se identificasse. Então lembramos o processo que definiu o nome das ruas. Os nomes tiveram um processo profundamente democrático: primeiramente, passávamos (a Associação Jardim Alvorada, que era nossa associação de moradores até 2005) de casa em casa pedindo sugestões de nomes para aquela rua; depois, com os nomes sugeridos pelos moradores daquela rua, voltávamos de casa em casa para que votassem em um dos nomes. Assim, todos os nomes tiveram a participação da comunidade para a escolha, pois antes as ruas eram letras ou números; hoje temos a rua da Cidadania, da Cultura, da Esperança, Magistério, Mário Quintana, do Povo, Veneza, entre outras.



Na época, o vereador João Motta entrou com um processo de cadastro dessas ruas, e mais tarde conseguimos também as placas com os nomes das ruas. O prefeito municipal era Tarso Genro, que participou da nossa atividade e entregou na mão dos moradores os nomes das ruas. Decidimos que usar isso em cada uma das nossas moedas podia ser um resgate dessa história. Então hoje nossa moeda tem o nome das ruas em formato de placas para lembrar essa importante conquista. Definimos que escolheríamos símbolos e que cada cédula teria as placas de ruas e os símbolos.

Assim definimos nossas moedas!

Um Justo equivale a um real. Estas são nossas seis moedas sociais:



Mas, para essa moeda existir, precisávamos de nosso lastro em reais. Após todo esse período, tivemos recurso do NEGA, inclusive para ter uma agente remunerada por um período, que foi a Luciana e, ainda por outro período, a Michele. Além disso, teve também todo esse processo de criação pela Patuá Comunicação, que foi remunerada pelo NEGA. Para o lastro e impressão da moeda recebemos o apoio de R\$ 10.000,00 de nosso apoiador histórico Gabriel Abascal, naquele momento como CONSUD e

que depois se juntou com o CERAI – Centro de Estudos Rurais e da Agricultura Internacional, ONG da Espanha.

Talvez uma das coisas que mais sofremos foi conseguir abrir uma conta bancária na Caixa Econômica Federal (CEF), já que essa é a orientação da rede de Bancos Comunitários para facilitar quando mais tarde operássemos com o aplicativo *e-dinheiro*. É surpreendente que essa tenha sido uma das grandes dificuldades: fomos quatro vezes ao banco; nas quatro vezes a gerente do banco, além de demorar para atender, não permitiu abrir uma conta para a Associação. Primeiro, insistimos as duas vezes e fomos em duas pessoas; depois fomos em três; por último fomos em cinco e praticamente fomos convidados a sair de uma forma deprimente.

Não conseguimos entender essa atitude de um banco público. Literalmente nos disseram que a CEF não era obrigada a abrir uma conta, e ninguém poderia obrigá-la a abrir uma poupança para a Associação de Moradores. Falaram que a CEF do bairro não tinha interesse e que não abriria a conta. Ficamos profundamente decepcionadas, mesmo tendo falado que tínhamos uma doação de R\$ 10.000,00. Levamos o comprovante da doação, mas ainda assim não conseguimos convencer a gerência de abrir a nossa conta na Caixa Econômica Federal.

Não tem como não descrever a postura arrogante e prepotente da gerência da agência da Caixa Econômica Federal no bairro Sarandi. Mas não desistimos; procuramos outra agência da Caixa; fomos na agência do centro de Porto Alegre (Alfândega) e assim, muito bem recebidos pelo gerente, conseguimos abrir nossa conta no banco. Estava sendo uma contradição, pois tudo o que queremos é promover a vila e o bairro, e para movimentar nossa conta, temos que ir até o centro da cidade, pagar passagem de ônibus, porque a CEF do bairro não quis abrir nossa conta.

Ainda assim, foi um momento de muita felicidade, assim como quando conseguimos o registro do CNPJ da Associação para poder desenvolver o processo mais consolidado da construção do Banco Comunitário. Entretanto algumas dificuldades ain-

da se mantinham, pois, para qualquer movimentação ou operação, precisávamos ir ao centro da cidade, enquanto tínhamos uma agência próxima, que nos negou a possibilidade de ficar no próprio bairro. Foi assim que descobrimos que o banco convencional pode selecionar quem ele quer como cliente. Só queríamos depositar. Imagina se fôssemos pedir um empréstimo, como seríamos tratados?

A primeira impressão da moeda teve que ser cancelada, pois não foi prevista uma marca d'água que transmitisse segurança à moeda. Então acabamos fazendo uma reprodução, garantindo todos os itens que dão segurança à própria moeda. Já no final de 2017, recebemos também o apoio no mesmo valor de R\$ 10.000,00 da ONG italiana Nexus da Emília Romagna/Itália, quando pudemos trabalhar pequenos valores de microcrédito.

Em novembro de 2017, fizemos o lançamento oficial do banco e das moedas todas já impressas. Fizemos um coquetel e, além das Cooperativas Univens, Nova Geração, Posto de Saúde e Justa Trama, tivemos a presença do Banco Sicredi e da comunidade.



As tramas da esperança: a história não para...



A seguir vivemos o período do cadastro do comércio local e assinatura dos termos de adesão. A receptividade foi muito boa, pois 80% das iniciativas de comércio de alimentos, corte de cabelo, fruteira, farmácia, calçados e ferragem aderiram à moeda. Isso é importante, porque é credibilidade, e a moeda começa a circular dentro da própria comunidade, marcando o final de 2017.

Um destaque especial é para a Escolinha Nova Geração, que já havia aderido à moeda e decidiu que, na contribuição das crianças em 2018, os pais que pagassem em Justo teriam um desconto de 10%. Com isso tivemos a certeza de que a moeda em 2018 teria uma marca muito especial dentro da comunidade. Exatamente porque ela teria uma circulação maior: seriam mais de 50 famílias que poderiam optar por pagar com Justo e ter o desconto, e ainda a Escolinha compraria alimentação, pães e produtos de limpeza na própria comunidade, sem contar que poderia pagar também a mão de obra para manutenção ou investimento.

4. As feiras

Intensificamos um processo de realização de feiras da comunidade.

Nos primeiros ou segundos sábados de cada mês, realizavam-se nossas feiras. Os moradores estavam bastante desconfiados, pois as feiras não faziam parte da cultura da comunidade. No pátio da Univens, cedo montávamos as bancas, e a comunidade podia expor e vender seus produtos. Nosso sonho era fornecer produtos orgânicos da agricultura familiar. Muitas vezes, tivemos o carro de som do Sindicato dos Metalúrgicos de Porto Alegre e depois de Cachoeirinha circulando para mobilizar a comunidade; também fazíamos panfletos, cartazes e todas as formas de divulgação.

Nossa compreensão é que as feiras possam expor os produtos feitos por iniciativa da comunidade, como artesanato, doces, salgados, e fizemos contato com agricultores familiares que trouxessem produtos orgânicos e não orgânicos e que têm tudo a ver com a nossa proposta. Lá estávamos no primeiro ou segundo fi-

nal de semana do mês. Foi uma marca muito importante do banco para começar a trabalhar uma outra cultura.

Pela falta de cultura de feiras, a participação sempre foi pequena dos próprios moradores, com uma presença mais marcante da Escolinha Nova Geração, da Cooperativa Univens e dos vizinhos mais próximos. Sabíamos desde o princípio que era algo a ser construído, porque, ao mesmo tempo em que as pessoas viessem comprar esses produtos, estaríamos incentivando novas iniciativas dentro da própria comunidade. Como também era um treinamento para manusear a moeda social: as pessoas chegavam na feira, trocavam o Real pelo Justo e então passavam a comprar nas bancas.

Foi um momento muito importante, e as crianças se envolveram, especialmente na feira do mês de julho, quando fizemos a festa junina, em que teve uma presença muito forte da Cooperativa Nova Geração. Os pais da própria escolinha participaram, e as crianças fizeram apresentação de teatro e músicas. Foi o momento de sentir realmente a comunidade mais presente.



Nas feiras, praticamos o Justo. Como dito, para poder comprar na feira, as pessoas trocavam o Real pela moeda Justo, e os feirantes só poderiam vender em Justo. É um processo bastante educativo. Ajuda para que as pessoas possam lidar com a moeda.



As tramas da esperança: a história não para...





No final de 2017, fizemos uma festa/feira diferente: num **mutirão pintamos** a rua Primavera, que é a rua da Escolinha Nova Geração, e organizamos atividades no meio da rua. O mais legal foi ver as crianças durante a semana pularem amarelinha ou então fazendo os pais lerem palavras e mensagens.





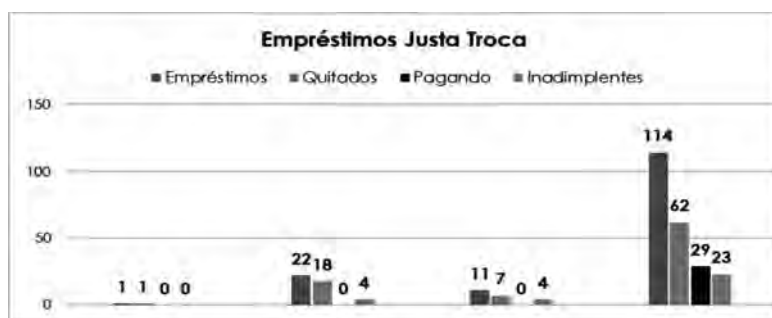
5. Os empréstimos

A partir de março de 2017, tivemos uma das componentes do banco, Anelise, que fazia plantões em todas as terças e quintas à tarde, atendendo as pessoas para dar esclarecimentos sobre os empréstimos do banco. Temos três pessoas que voluntariamente avaliam os pedidos de crédito, e nesse ano tivemos 21 pedidos de crédito, alguns em moeda social, outros em reais. Para os empréstimos, o banco construiu toda uma política de crédito: as pessoas podiam emprestar em reais, que têm um acréscimo de 1% ao mês e são para investimentos, ou seja, produtos, equipamentos ou matéria-prima que não existe dentro da própria comunidade. Para consumo de produtos que há na comunidade, nos comércios cadastrados, elas podem fazer o empréstimo em justos, e para isso não tem juros; devolvem o mesmo valor que pediram no empréstimo; são situações como a compra de alimento ou o gás, os quais não podem esperar.

Nesse período, as visitas para adesão ao justo e também nos comércios para o esclarecimento de que podem fazer a devolução quando necessário do justo por reais, é o trabalho desenvolvido. E esse trabalho precisa de muito mais envolvimento para fazer o encantamento, porque há muita dúvida ainda na comunidade; muitos moradores questionam o que tem por trás dessa proposta. Ninguém empresta dinheiro sem juros, e ainda por cima o Banco Comunitário empresta sem consultar o SPC. Portanto o grande desafio é trabalhar muito o aspecto da confiança da própria comunidade e, sobretudo, o objetivo principal do banco, que é promover o desenvolvimento dentro da própria comunidade. Não há outro interesse senão esse. Mas a palavra banco é algo muito distante da própria comunidade; ela precisa ser cativada e fazer com que acredite que tem seriedade na iniciativa e que é isso mesmo.

Vemos num crescente de empréstimos:

Empréstimos Justa Troca				
2016	2017	2018	2019	
Empréstimos	1	22	11	114
Quitados	1	18	7	62
Pagando	0	0	0	29
Inadimplentes	0	4	4	23



Preocupa-nos, ao mesmo tempo em que entendemos, ter uma parcela que está inadimplente. No ano de maiores empréstimos, temos 20% que não pagaram nada de seus empréstimos. Então esta passa a ser uma prioridade: poder ouvir, entender e rebuscar os que vieram em busca do banco de forma descompromissada. Entendem que o banco é importante e o buscam, mas, seja por qualquer um dos motivos, não retornam para justificar sua dificuldade em pagar o valor que pediram emprestado.

Com o reforço de recursos em um projeto da Nexus da Itália reorganizamos o banco no final de 2018 e passamos a ter uma equipe para a gestão de três agentes em meio turno. O banco passa a funcionar todas as tardes. Fizemos a venda da caldeira da Justa Trama, e agora o banco tem uma sala no térreo, direto para o atendimento. A equipe mais permanente foi com Ana Paula e Eni. Porém Eni assumiu e incorporou de fato o banco e a gestão e permaneceu também em 2020. Fomos alterando a equipe, mas Eni deu a continuidade necessária.

6. Os cursos

Se especialmente 2017 e 2018 marcaram as feiras, o ano de 2019 foi o ano dos cursos. Fomos criando condições para que os cursos fossem uma forma da comunidade chegar a qualificar-se profissionalmente com os cursos de costura, pintura, artesanato ou mesmo de aproveitamento de retalhos.



Curso de pintura em tecido



Fotos do curso de costura



Foto do curso de guirlanda com material reciclado



Fotos do curso de tapete de tricô





Curso de sabão feito com óleo de cozinha usado

Realizamos, desde que o banco iniciou, vários cursos, sendo que de costura e sabão de óleo de cozinha usado foram três cursos de cada. No curso de costura, conforme conseguíamos apoio, remuneramos melhor a professora e assim os cursos retornaram com mais qualidade.

Os cursos também seguiram para o campo da cultura, sobretudo com a música: violão, cavaquinho e percussão, dança de sa-

lão e teatro. Remunerar os professores tem sido possível graças a parcerias, como com o Banco Sicredi, Nexus e outros apoiadores. Atingimos com esses cursos especialmente a juventude, adolescentes e crianças.



Curso de Teatro



Curso de Música



Curso de Música



Aula de Dança de Salão

Com isso o banco tem ampliado sua missão de promover o desenvolvimento através do acesso a conhecimento, com cursos que podem gerar renda, mas também intensificando a integração da comunidade e o acesso à cultura, a cultura que promove e desenvolve talentos.

O banco Justa Troca tem sido motivo de pesquisas no período do mês de janeiro de 2018. Foi um dos bancos pesquisados para uma tese feita por um aluno chamado André da França, que esteve nos visitando e fez a visita ao Banco Palmas. O banco Justa Troca está sendo um dos bancos que promoveu o debate sobre o trabalho em rede e os bancos comunitários em março, durante o Fórum Social Mundial de 2018, em Salvador na Bahia. Apresentamos a experiência junto ao Banco de Marica, a Cresol e o próprio Banco Palmas.



A partir de toda a história e construção feita pelo Banco Palmas, o tema dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento vem para a pauta de debates da Economia Solidária. É um grande desafio fortalecer essa rede, aprofundar o debate e fazê-lo acontecer, pois com eles chega o debate do poder popular, da descentralização da renda e do protagonismo das mulheres.

Depois de 2009, quando o Fórum Social Mundial (FSM) aconteceu em Belém do Pará, só no ano de 2018 ele retorna ao

Brasil, em Salvador da Bahia, no mês de março. Além de todos os debates promovidos, o FSM é surpreendido pelo assassinato da vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro. Acontece no mês das mulheres, uma grande defensora das mulheres e dos direitos humanos. Durante o Fórum acontecem protestos e caminhadas, exigindo justiça com quem a matou e também com quem mandou matar.

Sobre nós sentimos uma grande responsabilidade, pois ao mesmo tempo em que iniciamos aqui a construção do Banco Comunitário, também no bairro Cascata, em Porto Alegre, iniciou o mesmo debate. Estamos fazendo caminhos diferentes, conforme as convicções e também as relações que cada local tem. Nós seguimos imediatamente o caminho de regularizar, formalizar todo o processo; na verdade, queremos dizer que estamos para ficar. Isso tem nos ajudado a ter mais credibilidade também entre os apoiadores. O caminho de iniciar com a moeda impressa não é comum em todos os bancos, mas aqui achamos ser muito importante para que a confiança na comunidade seja inquestionável. Com certeza caminharemos para a moeda virtual e para o cartão eletrônico. É a nossa caminhada...

Nesse mesmo ano de 2018, porém em novembro, acontece em Fortaleza o encontro global dos Bancos Solidários de Desenvolvimento. São experiências de bancos do mundo, observadores e apoiadores. Nessa articulação participam também Nexus, com a Sandra, e Cerai, com a presença de Gabriel. São lideranças de muitos lugares para debater estratégias, trocar experiências, fortalecer-nos e avançar, sempre considerando a realidade que em 2018 o Brasil vive, o período de um golpe no qual o foco é enfraquecer ou acabar com as políticas públicas que chegam até o povo mais pobre. São cortes na saúde, na educação, na pesquisa e sobretudo com reformas que mexem na própria Constituição, que são as reformas da previdência e do trabalho. Nesse período, a própria Secretaria Nacional de Economia Solidária é extinta e era a fonte também para fortalecer as ações da Economia Solidária.

E o encontro acontece com muita energia.



SOLIDÁRIOS
Encontro Global de Bancos
Solidários de Desenvolvimento
4, 5 E 6 SETEMBRO - FORTALEZA - BRASIL

e-Dinheiro Solidariedade
Comunidade Moeda Justiça
Economia Democracia Igualdade
Empreendedorismo Feminismo Criatividade
Participação

 Fundação Democracia Rocha  Banco de Desenvolvimento  Instituto Banco Periferia  Banco Palmas

Nesse mesmo período, estamos com uma equipe mais fortalecida no banco; estamos com três agentes, sendo que Eni e Ana Paula priorizaram de fato o banco. Trabalham todas as tardes para cadastrar comércios, divulgar as linhas de crédito, além de divulgar os cursos por vezes promovidos com recursos do banco e outros com recursos da Justa Trama, mas sempre chamados por ambas com todo o apoio da Univens e da Nova Geração. Na questão de projetos e prestação de contas, além de buscar novos projetos, tivemos a parceria da Priscila do NEGA, que passou um tempo sendo nossa terceira agente. No final do ano de 2018, fizemos uma grande festa da comunidade, em que parceiros e amigos apadrinharam as crianças e as presentearam. Foi um momento muito especial para também sentir nossa capacidade de mobilização.



No ano de 2019, focamos no processo de intensificar os cursos. Foi o ano em que realmente a comunidade buscou os empréstimos; por isso que ampliamos para os empréstimos de emergência, que é quando tem uma conta para pagar e o dinheiro entra depois. Então é um empréstimo para dias com devolução total, e os empréstimos para pequenas obras, como troca de piso, porta ou telhas. Foi em parte desse ano que a Isabel incorporou a equipe dos projetos.

Realizamos no mês da mulher debates sobre a saúde da mulher com a Dra. Aparecida, do nosso Posto de Saúde Comunitário.



Realizamos um debate com a ONG THEMIS, sobre os direitos das mulheres, a Lei Maria da Penha e medidas preventivas, período em que o foco da reforma da previdência já era pauta prioritária.



Promovemos atividades de defesa pessoal, massagem e maquiagem. Assim, pudemos dar atenção às mulheres também em suas necessidades pessoais.





Durante o ano de 2019, o tempo não ajudou para manter as feirinhas. Muita chuva coincidindo nos sábados. Por outro lado, foi o ano em que mais de 700 pessoas da comunidade estiveram participando das mais diversas atividades, seja de debate, de cursos, de integração ou dos empréstimos.

Nesse ano, em novembro, promovemos mais uma visita de Joaquim Melo, do Banco Palmas com a Sabina, da Nexus, que foi muito importante para reanimar todo esse processo que estamos vivendo.





As atividades do banco através dos cursos têm uma divulgação mais direta. Pudemos também ter uma comunicação mais permanente com a divulgação dos jornais mensais que chegam até a comunidade. Fomos inovando com o som, pois com o projeto da Nexus pudemos comprar uma bicicleta e acoplar uma caixa de som e com ela fazemos nossas convocações.

Com todas essas formas de divulgação a mobilização tem um impacto maior. A procura pelos empréstimos tem crescido bastante; nosso desafio agora é acompanhar as novas iniciativas econômicas que vêm surgindo na comunidade. Fazemos um balanço bastante positivo de tudo o que foi possível construir em 2019. A Associação, que é a mantenedora do banco, tem consolidado uma boa equipe, que abraça os desafios e que vem se colocando outros: de cuidado com a comunidade nas condições de vida.

Para concluir, em 2019 fizemos a festa de Natal; buscamos apoios e presentes para que todas as crianças e adultos pudessem confraternizar e presentear os pequenos. Foi uma festa da comunidade, pois todos os cursos se apresentaram com seus feitos. Foi música, teatro, dança, as crianças da Nova Geração, a costura, a pintura, enfim, foi a festa.





A luta não tem trégua. Nossa luta é contínua e permanente. Temos claro de que não há mudança possível sem a mudança local. Inspirados no Banco Comunitário Palmas do Ceará e nos demais 113 bancos comunitários do Brasil, estamos organizando o Banco Comunitário JUSTA TROCA, com moeda própria, chamada de JUSTO. Queremos impactar a vida de nossos 4 mil moradores.

O quadro abaixo reflete para quais finalidades foram os empréstimos feitos:

MICROCRÉDITOS DE CONSUMO	41
MICROCRÉDITOS PRODUTIVOS	81
MICROCRÉDITOS DE REFORMA	57
MICROCRÉDITOS PARCELA ÚNICA	2
TOTAL	181



Hoje avaliamos com mais clareza para onde estão indo os recursos de empréstimos e por que fazem a diferença dentro da vila. Envolvendo lideranças locais, a moeda circula num pequeno território, na vila ou no bairro, motivando sempre o surgimento de outras. Hoje, além da Univens, a AEFAP, que é um elo da Justa Trama, também atua com Banco Comunitário. Isso nos leva a comprometer-nos com o local, pois as vilas não são pobres; elas estão empobrecidas porque o dinheiro circula fora delas, os trabalhadores compram fora do local onde moram. Essa forma não promove desenvolvimento; promove, sim, a desigualdade.

Cada local que cadastramos para que aceite o justo é um modo diferente de fazer economia. O ano de 2020 é o ano em que cadastramos a primeira madeireira; é também o ano em que novos comércios nos procuram para se cadastrar. Essa mudança vai crescendo, e por isso persistimos...

A seguir, publicamos uma reflexão e um depoimento de Joaquim Melo, do Banco Palmas, e também da Rede de Bancos Comunitários do Brasil. Com certeza ela serve de inspiração para a caminhada.

Estamos em plena pandemia planetária da Covid-19. Foi nesse estágio da humanidade que recebi o convite de Nelsa para escrever essas páginas. Não teria momento mais oportuno. Um vírus sacudiu a huma-

nidade e colocou todos a repensar a necessidade de um novo modelo econômico. Formou-se um coro de milhões de vozes a falar sobre o que sempre foi bandeira dos Bancos Comunitários: valorização do comércio local, fortalecimento das economias dos bairros, produzir e consumir no próprio território, distribuir a riqueza com quem a produziu.

Tenho muita dificuldade em escrever nesse momento. Minha cabeça está totalmente focada no atendimento a milhares de famílias que estão sofrendo muito com essa crise, sem pão e sem esperança no que virá. Em todo o Brasil, por estarmos inseridos em comunidades muito pobres economicamente, temos nos agigantado no cuidar das pessoas.

Palmas

A história dos Bancos Comunitários começou há duas décadas numa favela de Fortaleza/CE, onde moro desde 1984, no Conjunto Palmeira. É uma conversa longa: os moradores organizaram-se em mutirão e foram urbanizando a favela, construíram moradias, escolas, creches, praças, por fim, em 1998, criaram seu próprio Banco e uma moeda social, chamada de “Palmas”. A estratégia era muito simples: o Banco Palmas emprestava em moeda nacional (R\$) para a criação de pequenas empresas locais e emprestava em moeda Palmas para consumo nas empresas do bairro. A moeda social era lastreada em reais, permitindo que os comerciantes fizessem o câmbio todas as vezes em que precisassem repor seus estoques. Quanto mais palmas circulavam na comunidade, mais o comércio crescia e surgiam novas empresas: PalmasFashion, Palmalimpe, PalmaTur, PalmsLab foram algumas delas. Assim se fechava o círculo virtuoso da economia local.

Rede

Em 2005, o Secretário Nacional de Economia Solidária (SENAES), nosso querido Prof. Paul Singer, criou um programa de apoio às Finanças Solidárias, o que possibilitou que a metodologia dos Bancos Comunitários fosse levada para todo o Brasil. A partir de 2006, Bancos Comunitários foram sendo criados nas periferias urbanas e rurais de forma que chegamos em 2020 com 115 Bancos e formada uma Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC).

De forma descentralizada e autogestionária, cada comunidade é dona de seu próprio Banco Comunitário, e toda a riqueza adquirida por esse tem que ser reinvestida no próprio território. A RBBC aponta para outro modelo de organizar as finanças, protagonizando o poder local e ressignificando a função social do dinheiro. Estamos hoje em 18 estados e 80 municípios. Em 2019, gerenciamos mais de 30 milhões de reais, sendo 3,5 milhões em carteira de crédito e o restante em movimentações de pagamentos e recebimentos em geral.

Um desses bancos comunitários está em Porto Alegre no bairro Sarandi: o Banco Justa Troca.

Nelsa

*Muito antes da criação do banco Justa Troca, eu conheci Nelsa. Já não me recordo a primeira vez em que a vi de tantas vezes que nos cruzamos nas lutas pela Economia Solidária. De forma muito marcante, lembro-me dela tramando revoluções ao lado de **Sandrinha**, minha companheira por 23 anos, que agora está no céu.*

É uma articuladora de pessoas e uma estrategista política. Corajosa e portadora de invejável capacidade de inovação, foi uma das criadoras da Justa Trama, uma Rede Nacional de empreendimentos e cooperativas de economia solidária no ramo de confecção. Uma dessas cooperativas é a UNIVENS no bairro de Sarandi, local em que as roupas são costuradas. Nelsa é presidente da cooperativa e moradora do bairro.

Um banco comunitário, por sua própria natureza, é um serviço financeiro e só possível de forma coletiva. Não existe “gênio” nem “empreendedor individual” que seja capaz de sozinho criar e tocar essa ferramenta, porque ela exige a participação de uma rede de relacionamentos no território.

Contudo falar do banco Justa Troca passa necessariamente pela trajetória de Nelsa. São poucas e poucos líderes no Brasil que têm a capacidade de se conectar nacional e internacionalmente sem se afastar do trabalho de base, do dia a dia das comunidades, gerenciando os conflitos e fazendo a gestão da pobreza local. E um banco comunitário, por mais coletivo que seja, precisa de líderes que animem a comunidade para esse grande desafio e que pensem estrategicamente como viabilizá-lo dentro do território.

Daqui para frente nossas histórias se cruzam.

Porto Alegre

Em novembro de 2015, fui convidado pela professora Ana Mercedes e toda equipe do Núcleo de Estudos de Gestão Alternativa–NEGA da Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS para uma série de debates sobre a possibilidade da criação de bancos comunitários em Porto Alegre.

POA sempre me foi uma cidade muito preciosa, porque me remete às grandes conferências e rodas de conversa nos Fóruns Sociais Mundiais, espaço onde o modelo de Bancos Comunitários e de Moedas Sociais do Brasil ficou conhecido internacionalmente.

Além do público universitário, de OSCs e de diversos movimentos sociais, dois bairros estavam presentes nos debates na UFRGS de forma mais definida: Cascata e Sarandi. Três dias intensos de conversas foram suficientes para termos a certeza de que a Rede Brasileira de Bancos Comunitários estava chegando em Porto Alegre.

Sarandi

Em 20 de novembro de 2015, entrei pela primeira vez na sede da UNIVENS. As roupas da Justa Trama estavam sendo confeccionadas por um coletivo de aproximadamente 10 mulheres. Havia um galpão cheio de máquinas de costura, mesa de corte e frases educativas nas paredes.

Tive a mesma sensação de quando entrei pela primeira vez no Louvre em Paris: olhava tudo com espanto e admiração; centenas de vezes tinha ouvido falar daquele lugar e agora, de perto, sentia a energia inexplicável que circulava por ali.

À noite, tivemos uma roda de conversa com a sede lotada, na maioria mulheres. Minha fala era sobre o Banco Palmas, a história do Conjunto Palmeira e a Economia Solidária. Como diz o ditado popular: estava ensinando o “pai nosso ao vigário”. Sarandi já tinha vivido as mesmas mazelas do Conjunto Palmeira, uma gente sofrida que teve que resistir e reinventar-se a todo momento para continuar sua longa jornada. Hoje praticam a formidável experiência da vida cooperativada e já são luz para tantas comunidades no Brasil.

Em meio às falas, percebi o quanto estavam decididas a criar o Banco Justa Troca e a Moeda Social Justo, um trocadilho maravilhoso com a Justa Trama.

A conexão estava feita. Um Banco Comunitário no Sarandi, com sede dentro da UNIVENS, não tinha como dar errado. Todos os requisitos já estavam ali: base social fortalecida, comunidade organizada, capacidade de superar dificuldades, cultura da solidariedade, trabalho em rede com vários parceiros.

Justa Troca

Embora com todas as condições favoráveis, criar o Banco Justa Troca não seria uma tarefa fácil. Conseguir recursos para o fundo de crédito, fazer a moeda social circular, convencer os comerciantes a não subir os preços para a vendas na moeda local, convencer as empresas a pagar funcionários em moeda social, fabricar moedas com segurança, fazer a governança de forma participativa e autogestionária são uma série de fatores que surgem como dificuldades para o funcionamento de um banco comunitário.

Além disso, tem a “concorrência” dos bancos tradicionais. Mesmo em bairros e favelas de baixa renda, o sistema financeiro tradicional é extremamente organizado e agressivo. Oferece facilidades, opera com uma variedade de cartões de débito e crédito, aplicativos, maquininhas de POS e uma parafernália de meios de pagamento digitais, tudo interligado aos cinco grandes bancos comerciais que controlam 80% do mercado financeiro brasileiro. São como aspiradores de pó, sugam os ativos econômicos das comunidades e os acumulam na mão de poucos bilionários. Não é à toa que 70% da população brasileira está endividada.

Por isso Sarandi estava diante de um grande desafio. Precisava agora não somente organizar a produção, como também estimular o consumo local, fazendo com que a população aderisse ao Banco Justa Troca. Se, por um lado, a UNIVENS consegue trazer ativos econômicos para o bairro, por outro, o Justa Troca precisava funcionar como uma espécie de rolha, evitando que o dinheiro saísse da comunidade, colocando-o em circulação local, oxigenando as economias do bairro. Além disso, ao longo do tempo, precisava organizar um fundo de crédito consistente, capaz de fomentar o surgimento de pequenas empresas, fazendo com que cada dia a população precise menos de produtos e serviços que venham de fora da comunidade.

Será sempre um desafio para um bairro enfrentar o sistema financeiro tradicional e o mercado produtor de mercadorias para a acumulação. Mas, se a gente não tentar, quem fará por nós!?

Em 25 de junho de 2016, o Banco Justa Troca foi inaugurado. É o décimo sétimo associado da Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Revisitando

Em novembro de 2019, voltei ao Sarandi. Na parede, as imagens do Banco Justa Troca revigoravam aquele cenário de luta e resistência que conheci anos antes. As fotos da moeda Justo já se misturavam com as marcas de todas as trocas e tramas justas que eles fazem por lá. A sede da UNIVENS estava ampliada. A sala do Banco Justa Troca integrava-se a vários outros projetos de música, de dança, de educação para a cidadania que ocorriam ao lado do galpão de produção de confecção. Tudo ao mesmo tempo e no mesmo espaço. A atmosfera de uma vida plena de comunidade havia sido ampliada.

Foi um dia maravilhoso, que culminou com uma grande roda de conversa à tarde. Comigo estava Sabina, da ONG Nexus, da Itália. Era visível o orgulho da comunidade com seu banco e o desejo de ampliar a circulação da moeda social. Várias histórias foram contadas, debates, depoimentos emocionados das conquistas já alcançadas. Conversamos sobre tudo, e estratégias foram montadas naquela tarde. Fiquei de voltar em 2020 para ver de perto os avanços e para pensar em novos desafios.

Pandemia

Em março de 2020, a pandemia do novo coronavírus chegou ao Brasil, e todos nós fomos para casa. Tenho lido pela internet que as mulheres do bairro Sarandi estão confeccionando máscaras de algodão ecológico e distribuindo para a população cestas básicas de produtos da agricultura familiar. Elas não vão parar! Quando tudo passar, quero voltar lá para falar do Banco Comunitário e da Moeda Social Digital. Agora temos uma plataforma (E-dinheiro) e estamos operando por aplicativo de celular e cartão.

Imagino que, depois da pandemia, o Banco Justa Troca entrará numa nova fase. Transformar-se em um banco digital sem deixar de ser

presencial, humano e afetivo. Aumentará muito seu número de associados e parceiros e será uma grande referência de finanças solidárias na região. Não terá momento mais oportuno, porque a humanidade estará mais sensível para construir uma economia justa e equilibrada.

Tomara!

Helena Teresinha dos Santos

Pra mim o banco é muito importante para minha vida. Muito útil em todas as partes. Chegou na comunidade na hora. Está favorecendo muitas pessoas, muitos moradores. As pessoas com que estou conversando estão gostando muito, principalmente dos empréstimos e agora das doações das cestas e máscaras e dos cursos. Muitos comentaram o quanto foi bom para a comunidade. Pra nós foi valioso até mesmo as festas com as crianças. Acho que a comunidade não esperava tudo o que está



acontecendo. Pra mim tudo o que precisei e cheguei até o banco sempre tive um sim. Tenho muito pra falar especialmente sobre os empréstimos, os cursos e as feiras, que nos ajudaram sempre muito. O Banco foi e está sendo muito útil.

Por fim, segue uma breve reflexão sobre o Brasil em que vivemos nos últimos anos. Que ela nos ajude a refletir sobre o Brasil que queremos construir!

O Brasil

O Brasil vive uma conjuntura difícil, que tem nos tirado noites de sono e tem nos perturbado, nos mobilizado e provocado a novas formas de participação e de enfrentamento.

Vivemos desde 2002 um processo de conquistas de políticas públicas a nível nacional após a eleição do Lula para presidente da República e temos avançado também no sentido de projetar a economia solidária como estratégia de desenvolvimento. Os avanços em políticas da educação, moradia, renda, desenvolvimento, meio ambiente foram cada vez mais fortes, o que garantiu a reeleição e inclusive a sucessão com a eleição da presidenta Dilma em 2010. Dilma foi reeleita em 2014, um período bastante conturbado, com uma elite bastante raivosa e que não aceitou a derrota na urna. Foram mais de 54 milhões de votos, ou seja, 51,64%, mas já em 2015, a conjuntura brasileira foi ficando muito difícil. O clima de ódio foi ficando acirrado, e o Brasil desde lá é um país dividido.

Como esquerda, enfrentamos uma conjuntura de decepção inexplicável, pois havia a esperança de que a Câmara de Deputados não aprovasse o impeachment. Naquela conjuntura, a esquerda ficou, num primeiro momento, praticamente sem rumo. A direita vem se fortalecendo; acreditávamos ser um golpe a curto prazo, mas, na verdade, ela vai se consolidando cada vez mais. Lula é preso para impedi-lo de concorrer na eleição de 2018, já que pesquisas apontavam ter 60% das intenções de voto, segundo o Datafolha. As manifestações de rua da esquerda e da direita tomam conta do cenário, e o ódio é o marco divisório da sociedade brasileira.

A mídia e a justiça no Brasil comportaram-se nesse processo de forma totalmente parcial. Tiveram lado, e nem havia esforço para disfarçar. O método foi grotesco e tem provocado muitas manifestações de indignação em vários países do mundo. Compreendo que a conjuntura tem identidade e semelhanças com

outros países naquele momento, pois se percebe uma guinada à direita, elegendo governos conservadores, privatistas, como é o caso dos Estados Unidos com Trump, a Argentina com o Macri, entre outros.

Para piorar, em 2018, é eleito no Brasil o que poderíamos ter de pior na política: Bolsonaro, defensor de torturador, machista, apologista do estupro, um psicopata, enfim, um louco. O Brasil tem um governo que muda a Constituição para a retirada de direitos importantes, como a aposentadoria e direitos trabalhistas. Enfraquece os sindicatos. Desgasta as ONGs. O desemprego aumenta, e o trabalho precário cresce. A divisão do Brasil, especialmente entre o povo, está mais radicalizada, de forma que é cada vez mais difícil recompor uma sociedade que defenda o bem-estar social.

É um período muito difícil que viveu e vive o Brasil. Infelizmente não é só o Brasil, também é a América Latina e, por que não dizer, o mundo. Sentimos que neste momento nos fazem muita falta valores e princípios que possam nos recompor como um grande bloco de esquerda para fazer o enfrentamento da situação difícil em que as forças de direita e os grandes blocos econômicos se uniram para de fato acabar com toda e qualquer perspectiva de frentes populares e de poder do povo.

Então, esse é um grande desafio que temos nesse momento, pois as organizações populares, comunitárias, sociais e sindicais precisam se recompor e se fortalecer.

Em termos de conjuntura internacional, há necessidade de enfrentamento de uma elite que não tem escrúpulo de vender o patrimônio público, não tem escrúpulo na retirada de direitos do povo, não tem escrúpulo de ver a miséria tomando conta das cidades e da vida da população. Conforme dados divulgados recentemente, a concentração da riqueza está aumentando, os ricos ficam cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres e miseráveis.

Esperanças sempre são inspiradoras... ao mesmo tempo em que o Brasil elege um Bolsonaro para presidente, a Argentina dá

uma reviravolta e elege Alberto Fernández, da esquerda. Então há esperança, são os ciclos da política...

Além desse cenário político, econômico e social mais desfavorável para os pobres, no final de dezembro de 2019, iniciou no mundo a grande pandemia do Coronavírus ou Covid-19. Com origem na China, expandiu-se rapidamente pela Europa, Ásia, África e chegou à América do Norte, América Latina e, portanto, também no Brasil.

No Brasil, ele chega no final de janeiro de 2020. As pessoas precisam recolher-se em suas casas, pois o contágio é por contato e também por gotículas. No final de março, por causa do isolamento social, as lojas, as escolas, as fábricas, as igrejas deixam de funcionar. Muitos governos estaduais e municipais, com apoio de parte da mídia, apesar do presidente Bolsonaro e das pressões dos capitalistas contrários a fechar suas fábricas e lojas, conseguem impor o isolamento com a campanha “Fique em casa”. O número de internações e de mortes cresce, é alarmante. Há um esforço enorme para que os hospitais e UTIs possam dar conta dos doentes, e por isso é fundamental segurar o avanço da pandemia. O SUS, antes questionado pelo atual governo brasileiro, torna-se fundamental na sua universalidade de atendimentos. A VIDA, a vida passa a ser a palavra mais forte e presente, e todas as ações vão nesse sentido. A solidariedade é marcante.

O mundo todo para, como a música do cantor Raul Seixas “O dia em que a terra parou”. Mas não é um dia; são semanas e meses. Há um isolamento quase total, as famílias vivem afastadas umas das outras. Isso acontece no mundo todo. Não sabemos como será o fim dessa pandemia. Mas fica uma certeza: o capital, as máquinas, as fábricas não significam nada sem a mão do trabalhador e da trabalhadora. Tanto que elas continuam existindo e só não estão funcionando porque os trabalhadores não estão lá!

A foto a seguir é do grupo da Cooperativa Univens no último dia em que trabalhamos todas juntas; depois cada uma ficou trabalhando em sua casa.



Produzimos milhares de máscaras para as pessoas se protegerem. Distribuimos kits de máscaras e sabão em todas as casas de nossa vila. Fizemos ações de distribuição de cestas básicas, com produtos diretamente dos agricultores familiares, e de sabão feito de óleo de cozinha usado, em parceria com a Fundação Banco do Brasil, UnisolRS e dos sindicatos. Juntamo-nos: Univens, Justa Trama, Nova Geração e o banco comunitário Justa Troca. Queremos muito cuidar de nossa vida e da dos outros também. Pois o futuro nos parece incerto, mas da importância da solidariedade não temos dúvida.







As tramas da esperança: a história não para...



Esta história não acabou

Esperamos que todas e todos possamos passar por este momento da pandemia, momento de dor, de mortes, de medo, de fome e que ao mesmo tempo nos remete à vida, esta vida que é frágil, mas é tudo o que temos... e que vem ao encontro da situação em que o algodão cresce indiferente a isso tudo e à margem de qualquer ameaça como um grito de vida e de esperança!



Palavras finais



Os dados são que 82% da riqueza do mundo está na mão de 1% dos mais ricos. Portanto urge uma mudança profunda no modelo econômico e na política, que reverta essa situação, pois quem tem o poder econômico acaba também definindo o poder

político. A riqueza também está concentrada na cor da pele, pois seis homens brancos no Brasil têm a riqueza igual a 100 milhões de brasileiros.

Os desafios são muitos, e assim encaramos cada dificuldade como um grande desafio. Como um degrau para cada dia. O protagonismo de uma sociedade justa está ao lado, com e pelos trabalhadores. Organizar sempre. E vivenciar, compartilhar o que de melhor estamos construindo.

A Justa Trama dá um novo sentido a nossas vidas, aproxima-nos, faz-nos sonhar todos os dias, faz-nos acreditar. Faz-nos vibrar sempre que encontramos alguém usando uma roupa que foi produzida, pois carrega nossa história, nosso país de ponta a ponta, carrega a agroecologia, o preço justo. Sentimo-nos grandes em um mundo imenso. Acreditamos que as mulheres têm um papel de destaque, em especial neste novo momento do mundo, na qual precisamos nos reencontrar neste novo contexto, sobretudo em seu protagonismo.

Temos a certeza de que estamos tramando. Somos agricultores(as), tecelões(ãs), fiadores(as), costureiras, artesãos(ãs) tramando outra sociedade e outro mundo. Estamos tramando certezas e esperanças. Tramando nossa vida e nossas ações em uma TRAMA JUSTA.

É com emoção que leio o relato desta experiência magnífica de economia solidária. O trabalho realizado por Nelsa e suas companheiras e companheiros de luta, traduz uma visão de mundo nova na luta pela emancipação: é aquela visão que funde, na “práxis”, passado, futuro e presente, sem esperar que as “leis da história” ofereçam as oportunidades de mudança, mas as cria a partir da consciência solidária, do encantamento pela igualdade e da dignificação na luta pela sobrevivência. A economia solidária é o modo germinal de introduzir, por dentro do sistema do capital, não somente a expectativa de dias melhores – nos quais os humanos compõem o seu destino – mas também é a emoção de compor vidas vinculadas pelo afeto e pela razão, conscientemente, que já tecem a esperança como presente.

Tarso Genro



ISBN 978-65-86578-13-3

